

RENATA FERREIRA XAVIER

A PREFEITURA DE SÃO PAULO NUM
CORTIÇO DA CIDADE
(1985/1986)

*Este exemplar corresponde a redação final
da dissertação defendida e aprovada
pela comissão julgadora em 03/06/92*

Aust. Niemeyer

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
INSTITUTO DE FISILOGIA E CIÊNCIAS HUMANAS - IFCH
CAMPINAS - S.P.
1 9 9 2

X19p

16700/BC

80921374

RENATA FERREIRA XAVIER

A PREFEITURA DE SÃO PAULO NUM
CORTIÇO DA CIDADE
(1985/1986)

Dissertação de Mestrado
apresentada ao Departa-
mento de Antropologia So-
cial do Instituto de Fi-
losofia e Ciências Huma-
nas da Universidade Esta-
dual de Campinas

Este exemplar corresponde à
redação final da Dissertação
defendida e aprovada pela Co-
missão Julgadora em / /1992

Orientadora: Profa. Dra. ANA MARIA DE NIEMEYER

MAIO DE 1992

"SE QUER seguir-me, narro-lhe;
não uma aventura, mas experiência;
a que me induziram, alternadamente,
séries de raciocínios e intuições.
Tomou-me tempo, desânimos, esforços.
Dela me prezo, sem vangloriar-me.
Surpreendo-me, porém, um tanto à-parte
de todos, penetrando conhecimento que os
outros ainda ignoram."

(Guimarães Rosa - O ESPELHO in:
Primeiras Estórias, Nova Fronteira,
Rio de Janeiro, 1985).

Para Camilo, Ilze, Lú,
Dri e Mila, companheiros
de todos os tempos.

In Memoriam: Wladimir e Camilo,
meus primeiros mestres
em História e Mariza que
sempre soube o outro como outro.

AGRADECIMENTOS

Ana Maria de Niemeyer, orientadora, percorreu comigo este processo-travesseira e soube contribuir para que conseguisse chegar até o fim desta dissertação.

Arlete Rodrigues, Maria Suely Koffes, Guita Debert, pelas leituras e discussões nas diferentes etapas de confecção deste trabalho.

Maria Antonieta da Costa Vieira, com muito saber fez importantes sugestões. Camilo André Mércio Xavier, reviu todo o texto com carinho e atenção literalmente paternal. Eneida Mércio Xavier, a fez os croquis. Também colaboraram Luiz Antonio Junqueira e Antonio Luiz Magnani.

Gilda Gouveia, ponte de entrada para Prefeitura. As colegas de trabalho da FABES-Lapa, que viabilizaram minha participação nos trabalhos em cortiços. Gabriel, companheiro de vários momentos da Emílio Ribas.

Aos meus colegas de mestrado, em especial Andréa Zhouri e Renata Paoliello. Tadeu Bertazzi Costa, pela sua maravilhosa contribuição no uso do computador.

Arlene Roque, pelas "horas-extra" e toda dedicação.

Naísa França, entendeu todas as minhas dúvidas.

A minha "família campineira" que sempre me acolheu.

A outros tantos amigos e parentes que participaram com sua afetividade nesse meu tempo de pesquisa e escritura do texto.

Durante o período que frequentei o programa de Mestrado em Antropologia Social da Unicamp, fui bolsista da CAPES por dois anos e meio. Agradeço também a Fundação de Pesquisa Científica de Ribeirão Preto (FUNPEC) pela Bolsa de Estudo que me foi concedida no período de junho de 1991 a maio de 1992.

Finalmente, agradeço aos moradores da Emílio Ribas, sem os quais esse trabalho não seria possível.

ÍNDICE

APRESENTAÇÃO

Caminhos Percorridos	8
Opção Metodológica	10
Objetivos	13

PRIMEIRA PARTE

O Poder Público e a Pobreza

A FABES	15
Atendimento Familiar	22
Melhorias em Cortiços	29
Projeto Piloto	33

SEGUNDA PARTE

O Cortiço da Emílio Ribas

Conceito de Cortiço	39
A Entrada no Cortiço	42
Os Moradores	55
Trabalho e Consumo	62
Espaço: A Casa e o Quintal	67
Tempo: Tempo no Cotidiano	74

TERCEIRA PARTE

A Prefeitura no Cortiço

O Atendimento Familiar no Cortiço da Emílio Ribas ..	83
O Grupo de Mulheres	89
A Oficina de Costura	99
O Auto-Gerenciamento	106

CONCLUSÃO	118
-----------------	-----

ANEXOS

BIBLIOGRAFIA

APRESENTAÇÃO

CAMINHOS PERCORRIDOS

Em 1984, ingressei na Prefeitura Municipal de São Paulo (PMSP) como técnica da Secretaria da Família e do Bem-Estar Social na regional da Lapa (FABES-Lapa) onde permaneci até o início de 1987. Fazia parte, como pesquisadora, de uma Equipe de apoio técnico - Sub-unidade de Informações Técnicas (SUIT) - que subsidiava as outras Equipes de trabalho da FABES-Lapa.

Assim sendo, através de um trabalho junto a Equipe de Habitação, tive a oportunidade de visitar diferentes cortiços da região - Lapa, Pompeia, Perdizes - e me interessar particularmente pelo modo de vida de seus moradores, os encorticiados¹. Foi o interesse em conhecer e estudar os cortiços e seus moradores que me trouxe de volta à Universidade em 1985, quando ingressei no programa de mestrado em Antropologia Social da UNICAMP.

Em 1984 fiz um trabalho de pesquisa em nove cortiços de Perdizes para subsidiar a atuação da FABES-Lapa em outros cortiços². Depois, em 1985, técnicas das Equipes de trabalho - Habitação e Menor - convidaram-me para participar do projeto Atendimento Familiar a ser implantado em um cortiço de Perdizes.

¹ "O cortiço (cujo nome parece derivar de cortiça, tecido cheio de casulos, tipo colméia) composto de cubículos, no maior número possível..." (São Paulo (cidade), 1986:13). Os termos "encorticiamento" e "população encorticiada" fazem parte da linguagem técnica da Prefeitura.

² São Paulo (cidade) 1985a "Caracterização da população moradora em 09 cortiços da área administrativa da Lapa", (FABES-Lapa), (mimeo).

O projeto Atendimento Familiar (AF), visava atender, com auxílio financeiro, crianças de até 4 anos de idade que não estivessem matriculadas em creche. Sendo assim, no cortiço escolhido para implantação do projeto, formou-se um grupo de mulheres criado, a partir das famílias inscritas no AF que se reunia semanalmente com algumas técnicas da FABES-Lapa. O trabalho que me propunha naquele momento tinha dois objetivos: caracterizar a população moradora no cortiço da rua Dr. Emilio Ribas 57 e também registrar a implantação do projeto. O acompanhamento do trabalho da Prefeitura por dois anos, foi fundamental para a realização de minha pesquisa.

Na época em que era aluna de graduação, uma das questões mais discutidas nas Ciências Sociais era a questão dos movimentos sociais e dentro destes, a questão da mulher. Esse fato despertou meu interesse e influenciou a minha escolha pelo estudo que tratava da questão da mulher. Dessa maneira, os dois tempos distintos de minha trajetória pessoal - a LBA num primeiro momento (1980/1983) e a Prefeitura num segundo (1984/1987) - possibilitaram que fosse reforçado o meu interesse em estudar a relação que se estabelece entre mulheres de famílias de baixa renda e o Estado com seus programas assistenciais às crianças e às famílias³.

³ Em 1980 quando ainda era aluna de graduação em Ciências Sociais na Unicamp comecei a trabalhar como voluntária no Programa de Assistência Dietética (PAD) da Legião Brasileira de Assistência (LBA) no Jardim Ipaussurama, bairro de periferia de Campinas, assumindo a condição de coordenadora dos grupos. Desenvolvi, no referido programa, um trabalho com mulheres gestantes e/ou nutrízes inscritas que se dividiam em dois grupos para quinzenalmente receberem o leite em pó. Os

Chegando no cortiço da rua Dr. Emilio Ribas durante tantos dias e noites no período de praticamente dois anos (março/1985 a julho/1987), meu interesse foi o de olhar aquele espaço social através das muitas mulheres que habitavam o local e com as quais me relacionava. Minha entrada no local se deu pelo mundo feminino. Foram as mulheres a ponte de entrada de um programa da Prefeitura dirigido as suas famílias. Assim, as mulheres moradoras passaram a ser as principais interlocutoras do período que trabalhei-pesquisei no cortiço.

OPÇÃO METODOLÓGICA

Minha entrada no cortiço se deu pelo menos de duas maneiras diferentes. Uma enquanto funcionária pública juntamente com outras técnicas e outra como antropóloga (pesquisadora). Como antropóloga (pesquisadora) me dispus a desenvolver um trabalho individual que complementou minha pesquisa. Essa dupla inserção que vivenciei tinha suas ambiguidades. Por exemplo, de início fazer parte de uma Equipe de trabalho da Prefeitura Municipal de

grupos inicialmente formados para o recebimento de leite tornaram-se com o passar do tempo, espaço onde as mulheres coletivizavam suas experiências individuais nas nossas discussões. A minha intenção, ao assumir a coordenação desses grupos, sempre foi a de saber, junto às mulheres, o que era relevante para elas discutirem sobre suas vidas cotidianas. As discussões, em geral, giravam em torno de temas como sexualidade e saúde, entre outros. Em 1982, desenvolvi uma pesquisa com algumas mulheres participantes do Programa de Assistência Dietética (PAD), não só no lugar onde os grupos se reuniam para o recebimento do leite, mas também em suas casas. Neste período fui bolsista da FAPESP (bolsa de Aperfeiçoamento - 1982/1983): "A mulher-mãe: estudo sobre a unidade doméstica e papel feminino no Jardim Ipaussurama, bairro de periferia de Campinas".

São Paulo (PMSP) através de um seus órgãos, a FABES, legitimava e até facilitava minha entrada no cortiço. À medida que o tempo foi passando, muitos conflitos entre os moradores foram surgindo justamente por causa dessa intervenção por parte do poder público no local.

O fato de muitas vezes não concordar com a postura filantrópica tanto do grupo de técnicas quanto do programa no qual estava vinculada, não necessariamente me distanciava da imagem de ser um membro da Prefeitura para o morador. Embora estando presente no local em diferentes momentos (finais de semana, período de férias das técnicas), era vista como alguém da Prefeitura, mesmo depois que saí da FABES.

Depois de um período de dois anos no cortiço (1985/1987), optei não só por sair da Prefeitura em fevereiro de 1987, como também por finalizar meu trabalho de campo em julho do mesmo ano. Decidi voltar ao cortiço em 1991 para visitar os moradores conhecidos que ainda permaneceram no local.

A experiência adquirida através de meu trabalho como técnica da Prefeitura e pesquisadora de um cortiço da cidade de São Paulo, e ainda, os estudos e bibliografia teórica com que tomei contato no curso de mestrado possibilitaram-me exercitar o ofício do etnógrafo sugerido por Malinowski.

Apesar de não estar estudando grupos tribais no Pacífico ocidental como o fez Malinowski, era estrangeira ao cortiço e a seus moradores. Como meu trabalho técnico exigia minha presença em campo, adotei a "observação participante" (Malinowski, 1986) como procedimento metodológico visando conhecer mais pro-

fundamente o cotidiano da população moradora do cortiço. Incorporei no meu trabalho de campo as inquietações de Zaluar (1985, 1986) na pesquisa em que fez junto a grupos populares em Cidade de Deus (Rio de Janeiro), quando discutiu o papel do antropólogo enquanto um interlocutor estrangeiro ao grupo que estuda a linguagem dos "nativos" e por isso precisa aprendê-la de fato. Assim, através da leitura que a interlocução possibilita, o antropólogo poderá então contribuir para o entendimento do mundo social e simbólico do outro. Sem perder de vista as distâncias concretas existentes no tempo e no espaço entre o momento da pesquisa e o da escritura do texto - "na etnografia, a distância entre o material bruto da informação... e a apresentação final dos resultados é frequentemente enorme" (Malinowski, 1986:27).

Durante meu trabalho registrei em meu diário de campo minhas impressões cotidianas acrescidas de minhas anotações *in loco*. Entrevistei pessoas em diferentes momentos das seguintes maneiras: em entrevistas sem roteiros pré-estabelecidos e em entrevistas relativas a algum assunto específico, sendo que para registrar as falas, anotava-as por escrito e só algumas vezes utilizava o gravador. Em algumas ocasiões fotografei. E ainda, para poder observar e participar, estive presente no cortiço em diferentes momentos num período de pelo menos dois anos que me permitiram, não só um conhecimento, mas principalmente meu comprometimento afetivo com os meus sujeitos.

OBJETIVOS

Os programas da Prefeitura dirigidos à população de baixa renda que o presente trabalho se propõe a apresentar, referem-se, tanto à problemática do atendimento ao menor quanto à problemática habitacional. Diante disso, este estudo tem como objetivo realizar uma avaliação de como foi vivida e pensada a intervenção da Prefeitura junto ao cortiço. Para alcançar esse objetivo, farei uma leitura do sentido da participação dos moradores nos programas da Prefeitura e de que maneira essa participação interferiu na organização da vida cotidiana, nas relações entre as pessoas e na elaboração da visão de mundo desses sujeitos.

Este estudo está dividido em três partes. Na primeira farei um recorte do poder Municipal através da Secretaria da Família e do Bem-Estar Social (FABES) durante a gestão do PMDB com seus programas alternativos de atendimento ao menor - Atendimento Familiar - e de habitação - Melhorias em Cortiços. Na segunda parte apresentarei o cortiço da Emílio Ribas onde esses projetos foram implementados através da FABES-Lapa. E na terceira parte discorrerei sobre a relação estabelecida entre a Prefeitura, com seus programas e técnicos, e a população moradora no cortiço.

PRIMEIRA PARTE:

O PODER PÚBLICO E A POBREZA

A FABES

Meu trabalho consiste em relatar o processo de implantação de dois projetos da Prefeitura Municipal de São Paulo (PMSP) num cortiço da cidade através da Secretaria da Família e do Bem-Estar Social (FABES) durante a gestão do PMDB (1983/1985) período em que insere parte de meu tempo de trabalho e de pesquisa (1984/1985). Antes porém, farei referência à institucionalização do Bem-Estar Social na PMSP.

A ação da PMSP no campo do Bem-Estar Social, ocorreu a partir da década de 50, coincidindo com a legitimação do ensino e profissionalização do Serviço Social no país. O Serviço Social, desde sua criação, fundamentou sua ação no benefício e na "promoção do homem" (Miguel, 1980).

Miguel (1980) apresentou em seu estudo a ideologia do Serviço Social no país - sua criação (década de 30) e suas transformações ao longo do tempo (décadas de 50, 60 e 70). Segundo a autora, a legitimação do profissional de Serviço Social, se deu no momento em que o governo do país pregava o projeto de desenvolvimento, segundo interesse das classes dominantes, quando todos os cidadãos eram chamados a fazer parte desse projeto nacional. Diante disso, o assistente social "terá papel fundamental a permear com sua técnica a relação capital e trabalho" (Miguel, 1980:65). Caberá então ao assistente social, dirigir e executar serviços para que se solucionem os problemas sociais, ou seja, ele vai controlar/ajustar os conflitos a serviço do desenvolvimento.

"... uma vez que os desajustados, os segregados não aparecem como decorrência (ou gerados) do (no) modo de produção capitalista, e sim como anomalias dentro do sistema que, para serem tratadas, conta-se com o Estado (sociedade política) e com as instituições (sociedade civil)..." (Miguel, 1980:45)⁴.

• Em 1951 criou-se a Comissão de Assistência Social do Município de São Paulo (CASMU) subordinada ao Gabinete do Prefeito (Teixeira, M.A.C., 1983). Uma das características do trabalho dessa comissão era o seu caráter beneficente. Em 1955, criou-se a Divisão de Serviço Social do Município de São Paulo (DSS) também subordinada ao Gabinete do Prefeito.

"A criação da Divisão de Serviço Social decorreu também da necessidade sentida pelos técnicos que pertenciam à CASMU de se ter uma estrutura mais definida dentro da PMSP que tratasse, de forma técnica, a área de Bem-Estar Social" (Teixeira, M.A.C., 1983:83).

Desde sua criação, em 1955, até o final de sua existência em 1966, a política de atuação da DSS esteve pautada em duas linhas de trabalho - atuação indireta, ou seja, via entidades sociais e atuação direta dos técnicos com a população.

Com propósitos de planejamento centralizado e execução descentralizada em 1965, foram criadas as Administrações Regionais (ARs) que a princípio dividiam a cidade de São Paulo em sete Regiões Administrativas - Sé, Vila Mariana, Pinheiros, Lapa, Santana, Penha e Moóca. Posteriormente, em 1966, ampliou-se para

⁴ Segundo a autora: "O ensino e a profissão, pertinentes ao Serviço Social no Brasil (podendo generalizar para toda a América Latina), estiveram (como significativa parcela ainda está) submersos na visão positivista ou, na sua variação mais moderna, na doutrina funcionalista..." (Miguel, 1980:39).

doze o número de Administrações Regionais (ARs). Nessa época (1966) a DSS foi elevada à categoria de Secretaria de Bem-Estar Social (SEBES).

A SEBES era um órgão centralizado, sem subdivisões regionais. A partir de 1968, foi feita a ligação da SEBES com as Administrações Regionais existentes. Doze assistentes sociais da Secretaria foram lotadas nas - Unidades de Desenvolvimento Comunitário (UDCs) - das ARs e passaram a desenvolver um trabalho mais direto com a população de cada região. "Criavam-se, assim, as subdivisões de Equipamentos Sociais das Administrações Regionais, compostas inicialmente, cada uma, por um assistente social. (...) essas equipes cresceram em importância nas Administrações Regionais. Passaram a desenvolver um trabalho educativo na sua região, através de clubes de mães, sociedade amigos de bairro e outros grupos,..." (Ignarra, 1985:60)⁵.

Em 1970 a SEBES passou a contar com dois departamentos - Habitação e Trabalho (HABI) e Integração Social (INTE). Desde 1976 existia um projeto de descentralização da SEBES em 17 Regionais de acordo com a divisão administrativa das Administrações Regionais. Em 1977, o órgão foi transformado em Coordenadoria do Bem-Estar Social (COBES), subordinada inicialmente à Secretaria das Administrações Regionais (SAR) e posteriormente ligada ao Gabinete do Prefeito. As assistentes sociais da antiga SEBES que

5 A autora discorreu sobre o órgão público onde trabalhou (FABES), através da análise micropolítica do mesmo. "Análise institucional - ou micropolítica - é um procedimento analítico que se propõe a compreender a realidade social como um campo de forças que se confrontam, os indivíduos, os grupos e as instituições" (Ignarra, 1985).

estavam lotadas nas ARs através das Unidades de Desenvolvimento Comunitário (UDCs) executando um trabalho descentralizado e direto com a população foram incorporadas à COBES.

Efetivamente, o processo de descentralização do Bem-Estar Social se deu a partir de 1977 através da COBES. Foram implantadas 17 Supervisões Regionais de Serviço Social (SURSS), que permitiram "um trabalho muito mais próximo da população da periferia, e provocou novas formulações profissionais e novos agrupamentos dentro do órgão" (Ignarra, 1985:64)*.

Em junho de 1982, a Coordenadoria do Bem-Estar Social foi transformada em Secretaria da Família e Bem-Estar Social (FABES). Em 1983, quando o PMDB assumiu a Prefeitura de São Paulo, a FABES continuou existindo.

Desde a década de 70 a população pobre dos grandes centros urbanos do país começou a se expressar através de movimentos reivindicativos. O cotidiano passou a ser *lugar* de luta e resistência frente à dominação instituída pelo Estado. A luta de classes não se restringiu apenas aos espaços políticos instituídos - sindicatos, partidos - mas eclodiu no cotidiano popular através de grupos populares que passaram a reivindicar seus direitos no cenário público (Paoli & Sader, E., 1986; Sader, E., 1988).

O Estado, diante dos movimentos contestatórios e reivindicativos nas diversas situações de dominação, teve que refor-

* Nesse período de descentralização da atuação do Bem-Estar Social Municipal em unidades regionais, foi criada a Supervisão Regional de Serviço Social da Lapa - SURSS-Lapa (1978), onde trabalhei - de janeiro de 1984 a dezembro de 1986.

mular seu papel no sentido do reconhecimento da existência das demandas dos novos atores sociais e da viabilização de intervenção destes sujeitos políticos no seu projeto de sociedade.

A partir da década de 70, dentro desse quadro de mobilização popular, a Prefeitura de São Paulo teve que abrir canais de participação aos movimentos reivindicativos. No período de 1979/1982, deu-se ênfase aos programas "Habitação" e "Menor", visando atender os movimentos em defesa do favelado e pró-creche (Ignarra, 1985).

O ideário político do PMDB na década de 80, pregava a ideia de participação que fosse introdutora de uma sociedade democrática. As práticas cotidianas trazidas pelos movimentos populares deveriam ser incorporadas, possibilitando uma nova relação entre Estado e sociedade civil. No ano de 1982 o partido saiu vitorioso nas eleições a governo do Estado de São Paulo e ao governo Municipal de São Paulo. Isso implicou na viabilização da prática daquele ideário político.

"Estas mudanças na orientação das políticas públicas são significativas na medida em que a noção abstrata de democracia aparece, neste ideário político, como anseio pela participação. Ao emergir como categoria que ordena certas expectativas coletivas e estabelece diretrizes, 'participação'. Passa a suscitar tanto o entusiasmo por parte de certos setores mais engajados nos movimentos políticos, como, ao mesmo tempo, passa a ser incorporada como política de governo" (Sampaio, 1988:45).

Desde sua criação, o departamento responsável pelo bem estar social na Prefeitura de São Paulo, sente falta de uma defi-

nição de sua área específica de atuação. Seus diversos programas acabam por suprir deficiências de outros órgãos.

A FABES, diferentemente de outras Secretarias Municipais, se definia pelo segmento de população ao qual seus programas se destinavam:

"trata da problemática global do segmento carente da população paulistana. Este dado faz da FABES uma Secretaria atípica: sua especificidade não decorre de um setor de serviço a ser prestado; mas, sim, de um segmento da população a ser atendido" (São Paulo (cidade), 1985b:22).

O órgão - FABES - que tinha seus programas fundamentados na carência de uma população sem acesso a benefícios urbanos, incorporou a noção de participação, durante a gestão do PMDB (1983/1985), nas suas propostas de atuação.

As responsabilidades atribuídas ao órgão eram organizadas em programas e sub-programas para o atendimento da população de baixa renda (rendimentos de até três salários mínimos mensais)⁷. Esses setores de atendimento se efetivavam nas 17 FABES-regionais através das Equipes de trabalho assessoradas pela Coordenação Técnica de Programas (FABES-Central) que garantia a uni-

⁷ Na época os programas desenvolvidos pela Secretaria eram: programa de educação de adultos; programa de habitação; programa de atendimento à infância e adolescência; programa de formação e orientação para o trabalho; programa de assistência pública. Em todas as regionais existiam, como desdobramento do programa de assistência pública, quatro sub-programas: APPS (atendimento à população com problemas de subsistência, feito através de convênios da FABES com Entidades Sociais); Plantão de Referência e Informação (funcionava na sede das 17 Fabes-Regionais); Emergência (atendimento às vítimas de situações de emergência - enchente, incêndio, etc); SERCOM (promoção e dinamização de atividades comunitárias, feito também via convênios da FABES com Entidades Sociais).

dade de ação e avaliava as propostas em andamento (São Paulo (cidade), 1984a) (vide anexo 1).

As unidades regionais da FABES seguiam a mesma divisão territorial que as Administrações Regionais Municipais (vide anexo 1). Para implantação de todos os seus programas e sub-programas, tentava-se resguardar as particularidades regionais. Dessa maneira, a descentralização permitiria incrementar a participação indo de encontro ao objetivo primordial do órgão, qual seja, a prestação de serviços a uma camada da população urbana a partir da participação direta da mesma no todo do processo.

"A FABES é um órgão público que, apesar das dificuldades, implementou e realiza, com maior ou menor intensidade conforme seus diferentes programas, a experiência da participação da população, entendendo-a como um processo global que emana em todas as forças sociais. A FABES soube confiar na comunidade, integrando-a ao processo de busca de soluções, dividindo com ela responsabilidades na implementação e operação de serviços" (São Paulo (cidade), 1985b: 28).

Feita a apresentação em linhas gerais da FABES, privilegiarei os programas de atendimento ao menor e habitacional na referida gestão, e verificarei como essas noções pregadas pelo órgão - descentralização e participação - puderam ser postas em prática, através da implantação dos projetos: Atendimento Familiar e Melhorias em Cortiços no cortiço da Emílio Ribas.

ATENDIMENTO FAMILIAR

Em 1983, os debates sobre o atendimento ao menor na Câmara Municipal de São Paulo enfatizavam o dever do Estado de se responsabilizar pelo atendimento a criança de 0 a 6 anos, como direito da população trabalhadora. Nessa época - no triênio 1983/1985 - o programa de atendimento ao menor veiculado pela FABES priorizou em sua atuação o atendimento "alternativo" ao menor de famílias de baixa renda.

Em dezembro de 1984, surgiu como proposta da FABES - Equipe Menor - as diretrizes do atendimento ao menor pelo documento - "Formas Alternativas de Atendimento ao Menor de 0 a 17 anos e 11 meses". Posteriormente, em fevereiro de 1985, foi normatizado o projeto alternativo - Atendimento Familiar - que visava atingir a população demandatária de creche. A FABES:

"deu pleno apoio às iniciativas originadas da população, movimentos, grupos e entidades sociais, que respondessem às necessidades locais e que contribuíssem para minimizar o problema do atendimento à criança. Surgiram, assim, os novos sub-programas: apoio às iniciativas da comunidade, atendimento familiar, creche polo/satélite" (São Paulo (cidade): 1985c:26).

O projeto - Atendimento Familiar - inseriu-se dentro de uma proposta alternativa de atendimento ao menor, veiculada pela Secretaria durante a gestão PMDB (1985). Frente aos limitados recursos disponíveis pela Secretaria para ampliar suas creches (diretas e/ou indiretas), o programa Novas Alternativas surgiu num contexto político que valorizava a participação e co-gestão

popular, visando assim garantir alguma resposta à carência (Cardoso, R., 1984; Rosenberg, 1986)⁶.

Seguem abaixo as principais idéias do projeto elaborado pela Prefeitura: permitir que a mãe cuide da criança em sua própria moradia com auxílio financeiro em espécie de caráter transitório e assistência social e pedagógica até que seja encontrada solução mais eficaz e duradoura para o atendimento das crianças.

A FABES-Lapa, optou pela implantação do AF em alguns cortiços de Perdizes e num núcleo de favela⁷. O primeiro local de implantação do projeto foi no cortiço da rua Emílio Ribas, depois em mais quatro cortiços de Perdizes e num núcleo de população favelada, Humaitá, - a partir de maio de 1985 até o final de 1986, quando o projeto foi desativado na regional da Lapa.

Justificativas apresentadas pela Equipe Menor da FABES-Lapa, para implantação do projeto: alta concentração de crianças na faixa etária de 0-6 anos morando em cortiços; os equipamentos na área para o atendimento desta faixa etária serem insuficientes face à demanda.

E ainda, os técnicos da Equipe Menor propunham: a realização de um trabalho com a demanda existente nas creches, moradora em cortiços da área de Perdizes, a fim de que, ao lado do subsídio financeiro, fosse desenvolvido um trabalho de mobili-

⁶ Segundo essas autoras, a necessidade de dar respostas às demandas da população, tais como programas alternativos de atendimento à criança, foi sentida pelos órgãos públicos em sua relação com a população usuária.

⁷ Os técnicos da Prefeitura definiam núcleo (1980) como um conjunto de barracos - de 1 a 49 - concentrados numa mesma área.

zação e organização da população através da atuação direta dos técnicos com as mães.

Como foi referido anteriormente, o projeto veiculado pela Secretaria à população de baixa renda, visava atender famílias trabalhadoras com crianças de 0 a 4 anos que não estivessem matriculadas em creche. A família inscrita no AF tinha direito de receber a verba correspondente ao número de crianças, nessa faixa etária, existente em seu grupo doméstico:

- 1 criança - 1 valor de referência (v.r.) per capita/mensal
- 2 crianças - 1 e 1/2 v.r. per capita/mensal
- 3 crianças - 2 v.r. per capita/mensal

O valor referência per capita era modificado no decorrer do ano. Existia um valor referência reajustado, a princípio, a cada seis meses. Na prática ocorreu o seguinte: o valor reajustou-se ao final dos períodos de maio/1985 a outubro/1985 e de novembro/1985 a fevereiro/1986 depois, durante o Plano Cruzado o v.r. ficou congelado de março/1986 a fevereiro/1987.

A assistente social responsável pela execução do projeto na área era quem recebia a verba a ser repassada às famílias, tendo para isso uma conta conjunta com a chefia de sua equipe. No repasse da verba, as mulheres assinavam mensalmente um recibo que comprovava o recebimento do valor correspondente ao número crianças de seu grupo doméstico inscritas no AF. Embora o repasse da verba implicasse, para as assistentes sociais do projeto, numa responsabilidade em relação ao dinheiro público, o mesmo representava o esforço de descentralização da Secretaria.

Joseph et alii (1977), ao discutirem sobre o trabalho assistencial promovido por entidades filantrópicas ou mesmo pela administração pública francesa no final do século XIX, descrevem a conduta dos agentes como controladora e disciplinadora das atitudes das famílias pobres e carentes. As entidades e o Estado, através de seus agentes ("visiteurs des pauvres" e "enquêteurs") passavam a visitar as famílias no seu próprio local de moradia para assim melhor conhecerem e controlarem a realidade a ser trabalhada e assistida (Joseph et alii, 1977:83-97).

Acredito que o papel desempenhado pelo agente filantrópico do século passado ainda está presente na prática do serviço social na forma em que é exercido. A FABES sendo uma Secretaria que prestava serviço social à população carente tinha no seu corpo técnico o maior número de assistentes sociais, cujo trabalho era essencialmente conhecer *in loco* a realidade a ser assistida. Não se pode perder de vista a essência do Atendimento Familiar, ou seja, era um programa de assistência à criança e à família fomentado por uma Secretaria de Bem-Estar Social.

No programa alternativo AF os representantes de grupos no poder viabilizaram uma nova possibilidade de intervenção na área do atendimento ao menor. O AF foi criado, implantado e supervisionado pela Prefeitura na tentativa de atender, indireta-

mente, as reivindicações por creche dos grupos populares. E ainda, propunha organizar a população para que a mesma solucionasse seus problemas.

O discurso oficial que criava o Atendimento Familiar evidenciava que a política de ação valorizava a participação e a ação descentralizada, considerando-se ainda o fato de que o Estado aparecia como agente mobilizador da população, à qual seu programa se destinava. O Estado visava estabelecer um outro tipo de relação com a população. Isto é, no projeto renegava-se a forma assistencialista de atendimento e propunha-se um pacto com a população envolvida no mesmo.

"Através da idéia de participação, os órgãos de atendimento público propõem-se implantar políticas sociais mais democráticas, menos assistencialistas, abrindo aos beneficiários canais para o encaminhamento de reivindicações e tomadas de decisões em assuntos de seu próprio interesse". (Sampaio, 1988: 235).

Sampaio (1988) estudou a criação e implantação do programa "cozinha comunitária" em três municípios da Grande São Paulo durante a gestão PMDB (1983/1985) e este também estava inserido na proposta política do partido, qual seja, "participação/descentralização".

Tracei um paralelo entre o trabalho de Sampaio (1988) - "cozinha comunitária" - e o meu - Atendimento Familiar. Tanto o programa "cozinha comunitária" como o projeto "atendimento fami-

liar" foram concebidos a partir da identificação de um trinômio: "carência", "participação" e "desenvolvimento do sujeito coletivo" (Sampaio, 1988:220).

Ao criar e implantar o AF, a Prefeitura esperava que a população tivesse uma reação coletiva positiva frente a seu projeto. A Prefeitura esperava também, com seu projeto, mobilizar a população para que esta organizasse seus interesses supostamente comuns e se desenvolvesse enquanto sujeito coletivo¹⁰.

Na proposta do AF penso que a carência estava contida tanto no âmbito doméstico como no domínio público. Doméstico, pelo fato das famílias participantes do mesmo terem crianças entre 0 a 4 anos que não frequentavam creche. E, ao mesmo tempo, público, pois a creche municipal é um equipamento criado para acolher crianças de famílias de baixa renda. O cuidado com a criança não cabe apenas à família, tendo o Estado que participar com sua parcela, garantindo de alguma maneira o acesso da mesma a seus programas em um contexto urbano.

O fato do AF ter sido um programa alternativo ao atendimento à criança, não necessariamente atendia a demanda por creche. A resposta dada pelo Estado à população não era a esperada, ou seja, o AF de forma alguma substituíria a creche. A mulher participante do programa, quando trabalhava fora, buscava alguém e/ou algum lugar que pudesse substituí-la no cuidado com a

¹⁰ Sader, E. (1988) formulou em seu trabalho o sentido de sujeito coletivo: "quando uso a noção de sujeito coletivo é no sentido de uma coletividade onde se elabora uma identidade e se organizam práticas através das quais seus membros pretendem defender seus interesses e expressar suas vontades, constituindo-se nessas lutas" (Sader, E. 1988:55).

criança. No máximo, o AF poderia coexistir com a creche, mas nunca substituí-la. Essa referência à creche municipal não implica que a defesa como equipamento ideal para guarda da criança; isso seria uma outra discussão que não se incorpora nesse estudo¹¹.

O que a Secretaria chama de alternativo, pesquisadores da Fundação Carlos Chagas - Rosenberg (1981, 1986) e Campos (1985), entre outros - chamam de atendimento emergencial, pois aquele deixa de lado uma série de outras funções. Essas autoras apontam como inadequada a adjetivação alternativo pois, esse adjetivo encobre as verdadeiras condições de atendimento à criança.

O Estado brasileiro, embora pressionado a compartilhar com as famílias a guarda e a educação da criança, "reluta em assumir (quer economicamente, política ou ideologicamente) plenamente este compartilhar" (Rosenberg, 1986:75). Isto significa que a criança não está sendo atendida de forma integrada - saúde, alimentação, atividade pedagógica e de estimulação. No AF o Estado assumia parcialmente a alimentação e/ou vestuário das crianças inscritas¹².

¹¹ Para uma análise mais detalhada sobre a relação adulto-criança, vide Tedrus (1987). A autora discute em seu trabalho a socialização e guarda da criança em espaços institucionalizados tais como, escolinhas e creches. E ainda, as autoras - Campos (1985) e Rosenberg (1981, 1986) - criticam em seus artigos as formas ditas "alternativas" de guarda da criança pequena que têm sido institucionalizadas pelo Estado.

¹² Ariès (1984) em seu trabalho sobre a - "História Social da Criança e da Família" - apresenta o sentimento da família e da criança se constituindo na sociedade moderna. Hoje os programas destinados à infância adquiriram extrema importância, reforçando o lugar ocupado pela criança na família e na

Concordo com Campos (1985) quando a mesma critica essas formas de atendimento alternativo à criança de família de baixa renda, denunciando-as como uma "forma de lidar pobremente com a pobreza", constituindo-se muitas vezes numa "solução miserável para populações pobres".

No Atendimento Familiar, o alternativo para a Prefeitura era devolver à comunidade a guarda de suas crianças. A Prefeitura acabava não assumindo o encargo de atender os filhos dos trabalhadores. O direito à creche ficava em segundo plano.

MELHORIAS EM CORTIÇOS

A Administração Municipal Mário Covas solicitou às Secretarias - do Planejamento (SEMPLA), da Habitação e Desenvolvimento Urbano (SEHAB) e da Família e Bem-Estar Social (FABES) - a elaboração do Plano Habitacional do Município, a ser implantado no período de 1983/1987. A gravidade da questão habitacional no Município gerou políticas e programas que destacaram a problemática de favelas, cortiços e auto-construção (São Paulo (cidade), 1984b). Dentre os programas contidos no Plano Municipal de Habitação, destaca-se o Programa de Melhorias em Cortiços, de interesse para o presente estudo.

Em 1975, a então Secretaria de Bem-Estar Social (SEBES) preocupada com a abrangência dos cortiços no município e a ausência de conhecimento sobre a questão, realizou uma pesquisa que

sociedade; muito embora o Estado não assuma ainda todo o papel que lhe cabe nessa relação (Estado-população).

resultou no documento - "Diagnóstico sobre o fenômeno cortiço no Município de São Paulo" - elaborado pelo Departamento de Habitação e Trabalho (SEBES-HAB1) (São Paulo (cidade), 1975). Esse documento subsidiou as discussões para implantação de uma política pública concreta na realidade dos cortiços no ano de 1983.

O Poder Público, em 1983, ao retomar considerações sobre o histórico do cortiço na cidade de São Paulo - final do século passado - reconhecia a ausência de políticas públicas que enfocassem essa realidade e a necessidade imediata de intervenção: "da legislação municipal, o cortiço foi retirado em 1955, pela lei número 4615 de 18/01 que revogou todos os artigos de leis anteriores em que ele aparecia" (Teixeira, A.C. 1982:123).

Assim sendo, o Plano Municipal de Habitação (1983) propunha a atuação institucional, impondo "a realização de pesquisa sobre cortiço/encortiçado em todo o Município e a análise em profundidade de algumas regiões" e ainda, "a longo prazo, o Poder Público deve pensar em legislação normativa para este tipo de uso" (São Paulo (cidade), 1984b).

Atribuíram-se às diferentes Secretarias envolvidas, papéis complementares para um possível trabalho conjunto, cabendo à FABES gerenciar o programa em termos de pesquisa e cadastramento dos cortiços e encortiçados das diversas regionais do Município. E ainda, devido a reduzida experiência que o Poder Público possuía para intervenção no problema de cortiço no Município, o Plano propunha uma intervenção inicial restrita e preparatória para ampliação da intervenção.

A FABES ficou atribuída a responsabilidade de implantar o Programa de Melhorias em Cortiços. Visando essa intervenção, foram feitas na Secretaria uma série de discussões que resultaram na elaboração de um Projeto e na execução de uma experiência-piloto a fim de se conhecer a realidade dos cortiços e operacionalizar os objetivos propostos pelo Programa.

No processo de conhecimento da realidade dos cortiços e sua população, a Secretaria promoveu inúmeras reuniões com entidades, movimentos e instituições que atuavam nesse contexto. Na regional da Sé, por exemplo, existiam entidades sociais, movimentos e/ou instituições que desenvolviam trabalhos com população moradora em cortiços¹³. O Movimento de População Moradora em Cortiço, realizava reuniões sistemáticas na Paróquia de Santa Cecília (num domingo do mês, à tarde). Esses encontros eram promovidos pela Pastoral das Áreas Carentes. Nessas reuniões os moradores pediam algum tipo de apoio legal pelo fato de serem inquilinos informais, sujeitos a taxas exorbitantes no que se referia a cobrança de água, luz e aluguel. E ainda, alguma melhoria nos imóveis (aspectos físicos) e a abertura de creche (São Paulo (cidade), 1983a).

Esses contatos permitiram a delimitação da área de intervenção para execução da experiência-piloto pela Secretaria. Foram escolhidas duas áreas centrais: a área de Santa Cecília

¹³ É na região central que se concentram os cortiços mais antigos da cidade; "...até a década de 1920 aproximadamente, São Paulo era uma cidade relativamente pouco segregada (...) era frequente a proximidade de cortiços e classes abastadas na mesma área" (São Paulo (cidade), 1986:13).

(regional -Sé) e do Centro Social São Geraldo (regional-Lapa), pois tanto a Paróquia Santa Cecília como o Centro Social São Geraldo atendiam quase que exclusivamente população moradora em cortiço. O Projeto Piloto Melhorias em 7 Cortiços (4-Santa Cecília e 3-Pêrdizes) foi implantado pela FABES com uma equipe de técnicos escalados para essa função (São Paulo (cidade), 1983b)¹⁴.

O sentido da experiência piloto dirigia-se a questões relativas à organização dos moradores para auto-gestão e a possibilidade de melhorias físicas nos imóveis. Desde o princípio, as discussões sobre a forma de atuação nos cortiços pressupunha que o trabalho a ser feito seria de organizar a população para que esta defendesse seus direitos enquanto moradora.

Por sua vez, os técnicos sempre relutavam ao esbarrar com a proposta de melhorias físicas, pois estavam diante de propriedades privadas. Sabendo-se que o cortiço apresentava vários aspectos - uso, ocupação, organização, gestão, situação jurídica e física, entre outros - como intervir nessa realidade sem correr o risco de ameaçar a expulsão dos moradores? Ou seja, desde o início questionou-se o papel e as atribuições da Secretaria frente à problemática habitacional. Qual seria enfim, a competência do órgão? A FABES teria infra-estrutura para arcar com tal trabalho? E ainda, no que se referia à proposta de organização dos moradores, seria esse o papel da FABES? Essas, entre outras,

¹⁴ Participaram da execução do projeto: técnicos da FABES-Central - Equipe de Habitação, Assessoria Jurídica e Ação Regional e do Setor de Equipamentos - e ainda, elementos das FABES - Sé e Lapa - envolvidas no Projeto.

foram questões que estavam constantemente presentes na experiência-piloto em cortiços.

Embora em alguns locais, como aconteceu na Paróquia Santa Cecília, existisse o movimento de população moradora em cortiços, esta foi articulada por agentes externos ao grupo - Pastoral das Áreas Carentes. Como mencionei anteriormente, os trabalhadores passaram a ser vistos como sujeitos, a partir de suas práticas cotidianas quando "elaboram e produzem representações próprias, de si mesmos..." (Paoli & Sader, E. 1986:62)¹⁵. Coube então ao Poder Público, absorver as demandas veiculadas pela população, incorporando-as em sua proposta política.

Os dados acima apresentados indicam de que maneira a Prefeitura retomou o processo de conhecimento dos cortiços, bem como aquele de intervenção junto aos mesmos.

O PROJETO PILOTO

Como foi acima mencionado as FABES-regionais escolhidas para vivenciarem o Projeto Piloto foram Sé e Lapa, assessoradas por um grupo de técnicos da FABES-Central requisitados especialmente para tal empreendimento.

O objetivo do Projeto Piloto era o de poder testar formas de intervenção em cortiços que privilegiassem basicamente, melhorias físicas e formas alternativas de gerenciamento.

¹⁵ Paoli & Sader, E. (1986) discutiram sobre a constituição dos movimentos sociais nas décadas de 70 e 80.

Os técnicos da Equipe de Equipamentos da FABES-Central, responsáveis pela vistoria e posterior indicação de melhorias físicas nos imóveis, fizeram uma avaliação sobre os sete cortiços (4/FABES-Sé e 3/FABES-Lapa) escolhidos para intervenção. Os objetivos dos trabalhos nestes sete cortiços eram: realização de melhorias físicas nesses cortiços que garantissem condições mínimas de habitabilidade; orientação jurídica para atendimento dos moradores; criação de condições para que os moradores se organizassem.

Uma vez que a atuação visava concretizar os objetivos acima mencionados, considerava-se importante contactar os diferentes sujeitos envolvidos: moradores, proprietários e/ou sublocadores, entidades sociais das áreas (Sé e Lapa) e órgãos públicos ou autárquicos.

Em dezembro de 1983, foram feitos contatos com os proprietários dos cortiços em estudo, com objetivo de cobrar-lhes "melhorias" nos imóveis. Para isso, utilizaram-se informações legais tentando impor-lhes multas como forma de pressão caso não executassem as "melhorias". Porém, pouco efeito tiveram esses contatos; os proprietários não se importunaram com tais ameaças, pois sabiam que tinham o direito de vender seus imóveis e/ou despejar os moradores. A Prefeitura, por sua vez, não contava com legislação específica para cortiços e caso exigisse de fato dos proprietários "melhorias" baseadas no código de obras e na legislação sanitária, não sobraria um cortiço em pé. Na prática, o Poder Público foi percebendo seus limites frente à realidade dos cortiços.

A experiência deixou claro aos representantes do Poder Público que este não seria o caminho viável para se atingirem as melhorias propostas. Prosseguiu-se então a experiência através do contato com os intermediários dessa relação - os sublocadores. De início, alguns sublocadores aceitaram realizar as melhorias solicitadas pela FABES. Foi estabelecido um prazo para realização das reformas, sendo que os custos não deveriam recair sobre os aluguéis. No final, foi verificado que apenas alguns dos intermediários realizaram parte das melhorias e outros não cumpriram nada do que foi proposto.

O cortiço da Emílio Ribas foi um dos cortiços escolhidos para contato durante o período de atuação da experiência-piloto - dezembro de 1983 a março de 1984. O cortiço foi fechado pelo sublocador por três meses (maio/1984 a julho/1984) e seus moradores tiveram que ir embora. Não se pode afirmar que existia alguma relação direta entre a intervenção da Prefeitura e o fechamento do cortiço, pois o sublocador apenas pintou o imóvel e depois o reabriu (agosto/1984)¹⁶.

Seguiu-se a essas tentativas de acordo com os administradores - proprietário e/ou sublocador - dos cortiços, um trabalho "junto aos moradores, visando esclarecê-los quanto aos seus direitos de inquilino (pautando-se na lei do inquilinato) e alertando-os da necessidade de se organizarem para a obtenção de melhorias" (São Paulo (cidade), 1984c).

¹⁶ Obtive essas informações de Sebastião (paraibano, vigia) que chegou da Paraíba direto para o cortiço em dezembro de 1979. Foi despejado em maio de 1984 e depois voltou quando reaberto o cortiço, agosto de 1984.

As entidades sociais das áreas, os técnicos sugeriram o envolvimento das mesmas no trabalho direto com os moradores, principalmente no que se referia ao atendimento jurídico, visando a implantação de plantões de assistência jurídica.

Ainda, buscando executar a proposta de trabalho, técnicos da Equipe Cortiço (fevereiro/1984) fizeram um levantamento dos gastos da população encortiçada com taxas de água e energia elétrica (a partir dos cortiços considerados pela experiência-piloto), visando acionar as concessionárias - Sabesp e Eletropaulo - para um programa de tarifas sociais¹⁷.

A Sabesp propôs seu programa de tarifas sociais a todos os cortiços do Município desde que encaminhados pela FABES com documento e croqui do imóvel. Ao passo que a Eletropaulo iniciou seu trabalho experimental com cem imóveis também indicados pela Secretaria.

Dentre as dificuldades apontadas no plano de trabalho, sabia-se desde os primórdios das discussões intra-Secretaria, "que o cerne da questão estava em conciliar o beneficiamento de uma propriedade privada e o atendimento da população carente, não proprietária, que habita nela" (São Paulo (cidade), 1983c).

Como consideração final ao Projeto Piloto de Melhorias em Cortiços, os técnicos envolvidos deixaram claro sua postura frente ao mesmo. A opinião dos técnicos era de que a melhoria dos cortiços (intervenção física no imóvel), esbarrava num aspecto

¹⁷ As propostas se encontram no documento - "Proposta para redução das taxas de água e energia elétrica para populações encortiçadas" (São Paulo (cidade), 1984d).

crucial que era a propriedade privada do imóvel. E ainda, dispor de verbas públicas para uma propriedade particular, traz vantagens ao dono do imóvel, na medida em que valoriza a propriedade individual, em detrimento do conjunto dos moradores de aluguel.

Dos objetivos primeiros da experiência piloto às reais possibilidades de atuação, o órgão conseguiu implementar: assistência jurídica aos moradores através de convênios com entidades; redução de tarifas de água, esgoto e energia elétrica; continuação do cadastramento dos cortiços nas regionais; e ainda, o encaminhamento de uma proposta de decreto em fase de minuta, visando instituir "normas de edificações especiais para os imóveis encortiçados" (Almeida, 1985). No que diz respeito à proposta de melhorias físicas nos imóveis encortiçados, a Prefeitura não obteve êxito, quer seja junto aos proprietários ou sublocadores, quer seja frente a seu grupo de técnicos.

SEGUNDA PARTE:

O CORTIÇO DA EMÍLIO RIBAS

CONCEITO DE CORTIÇO

Antes de apresentar o cortiço da Emílio Ribas propriamente, farei referência ao conceito de cortiço utilizado pela Prefeitura.

A Prefeitura Municipal de São Paulo, através da Secretaria da Família e Bem-Estar Social (FABES), classificou os cortiços em - casa subdividida, cômodos de quintal, habitação mista e vila. Este tipo de moradia não é apenas característica das áreas centrais, atualmente aparecem também em bairros periféricos. No centro, casarões antigos são transformados em habitação coletiva, ao passo que na periferia, "... no que resta do terreno, após a construção da casa, os moradores de periferia constroem sequências de cubículos. Eles são servidos por um único banheiro, um único tanque e, não raro, um único poço..." (Ant & Kowarick, 1982:64), neste caso são denominados casas coletivas.

Segundo documento da FABES, cortiço é:

"uma habitação coletiva, ou seja, uma ou mais edificações construídas num mesmo lote urbano, que se subdividem em cômodos geralmente de tamanho e uso inadequado para as funções às quais se destinam. Apresenta o uso comum de circulação interna e externa, área de lavagem e secagem de roupas e instalações sanitárias. O uso comum de infra-estrutura, na maioria das vezes precária, acrescentam características em relação às condições de habitabilidade no cortiço tais como: superlotação de pessoas num mesmo ambiente, congestionamentos, falta de condições de higiene, promiscuidade, risco de incêndio ocasionado pela má conservação e sobrecarga nas instalações elétricas. Outra característica comum fundamental que deve ser apontada na caracterização do cortiço, é a existência de uma relação de locação, na maioria das vezes infor-

mal entre moradores e proprietários ou sub-locadores destes conjuntos de cômodos. Este fato leva a um aumento abusivo e indiscriminado de aluguéis, principalmente nos cortiços onde se encontra a figura do intermediário. Toda esta situação se agrava pela ausência de organização dos moradores, aumentando assim as condições de espoliação a que estão submetidos. Deve ser ainda destacado, como fator comum a todos os cortiços os preços elevados das taxas de água e luz, quer pelo proprietário ou sub-locador que cobra mais que o valor real, quer pelo regime de taxaço empreendido pelas concessionárias de água, esgoto e energia elétrica. Quanto as características variáveis, que distinguem tipos de cortiços, pode-se caracterizá-los através da confrontação física dos imóveis que se apresentam sob vários aspectos: casarões, sobrados, porões, cômodos de quintal, edifícios, ou mesmo estas situações combinadas " (São Paulo (cidade), 1984e):

Segundo o parecer dos técnicos da Prefeitura o imóvel do cortiço da rua Emílio Ribas 57 foi caracterizado como vila, situado entre as ruas Traipu e Alberto Torres, no bairro de Perizes dentro dos limites administrativos da Administração Regional da Lapa (AR-Lapa).

Conceituação do tipo de habitação:

"Por casa subdividida entende-se uma casa ou casarão que tem seus cômodos alugados para várias pessoas e/ou famílias que utilizam equipamentos de infra-estrutura comuns (banheiro, cozinha, etc). Não estão incluídas nesta categoria as pensões onde o pensionista aluga um quarto ou uma vaga, mas não cozinha no local, e se lá toma as refeições paga ao dono da pensão. Por cômodo de quintal entende-se a existência de cômodos localizados em um terreno onde existe na frente uma residência, quase sempre unifamiliar ou um estabelecimento comercial. Para serem caracterizados como 'cômodo de quintal' é necessário que exista a utilização coletiva de pelo menos um dos seguintes equipamentos: tanque, pia de cozinha, banheiro. Por habitação mista entende-se a situação onde exista uma

casa subdividida e cômodos de quintal no mesmo terreno. Por vila entende-se a existência de cômodos semelhantes aos cômodos de quintal, mas sem a presença da casa na frente, normalmente são construídos em corredor" (São Paulo (cidade), 1983d).

O cortiço¹⁰ é uma modalidade de habitação que está muito longe de desaparecer, pelo contrário, pois diante do modelo econômico vigente, a possibilidade dos trabalhadores morarem em casa própria está cada vez mais remota. O cortiço é uma opção para pessoas pertencentes à classe trabalhadora que, visando contornar os problemas de distância e renda, procuram morar em locais mais próximos do trabalho ou da possível oferta de emprego (Salmen, 1970; Medina, 1982). O que o caracteriza é o fato de ser habitação coletiva, situada num lote onde seus moradores obrigatoriamente dividem banheiro, tanque, pias e outras áreas comuns. E ainda, "... esta modalidade de moradia apoia-se no aluguel de cômodos de mínimas dimensões " (Ant & Kowarick, 1982:64).

É preciso porém deixar claro que o morador de cortiço se refere ao seu local de moradia como pensão e nunca como cortiço¹⁰. Esses conceitos - pensão e cortiço - remetem à oposição explícita que há entre os discursos da Prefeitura, através de seus agentes e programas, e da população moradora; há a fala oficial versus a expressão costumeira.

O morador, em suas conversas, refere-se ao local onde mora, usualmente da seguinte forma:

¹⁰ Medina (1982) em seu trabalho sobre cortiços do Bexiga também observou essa distinção no uso dos termos - cortiço e pensão.

"... vim do norte direto para essa pensão aqui..." (Sebastião)¹⁹.

A. ENTRADA NO CORTIÇO

Para se entrar no cortiço da rua Emílio Ribas 57, atravessava-se um longo corredor que é o único acesso entre o cortiço e a calçada (ver fotos 1 e 2). Assim, o cortiço situa-se bem ao fundo de um lote, não sendo visto da rua. Do portão de entrada, feito de compensado de madeira, logo se avistavam alguns cômodos da ala que chamei de A (ver figura 1 e fotos 3 e 4) e algumas mulheres nos tanques e pias cuidando de seus afazeres domésticos. Também viam-se homens conversando e/ou jogando carteados perto do portão.

A outra ala, a que chamei de B (ver figura 1 e fotos 5 e 6) não é visualizada do portão de entrada; precisa-se dobrar à direita e caminhar alguns metros por um corredor, tornando a virar à esquerda. Nesta ala os cômodos tinham sido construídos junto aos muros que delimitavam a área do terreno, o que fazia com que essa ala possuísse um grande espaço de circulação. A sensação que tinha era a de estar entrando num quintal amplo. Diferentemente do que acontece na outra ala (A), onde existem seis cômodos construídos no meio de um possível antigo quintal. Via-se também na ala B crianças brincando, mulheres nos tanques e pias, homens dispersos ou reunidos, além de roupas penduradas nos varais.

¹⁹ Todos os nomes são fictícios.

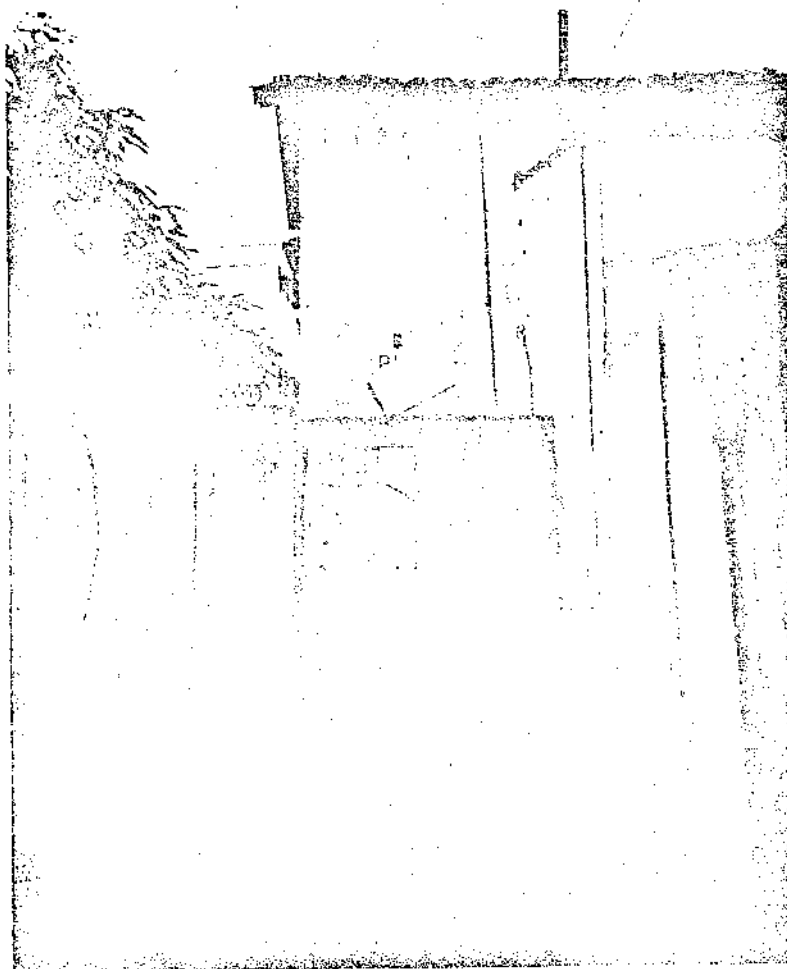


Foto 1 - Entrada do cortiço
(1986)

Obs: O fato de estar escrito pa
ra o morador usar a chave não
necessariamente correspondia à
realidade, ou seja, na época que
comecei a trabalhar no cortiço
não havia mais cadeado no portão.
Contaram-me os mais antigos que
uma vez perdido o cadeado, o mes
mo não foi repostado.

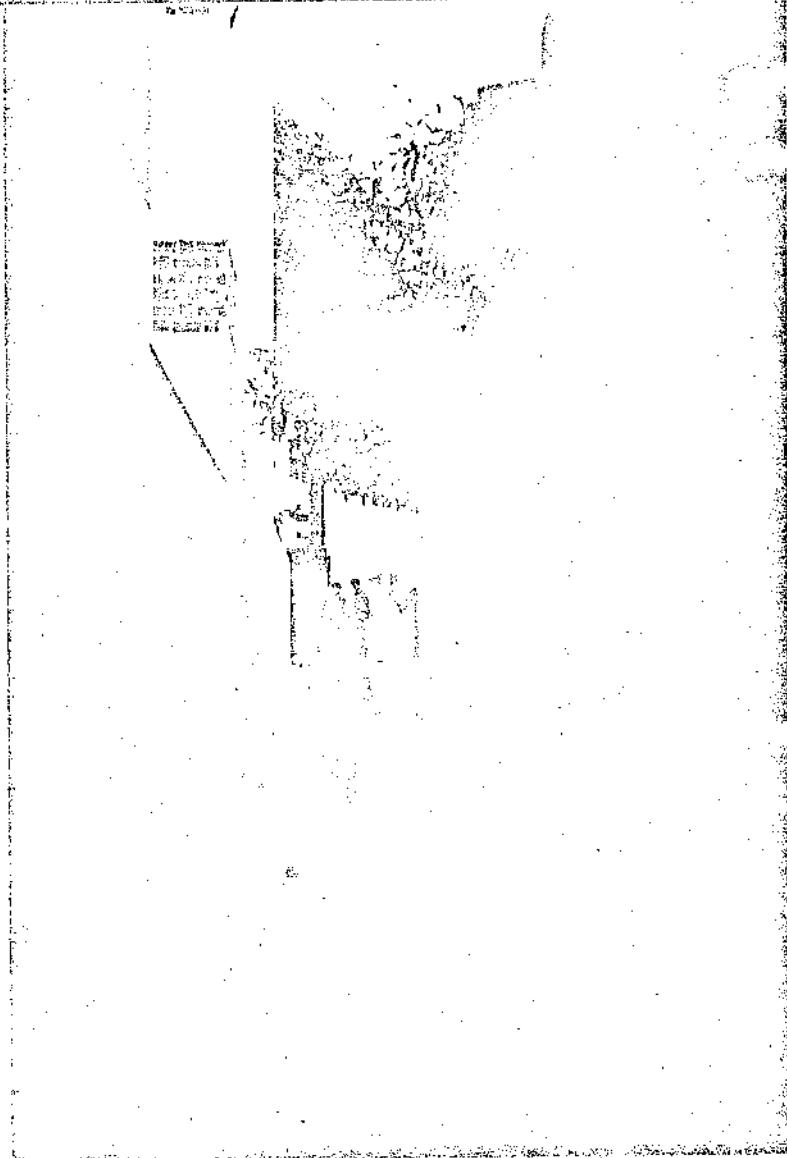
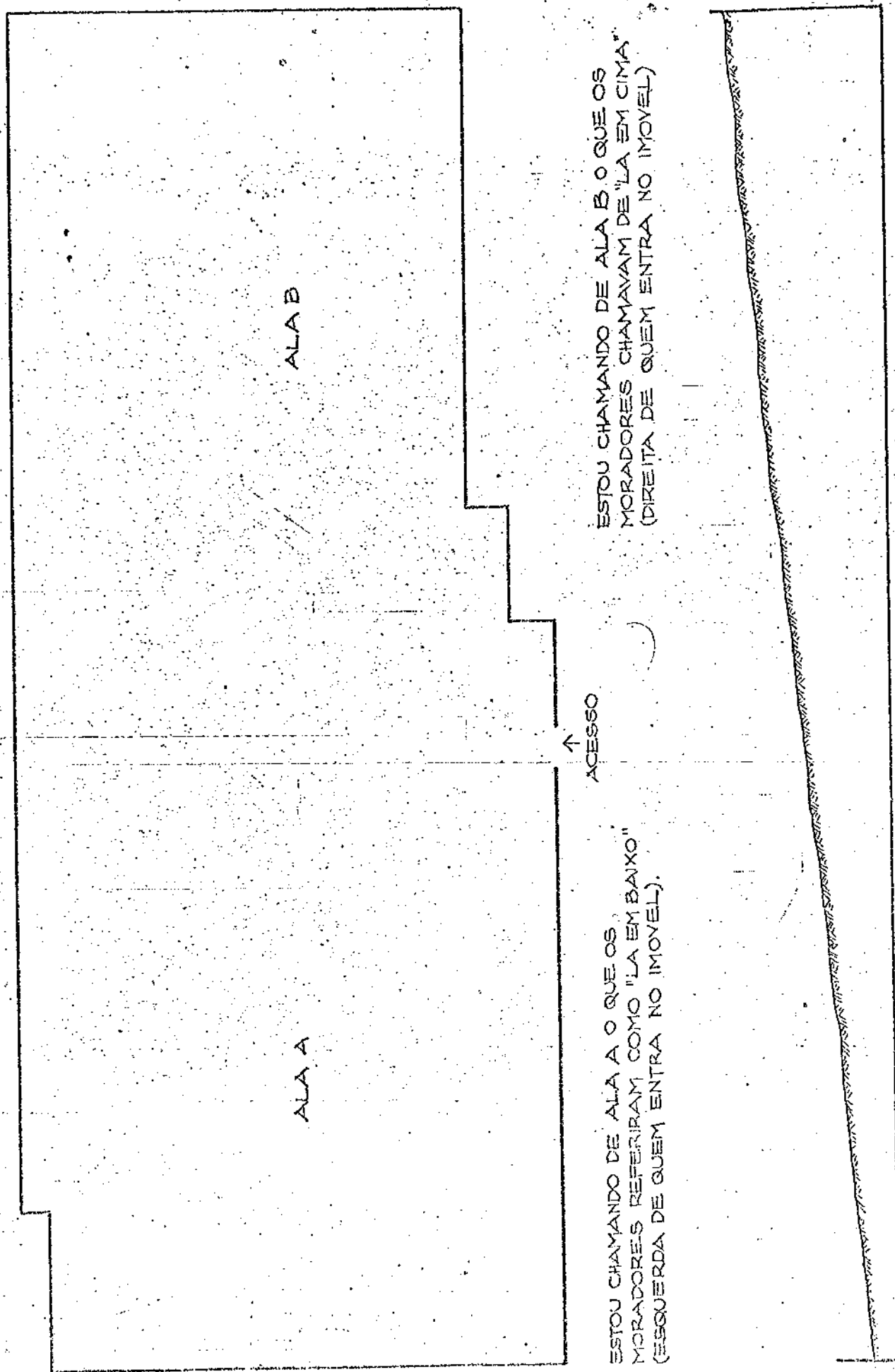


Foto 2 - Entrada do cortiço
(1991)

FIGURA 1



ESTOU CHAMANDO DE ALA A O QUE OS MORADORES REFERIRAM COMO "LA EM BAIXO" (ESQUERDA DE QUEM ENTRA NO IMOVEL).

ESTOU CHAMANDO DE ALA B O QUE OS MORADORES CHAMAVAM DE "LA EM CIMA" (DIREITA DE QUEM ENTRA NO IMOVEL)

CORTE 1.2 - ESQUEMATIZA O DESNIVEL DO TERRENO

Entre as alas A e B, existe uma antiga casa (ver figura 2), que provavelmente tenha sido a única construção anterior a presença dos cômodos de quintal no local. Nesta antiga casa, existem nove cômodos, utilizados como domicílios (ver figura 2) e ainda um terraço que dá para ala A (foto 7). Os quartos - 34 e 38 - têm acesso pelo terraço (ala A). Por outro lado, os quartos - 35, 36, 37, 39, 40 e 41 - têm acesso pelos fundos do casarão, ala B. O quarto de número 42, tem sua porta de entrada no quintal (ala B)**.

Retomando as observações do parecer dos técnicos da Prefeitura, percebem-se diferenças entre as duas alas (São Paulo (cidade), 1983d).

"Com referência aos aspectos físicos, percebe-se que os cômodos situados na ala esquerda de quem adentra o cortiço, apresentam melhor estado de conservação, possuindo janelas em todas as moradias. Os da ala direita apresentam cômodos sem janela, úmidos e com goteira." (São Paulo (cidade), 1983d).

O terreno apresenta certo desnível e esse fato pode ter relação com a divisão feita pelos moradores para definirem as alas como: "lá em baixo" e "lá em cima" e/ou "os lá de baixo" e "os lá de cima".

O tempo de convivência com os moradores permitiu-me perceber que a classificação - "lá em baixo", "lá em cima", ou "os lá de baixo" e "os lá de cima" - não implicava apenas o des-

** A numeração dos quartos foi um critério estabelecido pelo antigo sublocador e portanto antecede a vinda desses moradores para o local. Na porta de cada cômodo estava escrito (numeral cardinal) o número do quarto.

nível do terreno, mais do que isso, existia um sentimento de maior proximidade/vizinhança entre os habitantes de cada uma das alas. Esse sentimento podia ser percebido, no cotidiano, pela relação de ajuda mútua entre os habitantes de cada uma das alas. Isso não significava que moradores das diferentes alas não tivessem laços entre si, ou que não se ajudassem mutuamente. Em geral, os moradores expressavam o sentimento de pertencer a um mesmo cortiço diante dos técnicos da Prefeitura e/ou dos advogados da Associação em Defesa da Moradia (ADM) para resolverem seus problemas de moradia, só para citar um exemplo.

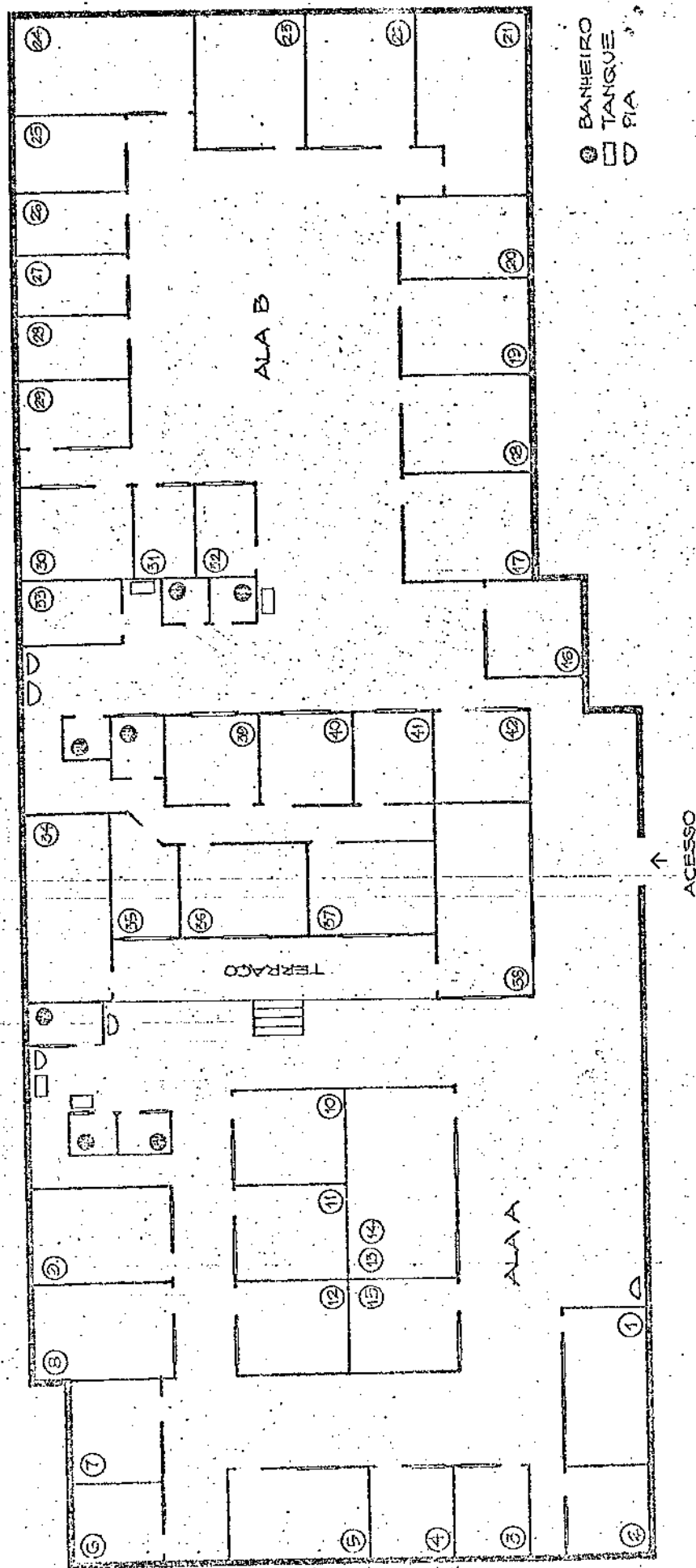


Foto 3 - Quintal - Ala A
(1985)



Foto 4 - Quintal - Ala A (1991)

CROQUI DO IMÓVEL DA
RUA EMÍLIO RIBAS Nº 57
(1985)



FONTE:
ASSOCIAÇÃO EM DEFESA
DA MORADIA - LA, 1983 (mimeo)

FIGURA 2

Nas áreas de circulação estavam situados, entre outras coisas, os banheiros (três na ala A e quatro na ala B), tanques (dois em cada ala), pias de cozinha (três ala A e dois ala B) e varais que são de uso coletivo (ver figura 2).

O cortiço da Emílio Ribas já havia sido objeto de intervenção da FABES pelo - Projeto de Melhorias em Cortiço - período que foi de dezembro 1983 a março de 1984. Quando fui ao cortiço pela primeira vez (março/1985), não sabia o que iria encontrar, isto é não sabia se o mesmo ainda estava "de pé". Nessa época, os técnicos da FABES-Lapa não sabiam se o cortiço ainda estava aberto. A partir dos primeiros contatos com a população moradora e em vista do grande número de residentes (por volta de cem moradores permanentes), incorporei esse cortiço ao trabalho que vinha desenvolvendo na FABES-Lapa - "Caracterização da População Moradora em Alguns Cortiços da Região (Perdizes)" (São Paulo (cidade), 1985a).

Conversando com um antigo morador sobre seu tempo de residência no cortiço, fiquei sabendo do despejo e da reforma ocorridos no local. Em maio de 1984 houve o fechamento do cortiço pelo sublocador²⁴. Em agosto do mesmo ano o cortiço foi reaberto

²⁴ Cabe aqui esclarecer o que vem a ser sublocador. Sublocador é uma pessoa física ou jurídica que aluga um imóvel e o re-aluga para terceiros. Neste caso, isso implica que a relação dos moradores do cortiço não era diretamente com o proprietário do imóvel e sim com um inquilino do mesmo. Em geral, é o sublocador quem estipula tanto o valor do aluguel (por cômodo), quanto o valor das tarifas de água e luz (por pessoa). O antigo - Projeto Piloto de Melhorias em Cortiços - experimentado pela Prefeitura nos anos de 1983 e 1984, tinha como um de seus principais objetivos eliminar o sublocador. Visava com isso, entre outras coisas, diminuir o preço dos aluguéis desse tipo de habitação para seus usuários.

pelo sublocador depois de algumas reformas. Dentre a população moradora contatada desde março de 1985 - quando cheguei no cortiço - encontravam-se ali apenas quatro famílias de moradores antigos que haviam sido despejados. Estes, na época do despejo, saíram para outros cortiços da região e uma vez reaberto o da Emílio Ribas, resolveram voltar.

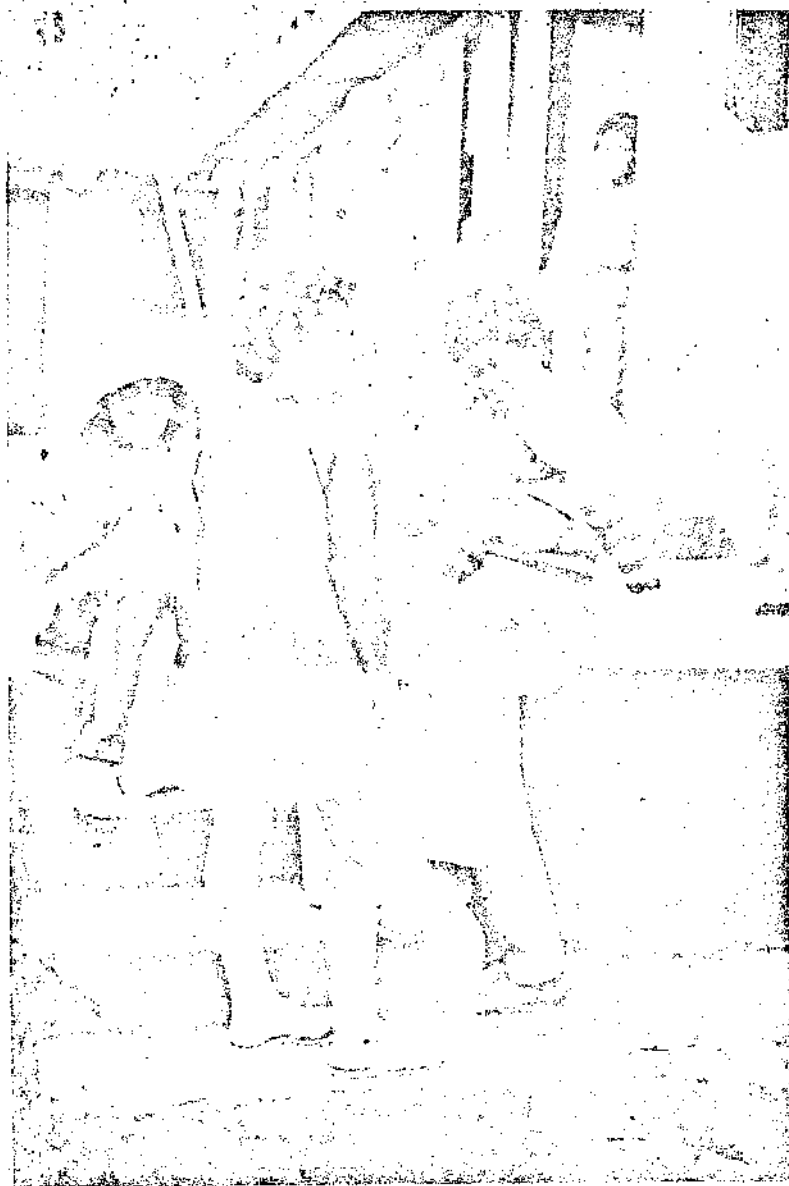


Foto 5 - Quintal - Ala B
(1985)

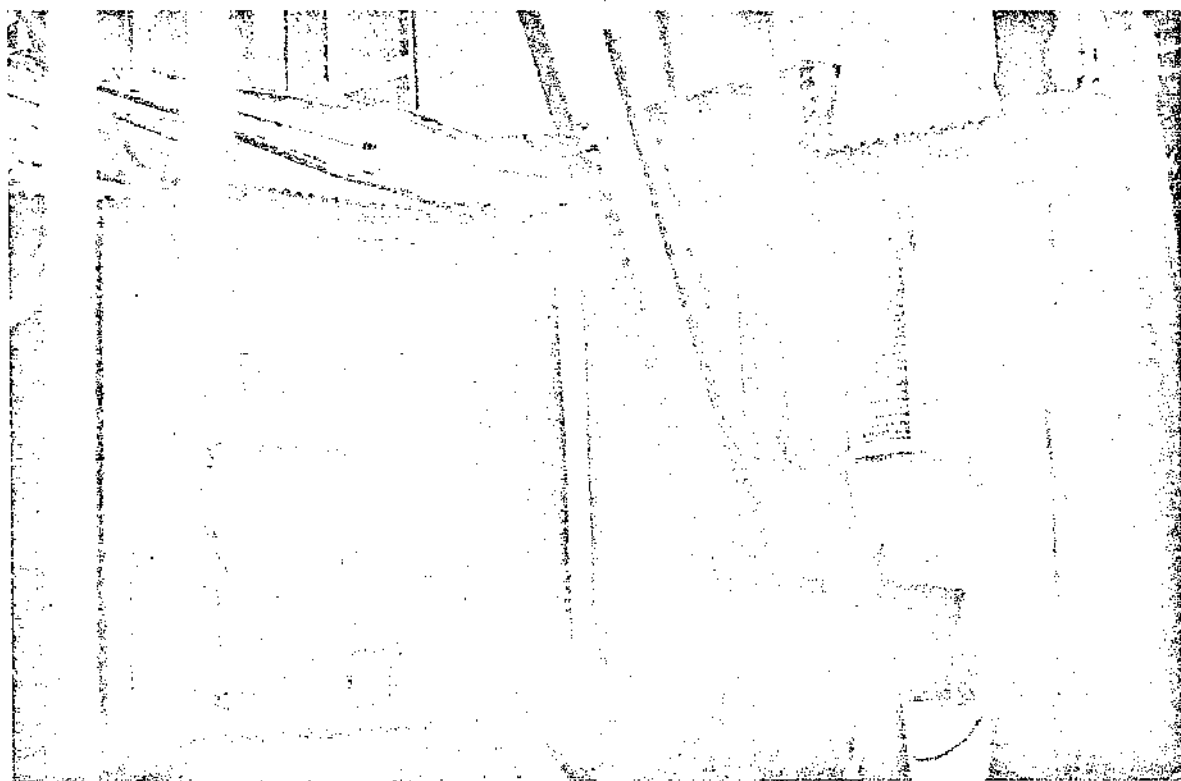


Foto 6 - Quintal - Ala B - (1991)

Informados da reabertura do mesmo, técnicos da Equipe Habitação contataram os moradores visando a possibilidade de retomarem o trabalho proposto pela Secretaria em 1983 - Melhorias em Cortiços. Nós técnicos, começamos a levar informações sobre os programas de redução de taxas de água e luz propostos pelas concessionárias - Sabesp e Eletropaulo - e veiculada pela FABES para os cortiços a partir daquele ano (1985)²².

Para trabalhar com as propostas do projeto Melhorias em Cortiços, junto aos moradores, realizamos - uma técnica da Equipe Habitação, advogados da Associação em Defesa da Moradia (ADM) e eu, na qualidade de técnica de uma Equipe de apoio - Sub-unidade de Informações Técnicas (SUIT) - diversas reuniões noturnas²³.

²² Embora a Política de Atendimento Habitacional veiculada pelo poder público local desde a década de 70 já atuasse nas favelas com programas tais como - pró luz e pró água - (Rodrigues, 1981), os cortiços até a referida data ainda não se beneficiavam de programas específicos para sua realidade. Essas propostas se encontram no documento - "Proposta para redução das taxas de água e energia elétrica para populações encorticiadas" (São Paulo (cidade), 1984d).

²³ A Associação em Defesa da Moradia (ADM) era uma entidade social conveniada com FABES para prestação de assistência jurídica à população atendida pela Secretaria. A ADM sediada na regional da Lapa se encarregou principalmente de prestar assistência jurídica aos moradores de cortiços da região.

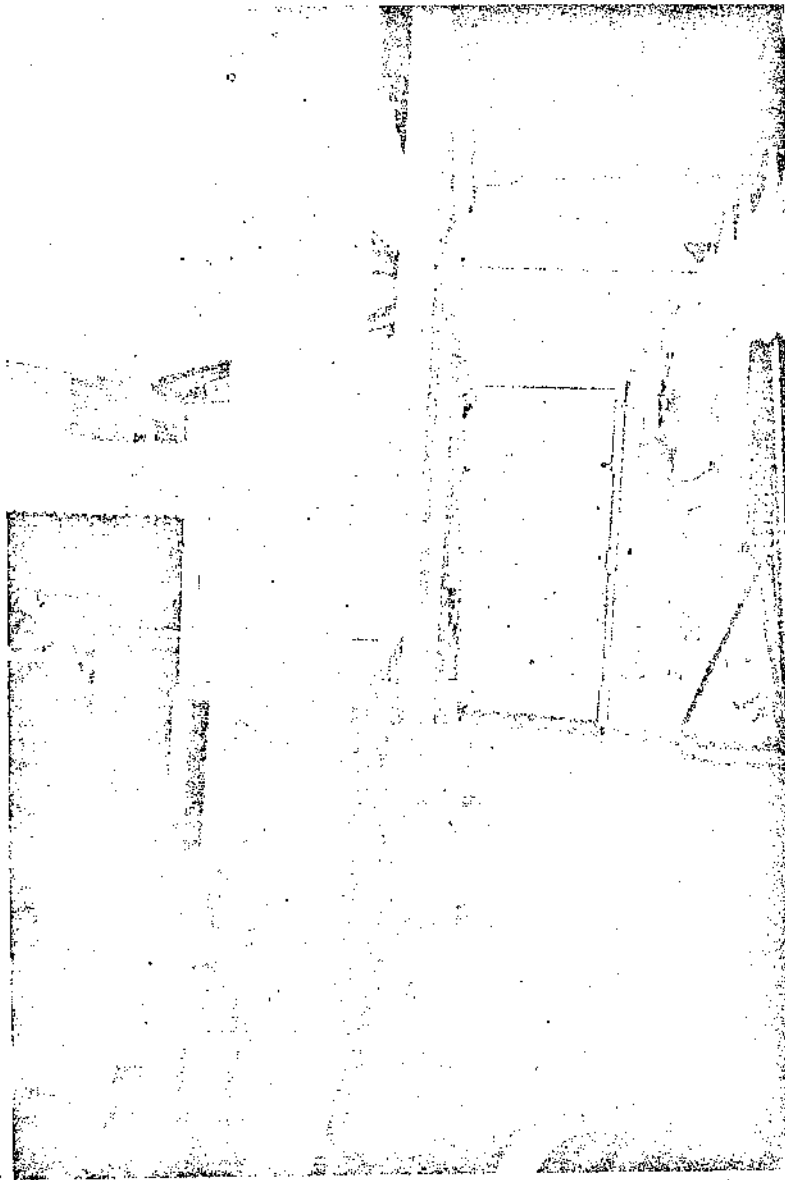


Foto 7 - Terraço - (1985)

Nesse processo de entrada no cortiço da Emílio Ribas, pude observar e conhecer juntamente com outras técnicas da FABES-Lapa o grande número de mulheres que trabalhavam em casa, no cuidado com as crianças e afazeres domésticos. Frente a essa realidade encontrada, as técnicas da FABES-Lapa responsáveis pela Equipe Menor, resolveram discutir com as mulheres moradoras a proposta do Projeto de Atendimento Familiar (AF) que visava atender crianças de até 04 anos de idade e que não se encontravam matriculadas em creche.

Dessa forma, diante à multiplicidade de problemas que os moradores enfrentam cotidianamente, a FABES personalizada em seus técnicos, entrou na Emílio Ribas, a princípio com dois projetos específicos: o de Melhorias, visando pelo menos a redução das tarifas de água e energia elétrica e o de atendimento à criança através do Atendimento Familiar²⁴.

Esses primeiros contatos dos técnicos e moradores da Emílio Ribas permitiram uma nova aproximação entre a Prefeitura - com seus programas e projetos - através de seus agentes (nós técnicos) e a população moradora em cortiço. Considero o - Projeto de Melhorias em Cortiços - uma tentativa, por parte da Prefeitura (através da FABES), de reaproximação da realidade dos cortiços no contexto da cidade de São Paulo. O foco de intervenção se deu especialmente em nível da regularização das contas de água e ener-

²⁴ Consultar a Primeira Parte deste trabalho, onde situo o projeto político da FABES (gestão PMDB - 1983/1985) para cortiços.

gia elétrica, associando usuários e concessionárias - Sabesp e Eletropaulo.

Como se sabe, os moradores dividem cotidianamente - banheiros, tanques, varais, pias, contas de água e luz, etc. Os moradores da Emílio Ribas além de partilharem essas utilidades também precisaram dividir os projetos da Prefeitura no local de residência, desde o início de 1985 até o final de 1986.

OS MORADORES

No cortiço da Emílio Ribas existiam 40 grupos domésticos (vide anexo 2)²⁵. Entendo grupo doméstico, ou seja, domicílio, como sendo "uma unidade de residência, de produção e consumo, quer dizer, uma unidade que se define em função de outros critérios que não os do parentesco ou das alianças matrimoniais. O grupo doméstico pode ser composto de pessoas entre as quais não existe nenhum laço de parentesco ou, pelo contrário, pode reunir várias unidades familiares" (Augé, 1978: 51-52).

Cada cômodo do cortiço era uma casa e cada domicílio uma unidade privada onde seus moradores comiam, dormiam, descansavam, se divertiam, cresciam, procriavam e compartilhavam uma série de funções²⁶.

²⁵ Embora o cortiço tivesse 42 cômodos, existiam 40 grupos domésticos. Isto porque um dos cômodos - quarto 26 - quando desocupado (dezembro/1985), foi alugado para a oficina de costura e o outro - quarto 13/14 - era um cômodo maior alugado por uma moradora que morava sozinha.

²⁶ Laslett (1972) aponta dois critérios básicos para definir grupo doméstico co-residente - o de localidade e o de

As formas de organização dos grupos domésticos familiares encontradas no cortiço foram: famílias nucleares, família matrifocal (duas), família composta (uma) e irmãos morando juntos (ver anexo 2)^{p7}. E ainda, a existência de outros arranjos, como grupos domésticos formados por um único indivíduo, por rapazes solteiros ou moças solteiras (quadro 1).

As famílias encontradas no cortiço eram, em sua maioria, nucleares na primeira fase do ciclo de desenvolvimento do grupo doméstico (fase de expansão)^{p8}. As crianças, na fase em que

função. São pessoas que dividem o mesmo espaço físico para comer, beber, crescer, procriar e partilhar atividades; sendo a consanguinidade fator não primordial para esta definição. Quero ainda lembrar que Laslett priorizou a família em seus estudos sobre grupo doméstico co-residente e sua mudança na estrutura e no tamanho através do tempo.

^{p7} Segundo Augé (1978), família nuclear "... designa habitualmente um grupo social que compreende, no mínimo, um homem e uma mulher unidos pelos laços socialmente reconhecidos e mais ou menos duradouros do casamento, e um ou vários filhos nascidos desta união ou adotados. No sentido lato, a família, ao contrário do grupo doméstico, não implica necessariamente a coabituação; continua a existir mesmo que seus membros residam separadamente. Sob este ponto de vista, a composição da família não depende das regras de residência, mas essencialmente da forma de casamento (monogâmico ou plural)." (Augé, 1978:49). Cabe ainda ressaltar que "uma pessoa pode fazer parte simultaneamente de duas famílias elementares, uma, a família de origem ou de orientação, enquanto filho e irmão (ou filha e irmã) a outra a família de procriação ou de reorientação como marido e pai (ou esposa e mãe)" (ibid:49-50). O termo família composta designa o grupo que se forma a partir do casamento de um viúvo ou de uma viúva com filhos do casamento anterior e que podem, ou não, ter filhos na nova união. "A família composta inclui também um novo casamento - legal ou não - de um separado (a) com uma separada (o) com filhos da união anterior, e com ou sem filhos da nova união" (Niemeyer, A.M., 1985:416).

^{p8} Segundo Fortes (1969) existem três fases principais no ciclo de desenvolvimento do grupo doméstico - a fase de expansão, que se estende desde o casamento até completar a formação da família de procriação; a fase de dispersão ou cisão, que se inicia com o casamento dos filhos, e a fase de

se encontravam dentro de seu grupo familiar, requisitavam o trabalho da mulher para a própria unidade doméstica, de modo a se garantir a sobrevivência do grupo (quadro 2 e 3).

O arranjo familiar que mais se evidenciava no contexto das unidades domésticas do cortiço pressupunha os homens responsáveis pelos recursos monetários, cabendo às mulheres a tarefa de combinar ao salário, recursos não monetários através de contatos que estabeleciam com o espaço público via entidades sociais e/ou órgãos públicos. Somam-se a esses recursos "... a produção doméstica de bens e serviços e o uso de relações sociais informais com parentes, vizinhos e amigos, com os quais se estabelece uma rede de ajuda mútua" (Bruschini & Madeira, 1983). Aqui poderia ser discutida a questão do trabalho doméstico não-remunerado como trabalho essencial feito pelas mulheres, sob a perspectiva de ser este "atividade produtiva auxiliar" (Durham, 1980) porém, retomarei a mesma posteriormente.

Em geral os moradores vinham diretamente de seu local de origem para o cortiço ou de outros cortiços da região por intermédio de sua rede de relações primárias (Durham, 1973) - amigos, conhecidos, conterrâneos ou parentes. Neste cortiço a maioria dos moradores eram paraibanos, mas não necessariamente da mesma localidade (quadro 4).

A migração de muitas famílias, na maioria dos casos, ocorre dentro de um processo concretizado em fases. Esse processo é apontado por Durham (1973) e outros autores ao explicarem a or-

substituição que se dá pela morte dos pais e substituição da família de origem pela família dos filhos.

ganização do grupo migrante no local de destino. Geralmente, o chefe de família migra sozinho deixando mulher e filhos no local de origem, e depois de se encontrar numa situação mais estável, busca ou manda chamar os outros membros de sua família de procriação.

No caso dos rapazes e moças que vivenciam o processo migratório individualmente (ou isoladamente) verifica-se que estes migram dentro de um universo de relações pessoais.

"A emigração dos jovens parece ser algo quase institucionalizado em muitas comunidades. (...) Os jovens emigram para experimentar e emigram facilmente, pois a experiência não envolve grandes riscos." (Durham, 1973:132).

Quadro 1
DISTRIBUIÇÃO DOS GRUPOS DOMÉSTICOS

	N	%
familiares	22	55
rapazes e/ou moças	10	25
um único indivíduo	08	20
Total	40	100

Quadro 1.1
Grupos domésticos:

Familiares	N	%		N	%
com filhos	14	64	Família nuclear	19	86
sem filhos	08	36	Família Composta	01	5
			Família matrifocal	02	9
Total	22	100	Total	22	100

Quadro 1.2
Outros arranjos de grupos domésticos:

	N	%
indivíduos morando só	08	44
rapazes	09	50
moças	01	6
Total	18	100

Quadro 2
Distribuição da população segundo sexo e idade:²⁹

idade	Homens		Mulheres		Total	
	N	%	N	%	N	%
até 10 anos	10	18	09	24	19	20
10 a 18 anos ³⁰	-	-	02	5	02	2
+ de 18 anos	45	82	27	71	72	78
Total	55	100	38	100	93	100

Quadro 3
Distribuição das crianças até 10 anos, pela origem:³¹

	N	%
São Paulo (cidade e/ou Estado) ³²	15	79
outros Estados	04	21
Total	19	100

²⁹ Esses dados foram obtidos entre os meses de outubro/1985 e abril/1986, num levantamento que fiz junto aos advogados da ADM e técnicas da Equipe Habitação da FAPES-Lapa.

³⁰ Duas moradoras do quarto 28 (vide anexo 2) tinham, uma 15 e a outra 17 anos.

³¹ A grande proporção de crianças nascidas em São Paulo indica que muitas destas famílias, jovens na sua maioria, se constituíram na cidade.

³² Apenas uma dessas 15 crianças não nasceu na cidade de São Paulo.

Quadro 4
Distribuição da população adulta segundo origem:

Estados	N	% (reg)	% (BR)
Pernambuco	02	3	3
Paraíba	30	50	41
Bahia	15	25	20
Ceará	02	3	3
Piauí	04	11	9
Rio Grande do Norte	01	2	1
Alagoas	02	3	3
Sergipe	02	3	3
Total Região Nordeste	60	100	83
Minas Gerais	07	78	10
Rio de Janeiro	02	22	3
Total Região Sudeste	09	100	13
Goiás	02	100	3
Total Região Centro-oeste	02	100	3
Paraná	01	100	1
Total Região Sul	01	100	1
Total	72	100	100

Os moradores do cortiço algumas vezes mencionavam, como parte de seus planos, quererem voltar para o local de origem. Isso muitas vezes era dito em fases em que o chefe de família se encontrava desempregado ou mesmo numa situação de trabalho transitória, isto é, como acontecia com os autônomos que trabalhavam por empreitada. Ou ainda, o fato de que no local de origem poderiam talvez abrir seu próprio negócio em sociedade com algum parente que ficara no local.

O que acontecia, na realidade, era um movimento inverso, ou seja: os que residiam em São Paulo eram ponte de acesso

para outros migrantes - parentes, amigos e conterrâneos. No processo de enraizamento do migrante na cidade, este não só atualiza seus vínculos antigos com parentes, conhecidos e conterrâneos que lhe foram ponte, como também cria outros.

TRABALHO E CONSUMO

As famílias migrantes, para sobreviverem em contexto urbano, colocam seus membros para participarem individualmente do universo de trabalho da cidade.

No cortiço, encontrei trabalhadores não especializados - faxineiro (a), vigia, porteiro, servente de pedreiro, vendedor (a), balconista, caixa, "pizzaiolo", doceira, empregada doméstica. Embora alguns se encontrassem no mercado formal de trabalho, não tinham muitas vezes um vínculo empregatício formal, ou seja, nem todos tinham registro em carteira.

Rodrigues (1981) discutiu em seu trabalho os vínculos empregatícios da população favelada. A autora apontou a dificuldade de se estabelecer os limites entre o mercado formal e informal. Se de um lado o mercado formal "define-se com base na vinculação legal do emprego, considerando neste o trabalhador que vende sua força de trabalho a um único empregador" (Rodrigues, 1981: 133), o mercado de trabalho informal seria o oposto disso, ou seja, entende-se "informal pela presença de vários empregadores ou patrões" (ibid:133). Na realidade o que ocorre é que nem mesmo as firmas empregadoras são registradas "o próprio emprego não tem reconhecimento legal" (ibid: 133). Há ainda o fato dos

trabalhadores autônomos que - embora estivessem no mercado informal - vendiam sua força de trabalho para um único empregador, como é o caso dos serventes de pedreiro que trabalham por empreitada²⁹.

Caldeira (1982) se baseia em Prandi (1978; cf. Caldeira, 1982) para localizar o trabalho autônomo dentro da equação - capital/força de trabalho. "Seguramente o trabalho por conta própria não pode ser caracterizado como fazendo parte das relações de produção capitalistas; no entanto, como se trata de uma economia na qual o capital é dominante, isso não quer dizer que o trabalho autônomo esteja fora do circuito capitalista de produção" (Caldeira, 1982:91).

A soma dos rendimentos monetários em cada domicílio do cortiço em 1985/1986, situava-se em torno de um e meio a três salários mínimos do salário mínimo vigente na época.

"Porque a pessoa por pouco que ganhe, ganha um salário mínimo. Mesmo que uma mulher ganhe, uma empregada doméstica que mora num quarto, se ela ganha pouco, mas ela ganha um salário mínimo." (Sebastião).

Caldeira (1982) também observou os baixos salários recebidos pelos trabalhadores assalariados não especializados. A não especialização desses trabalhadores e, portanto, a baixa renda não são particularidades dos moradores de cortiços e sim

²⁹ Os trabalhadores autônomos sem registro em carteira nem qualquer outro vínculo empregatício formal, definem sua relação com o trabalho como - "trabalho por conta" - ou seja, trabalho por conta própria.

dos trabalhadores não-especializados dos grandes centros urbanos do país.

O fato de serem migrantes, pobres e morarem num cortiço homogeniza os moradores em termos de aspirações e dificuldades enfrentadas no cotidiano da cidade. Por outro lado, o mercado de trabalho permite aos indivíduos uma experiência diferenciada (Durham, 1980; Caldeira, 1982).

Embora haja a individualização em termos de trabalho e renda, a sobrevivência é pensada e vivida em termos grupais. Nos grupos domésticos familiares, mesmo que apenas o chefe de família trabalhe, este deve se organizar para garantir a sobrevivência de todos seus dependentes.

Dos vinte e dois grupos domésticos familiares em fase de procriação, existiam oito sem filhos e quatorze com filhos (vide quadro 1). Desses oito casais sem filhos, apenas uma mulher se encarregava só do trabalho doméstico, as outras sete trabalhavam regularmente (vide anexo 2).

Dos quatorze grupos domésticos familiares com filhos (dois desses tinham a mulher como chefe de família - quartos 17 e 38 - anexo 2) seis mulheres trabalhavam regularmente (setor serviços), cinco não trabalhavam (trabalho doméstico) e três tinham trabalhos intermitentes (geralmente lavavam roupas para conhecidos do local ou de fora ou faziam faxina esporádica). Essas famílias foram alvo do - Projeto de Atendimento Familiar (AF) - implantado pela Prefeitura no cortiço²⁴.

²⁴ Posteriormente discorrerei sobre a implantação do Projeto AF no cortiço.

O trabalho da mulher nas famílias pesquisadas era visto por ela e pelo marido como uma ajuda ao trabalho do mesmo. Isto porque o rendimento obtido pelas mulheres tende a ser mais baixo que de seus companheiros. As exceções a essa característica do trabalho feminino como subsidiário ao trabalho de seu cônjuge cabe às famílias matrifocais, que têm mulheres como chefes de família. Tanto num caso, como no outro, as mulheres sabem da importância de seu trabalho dentro e fora de casa. Numa emergência - a doença de uma criança por exemplo - caberá a mulher sacrificar seu dia de trabalho em função de sua família. O trabalho da mulher fora de casa aparece como uma extensão do trabalho doméstico³⁵.

Em geral, era com o rendimento do chefe de família que pagavam o aluguel do cômodo do cortiço, as despesas com água e luz, as compras do mês. E o rendimento auferido pela mulher, era gasto no cotidiano - com a alimentação do dia-a-dia (pão, leite, café) e/ou com as crianças (farmácia, fraldas, etc).

O fim para o qual a família, enquanto unidade de rendimentos e de produção de valores de uso, se organiza, é o consumo. O consumo permite garantir a sobrevivência e a reprodução do trabalhador (Durham, 1980; Caldeira, 1982). Dessa maneira, as famí-

³⁵ As autoras Bruschini & Madeira (1983) discutem em seu artigo o trabalho doméstico: "... o emprego remunerado está longe de ser o único determinante do nível de vida e do bem-estar da população, (...) existe todo um conjunto de atividades, de natureza ainda pouco conhecida, mas que sem dúvida interferem na qualidade, na manutenção e na reprodução da força de trabalho."

lias moradoras têm também em comum a experiência de consumo na cidade.

O orçamento doméstico visa assegurar a essas famílias de trabalhadores não-especializados a possibilidade de consumo. Gastos com aluguel, contas de água e energia elétrica, alimentos e vestuários são as despesas básicas dessas famílias.

Concordo com Caldeira (1982) quando a autora aponta o nível de semelhança das famílias de trabalhadores não-especializados tanto em nível de renda, estratégias de sobrevivência e consumo:

"São famílias que compartilham entre si e no interior de cada uma experiências semelhantes do modo de subsistência e de vida na cidade" (Caldeira, 1982:126).

O bairro de Perdizes, onde está situado o cortiço, é central, sendo a maioria de sua população de classe média e média alta. Morar em São Paulo e particularmente em Perdizes, para os moradores da Emílio Ribas, significa - ir a pé para o trabalho, ter perto de casa o supermercado para fazer compras, a farmácia, a padaria, o posto de saúde, o Centro Social São Geraldo, escola para as crianças, e ainda passear, aos domingos, no Parque da Água Branca ou visitar conhecidos que moram em outros cortiços da região.

Os cortiços estudados por Salmen (1970) e Medina (1982) também apresentam esta característica, ou seja, o fato de se encontrarem numa região central, facilitando o acesso ao trabalho. Tanto a população por mim estudada, quanto a desses autores acima

citados, apontam a opção por esse tipo de moradia devido a proximidade do trabalho.

Uma moradora explicou-me porque havia procurado a "pensão da Emílio Ribas" para morar:

"Estava procurando um quarto em Perdizes. Já trabalhava numa casa de família em Perdizes." (Valdete).

A referência ao local de moradia e ao local de trabalho também aparece nessas outras falas:

"Trabalhava meio período na João Ramalho (rua). Fazia comida e voltava para casa." (Antonia).

"Sebastião trabalha de vigia aqui em Perdizes." (Natalina, falando de seu marido).

O fato do trabalho estar próximo ao local de moradia implica grande economia de tempo e dinheiro com transportes coletivos. Isso contrapõe-se ao que acontece na periferia onde os moradores passam a ser proprietários e muitos dos que trabalham dispendem horas de seu tempo em transportes urbanos.

ESPAÇO: A CASA E O QUINTAL

No cortiço, a porta da casa é a porta do quarto. As limitações para rearranjos espaciais são maiores do que na favela, em bairros populares e em casas da COHAB. Isso pressupõe maior proximidade entre os habitantes. E ainda, como no caso estudado, dada a intervenção por parte do poder público no local, a pre-

sença dos técnicos da Prefeitura atingia mais diretamente a intimidade do morador.

Os cômodos eram de alvenaria com paredes pintadas de branco ou alguma outra cor clara (verde ou areia), cobertos com telha de barro ou eternite, sendo o chão de cimento e em alguns cômodos, era de assoalho vermelho; as portas eram de madeira tipo eucatex. Em geral tinham janela ou vitrô.

Basicamente, o mobiliário dos quartos-casas continha: de uma a duas camas de solteiro (às vezes um berço ou um beliche), fogão, mesa de formica (alguns tinham cadeiras também), guarda-louça de formica, talha de barro, algum tipo de guarda-roupa. Quando não tinham armário - para louça ou roupa - usavam caixotes de madeira que serviam tanto para guardar utensílios domésticos, quanto para guardar roupas e outras coisas. As roupas muitas vezes eram colocadas na mala ou em caixa de papelão caso não houvesse outra opção. A maioria tinha geladeira, televisão (preto e branco) e rádio. Esses objetos eram comprados de segunda mão por alguns e novos pelo crediário por outros. Nas paredes penduravam posters, calendário, espelho, sacolas, e às vezes improvisavam um varal (principalmente nos quartos onde havia crianças).

Para qualquer observador atento, o que chamava a atenção era a disposição de todos esses objetos de forma ordenada e compatível com o local tão pequeno como são os cômodos de cortiço (vide figura 2).

Uma moradora numa conversa, fala de sua casa em relação às outras casas do cortiço:

"Prá eu podê trabalhá, cuidá da Irene (filha)... Então nunca dá tempo de cê deixá tudo bonitinho como muitas casas, muitos quartos que você entra aí..." (Odete).

A deteriorização de todo o imóvel e do quintal - paredes manchadas pela umidade, buracos no chão, telhas quebradas, fiação exposta - contrastava com a organização, o cuidado e a limpeza que era característica de cada casa (cômodo) onde viviam os moradores em sua intimidade.

Morar num cômodo de cortiço para esses moradores era ter uma casa. Esses moradores além de se referirem ao seu local de moradia como pensão, chamavam o cômodo onde moravam de casa ou muitas vezes de quarto. A fala da moradora acima citada exemplifica essas referências:

"Geralmente você pode vê, você chega aqui em casa sempre tem gente. (...) Então geralmente meu quarto fica cheio de gente..." (Odete).

A casa e/ou quarto para os moradores é espaço primeiro onde se constrói a identidade dos mesmos enquanto indivíduos pertencentes a um grupo social, sendo o quintal do cortiço espaço secundário mais próximo onde transcorre a vida cotidiana. No quintal todo mundo se conhecia. Era no quintal que os moradores se encontravam, se divertiam, fofocavam, reclamavam, discutiam, trocavam favores e partilhavam seus problemas.

A sociabilidade possível dentro do cortiço se dava no quintal - termo utilizado pelos moradores para se referirem ao espaço onde as pessoas compartilhavam suas vidas, territorial e

socialmente. O quintal para o morador de cortiço apresentava-se como termo correlato ao "pedaço" definido por Magnani (1984).²⁶

Pedaço é um termo utilizado pela população estudada por Magnani ao fazer referência a seu pertencimento não só a um espaço territorial como também a um espaço social:

"... para ser do 'pedaço', é preciso estar situado numa particular rede de relações que combina laços de parentesco, vizinhança, procedência. (...) O termo na realidade designa aquele espaço intermediário entre o privado (casa) e o público, onde se desenvolve uma socialidade básica, mais ampla do que a fundada nos laços familiares, porém mais densa, significativa e estável que as relações formais e individualizadas impostas pela sociedade" (Magnani, 1984:137-138).

Faço ainda referência a Whyte que em 1943 apresentou pela primeira vez o sentido de - pedaço. Ao estudar as gangs de Cornerville no final da década de 30, mencionou o termo - "the corner" - utilizado pela população que estudou, ao evidenciar seu pertencimento a esse espaço territorial e social onde se moviam e se identificavam enquanto grupo e a partir dessa referência se relacionavam com outros grupos - no bairro, na cidade - (Whyte, 1966).

Nos bairros de periferia, Caldeira (1984) e Magnani (1984), entre outros, observam que a sociabilidade entre vizinhos contribui para que os moradores se familiarizem com o espaço público e exterior à casa.

²⁶ Foi no quintal que ocorreram muitas das reuniões de técnicos da Prefeitura e moradores - algumas reuniões do grupo de mulheres (Atendimento Familiar) e todas as reuniões referentes à questão da habitação, com a presença de grande número de moradores.

"As redes de vizinhança, parentesco e amizade que prevalecem em uma vila da periferia agem no sentido de estar o tempo todo fornecendo para as pessoas uma identidade e uma referência grupal..." (Caldeira, 1984:120).

Embora esses autores acima citados tenham feito referência à familiarização e à privatização do espaço de um bairro de periferia para seus moradores, penso ser possível empregá-la no presente contexto, ao estabelecer relação entre os moradores do cortiço e a apropriação que fazem, no cotidiano, de um espaço que lhes é familiar - o quintal.

No quintal (na pensão) as pessoas são conhecidas pelo próprio nome. Certa vez, uma ex-moradora explicou-me porque seu marido se encontrava hospedado na casa de uns amigos da pensão. O marido de Isaura havia sido atropelado e como estava engessado, preferiu se recuperar na casa dos amigos do que ficar na sua casa (morava num cômodo no fundo do terreno do bar onde trabalhava).

"Ele prefere ficar aqui na companhia dos amigos que podem ajudá a carregá... Na pensão tem espaço e sol." (Isaura, ex-moradora).

Morar no mesmo quintal significava também estabelecer relações diferenciadas e hierarquizadas dentro do espaço de moradia. Quando os moradores faziam referências, tais como - "os lá de baixo" ou "os lá de cima" - qualificavam o espaço. Dependendo do momento, essas referências traziam consigo avaliações positivas ou negativas.

Uma moradora da ala B explicou por que algumas moradoras da ala A não estavam frequentando a oficina de costura durante o mês de fevereiro de 1986:

"... lá em baixo mesmo já vi conversa que é porque é aqui encima e tal, o ambiente aqui encima não é legal, então não vem; também não sei se é isso, sabe; porque às vezes usa uma desculpa... e isso é comum aqui dentro."
(Odete).

A fala desta moradora chama a atenção para o significado que cada ala do cortiço vai tendo para o morador. Cada morador, à sua maneira, e de acordo com as regras locais, vai qualificando a relação social de vizinhança das alas entre si e no interior de cada uma das alas:

"... não se trata de uma relação íntima e menos ainda necessariamente fraterna ou solidária como a que é mais comum existir entre os membros da família: trata-se de uma relação social específica que é a de vizinhança."
(Caldeira, 1984:120)

Apesar da evidente proximidade espacial entre os domicílios, os moradores delimitam fronteiras entre o grupo de vizinhança mais próximo socialmente e seu grupo doméstico. A fala de uma moradora exemplifica esses limites:

"... por que aqui eu fecho o portão, coloco a Irene (filha) aqui dentro; que minha casa fique bagunçada e tal e eu não saio correndo atrás dela e tudo bem. Mas, prá lá prá lá e ela fica lá, mexe nas coisa... E aqui dentro se mexe numa coisa aqui e quebra, tudo bem, é meu... lá num é só meu; é de todo mundo..."
(Odete).

No dia-a-dia do cortiço as pessoas desempenhavam seus papéis - como homem, mulher ou criança - de acordo com as regras

de conduta costumeira do local. No quintal as crianças brincavam, os homens bebiam e jogavam baralho e as mulheres lavavam e estendiam suas roupas, entre outras coisas.

Certa vez houve uma briga entre dois homens que estavam num grupo bebendo e jogando baralho. Um dos homens acabou agredindo a mulher do outro. Segundo alguns moradores, isso teria provocado a saída do casal agredido do cortiço.

Perguntando a uma moradora da mesma ala (A) porque o casal agredido havia saído do cortiço, a moradora me respondeu:

"Eles mudaram porque quiseram; briga é normal aqui dentro; quando não são os homens, são as mulheres." (Amélia, moradora da ala A).

Uma moradora (da ala B) fez o seguinte comentário a respeito do fato:

"Os homens não prestam nem para defender suas mulheres" (se referindo a Manoel, marido da mulher agredida). (Margarete).

Nessa época Arlindo, encarregado da administração do cortiço, disse que não admitia que as pessoas "faltassem com respeito" (fala-Arlindo) aos outros ali dentro.

Outras brigas aconteceram no local, principalmente entre marido e mulher. Se de um lado existia no mundo feminino o controle do grupo de vizinhança pela fofocá, pelo falatório (Gluckman, 1963; Caldeira, 1984; Taube, 1986).²⁷ Por outro lado, existia entre os homens uma cumplicidade na regularidade com que

²⁷ Gluckman (1963) aponta a função da fofoca e do escândalo enquanto parte da construção da identidade de um grupo em relação a outros.

se reuniam para jogar e beber. De modo geral, a maioria dos homens jogava baralho e bebia pinga.

Duas moradoras fizeram leituras diferenciadas do comportamento dos homens e das mulheres do local.

"Os homens aqui são mais unido do que as mulheres. Eles senta, joga dia inteiro, num briga, entre eles nunca tem fofoca um com o outro, eu acho qu'eles são muito unido. Eu acho qu'eles se une mais do que a gente que somo mulher." (Nair).

"... o grupo da pinga, o grupo do baralho, é só aquela hora; se um precisa do outro fora daquilo, num tem amigo." (Odete).

A fala dessas moradoras parecem contraditórias para alguém de fora, estrangeiro ao grupo. De um lado a primeira refere-se aos homens como um grupo coeso, onde há uma identidade de pertencimento ao mesmo. Por outro lado, a segunda relativiza essa mesma identidade dos homens enquanto grupo. Essas regras de convivência dentro do próprio grupo de vizinhança, fazem sentido para cada morador; é o padrão normal de conduta para aquele grupo que lhes é familiar.

Como observou uma das moradoras acima citada:

"... briga é normal aqui dentro." (Amélia).

TEMPO: O TEMPO NO COTIDIANO

No cotidiano, durante o dia, há maior movimento de dispersão. Muitos moradores saem para o trabalho, outros para fazer compras ou realizar outras atividades e, só regressam ao final da tarde. Outros trabalham à noite, só voltando na manhã seguinte.

Em nossa sociedade a organização social do tempo separa rigidamente as categorias - "tempo de trabalho" e "tempo livre" - (Thompson, 1967). Essas oposições refletem como a sociedade capitalista está estruturada: os donos da força de trabalho vendem a mesma, por tempo determinado, aos donos dos meios de produção. Nossa sociedade, ao criar a divisão do tempo, valoriza o tempo de trabalho (tempo vendido) em detrimento do tempo livre (Thompson, 1967).

Diferentemente do termo lazer (Magnani, 1984), "tempo livre" é um termo mais abrangente, podendo ou não englobar o primeiro. No cortiço, o tempo livre era vivenciado de maneira diferenciada pelos homens e pelas mulheres, considerando-se os grupos domésticos familiares.

Para muitos homens do cortiço, o tempo livre também significava um trabalho extra - alguns entregavam pizza nos finais de semana, outros lavavam carros em prédios da região - não sendo portanto, pelo menos na totalidade, tempo de lazer.

Em geral, para os homens, o lazer aparecia mais como uma oportunidade de separar os mundos - público e privado. O fato de muitos homens, como já me referi anteriormente, pertencerem ao grupo da pinga, do baralho ou do botão, possibilitava aos mesmos garantir um espaço de lazer no cotidiano. Esse espaço masculino de lazer dentro do quintal fornecia a seus participantes a intermediação entre o mundo do trabalho e a vida íntima (foto 8)³⁰.

³⁰ Caldeira (1984) apontou o bar do bairro de periferia como espaço masculino que está entre o trabalho e a casa.



Foto 8 -- Homens jogando baralho no quinta! - (1986)

Os homens também saíam mais para o lazer que suas companheiras. Muitas vezes, durante as férias, viajavam para o "norte" deixando mulher e filhos em São Paulo.

Perguntando a uma moradora porque não fora viajar com o marido esta respondeu-me que precisava ficar trabalhando em São Paulo (trabalhava como balconista numa sorveteria em Perdizes).

"... (nas férias) o Aparecido (marido) viaja; volta feliz, lá em Sergipe. E eu vou ficando. Ele vai prá casa dele lá em Sergipe."
(Antônia).

O tempo das mulheres no cotidiano, está ligado à execução dos afazeres domésticos, tendo um caráter cíclico e repetitivo. As mulheres distribuem o tempo fixando ordem nas suas tarefas que dependem dos horários das crianças e do marido. O trabalho doméstico, sendo repetitivo, exige que a mulher esteja sempre atenta - a comida que está no fogo precisa ser olhada, o cuidado com a criança exige atenção constante. Os utensílios domésticos e as roupas, quando sujos, precisam ser lavados para que fiquem novamente limpos⁹⁹.

Mesmo que trabalhe fora de casa, sempre existe o trabalho dentro de casa que requer da mulher disponibilidade para desempenhar as tarefas domésticas; a vida é uma coisa só (Caldeira, 1984).

"O trabalho é mais manero que o serviço de casa; o serviço é mais pesado, nunca para de fazê; lá fora tem hora prá terminá"
(Mercedes).

⁹⁹ Autoras como Bilac (1976), Bruschini & Rosemberg (1982) e Caldeira (1984), entre outros, também discutem essa característica do trabalho doméstico em seus trabalhos.

Caldeira (1984), entre outros autores, faz a mesma observação sobre a natureza do trabalho doméstico:

"A natureza das tarefas domésticas escapa às características do que em nossa sociedade pensamos como sendo o 'trabalho'. Antes de mais nada, não se vende a força de trabalho, mas se executa algumas tarefas para a própria família; se 'cuida' da casa e da família. Isso cria uma situação paradoxal. O empregado está disponível por um certo tempo para o seu empregador e deve realizar um certo trabalho, que é uma tarefa específica e concreta. As mulheres têm de estar disponíveis durante todo o tempo para as tarefas domésticas..." (Caldeira, 1984:127).

Thompson (1967) chamou de - "task orientation" - a marcação do tempo do trabalho das mulheres em casa. Isso porque o ritmo do tempo no cuidado com a casa e com as crianças independe da medida do relógio, ele é mais fluido.

Chegar no cortiço, a qualquer hora do dia, era com certeza encontrar diversas mulheres nos tanques e pias, ocupadas com seus afazeres domésticos. Em geral, as mulheres acordavam mais cedo, preparavam o café da manhã e davam início a seus afazeres domésticos - iam para o quintal lavar roupas e/ou as panelas e vasilhas antes de começarem limpar a casa, pois muitas vezes, em algumas famílias, as crianças e o marido dormiam até mais tarde. As que trabalhavam fora, à tarde, de volta à casa, depois de encerrado o dia de trabalho, retomavam as tarefas e como parte destas, caso fossem mães, o cuidado com os filhos.

As mulheres que trabalhavam fora de casa como empregadas domésticas tinham uma visão diferente do trabalho:

"Na casa de família, trabalha mais; se dá prá fazê, faz; se não dá, também faz. (...) Na

casa da gente, se dá deu, se não, deixa prá depois." (Valdete).

A participação das mulheres no grupo formado pelo projeto que a Prefeitura implantou no cortiço - Atendimento Familiar - passou a interferir na utilização que estas faziam de seu tempo. As participantes passaram a disponibilizar parte de seu tempo - antes utilizado nas tarefas domésticas ou em outras atividades - para si mesmas e para o grupo, pelo menos uma tarde por semana⁴⁰.

As crianças brincavam no quintal, ajudavam em alguns afazeres domésticos, iam à escola/creche e, se mais velhas, cuidavam dos menores.

Quanto às moças e rapazes do cortiço, geralmente passeavam à noite pelo bairro visitando conhecidos, moradores de outros cortiços e nos finais de semana costumavam ir a bailes e passear com os namorados e/ou namoradas. Quase todas as moças solteiras do cortiço tinham namorado e muitas vezes o rapaz era também um morador.

Nos finais de semana, a dinâmica do tempo não era muito diferente no cortiço: muitos trabalhavam e, quando passeavam, o que se dava esporadicamente, visitavam conhecidos ou parentes no próprio bairro ou em outros locais da cidade. No bairro existem outros cortiços e, pelo que pude observar, a rede de amizade de muitos moradores era constituída por intermédio das relações sociais estabelecidas entre aqueles e outros moradores do mesmo tipo de habitação dispersos no espaço mais amplo do bairro.

⁴⁰ Falarei sobre o grupo das mulheres no próximo capítulo.

Cabe ainda mencionar o papel da televisão, do rádio e das vitrolas (toca discos) como lazer incorporado ao cotidiano desses moradores. Em geral, a televisão ficava ligada à noite, quando assistiam as novelas e o jornal da Globo e nos finais de semana (desde à tarde) assistiam programas como "Silvio Santos" e "Chacrinha"; as crianças assistiam desenhos animados. Os jovens por sua vez, ouviam mais rádio ou discos - sempre no último volume, principalmente nos finais de tarde ou finais de semana. Um único morador tinha violão, e muitas vezes encontrei-o sentado no quintal (ala B), tocando.

A descrição do dia-a-dia dos moradores da "Emílio Ribas" mostra que no cotidiano (tempo cíclico, repetitivo) não se dá ênfase à marcação da passagem do tempo como sequencial. Os finais de semana, por sua vez, permitem a ordenação do tempo e a noção de que o tempo passou - finda-se um período e começa-se outro; seriam o que Leach (1974) chamou de "festivais", "intervalos na vida social":

"Em toda parte do mundo os homens marcam seus calendários através de festivais. Nós mesmos começamos cada semana com um domingo... (...) O intervalo entre dois festivais sucessivos do mesmo tipo é um 'período', geralmente um período que tem nome, por exemplo, 'semana', 'ano'. Sem os festivais, tais períodos não existiriam, e toda a ordem sairia da vida social. Falamos na medida do tempo, como se fosse uma coisa concreta à espera de ser medida; mas de fato nós criamos o tempo através da criação de intervalos na vida social." (Leach, 1974: 203, 207).

As reuniões semanais das técnicas da Prefeitura com as mulheres poderiam ser comparadas a um "festival", pois arrancavam

as mulheres de seu cotidiano repetitivo e permitia que as mesmas se disponibilizassem mais para vida pessoal de cada uma (tempo sequencial).

Datas como aniversário, Natal e Ano Novo, eram marcos significativos para os moradores mas não eram obrigatoriamente comemorados.

E, como parte da vida, estão os projetos futuros de cada indivíduo e/ou família. Para os mais jovens o projeto de vida era um possível casamento, um bom emprego e quem sabe até uma casinha numa vila. Para os casados, era criar bem seus filhos - dar estudo - e continuar trabalhando para sustentar a família. O projeto da casa própria - "ter uma casinha" - não deixava de ser mencionado como parte de um ideal de muitos desses moradores. Mas concretamente, havia a dificuldade de poupar algum dinheiro para esse projeto.

"Sô pobre porque tenho um salário fraco, que num dá prá cobri nem as dispesa, ..., me aperto sempre que quero compra uma coisa; então, ou cê se aperta ou cê nunca tem nada na vida." (Durval, bahiano, 2 filhos).

TERCEIRA PARTE:

A PREFEITURA NO CORTIÇO

ATENDIMENTO FAMILIAR NO CORTIÇO DA EMÍLIO RIBAS

O Atendimento Familiar começou a ser implantado na Emílio Ribas em maio de 1985, segundo critérios definidos pelas técnicas responsáveis pela implantação do projeto - assistente social da Equipe Menor e assistente social da Equipe Habitação - e em consonância com a proposta mais ampla contida no mesmo.

As técnicas responsáveis pela sua implantação na FABES-Lapa, optaram por um trabalho direto com a população envolvida e pela utilização da verba de forma coletiva nos diferentes grupos de mulheres que foram se formando através das crianças inscritas.

A justificativa que as técnicas da Equipe Menor deram a respeito da utilização coletiva da verba, foi a seguinte: para elas, entregar a verba diretamente à população não implicava necessariamente num trabalho que contribuísse para a organização desta última.

A possibilidade que os técnicos tinham de adaptar o projeto oficial - geralmente elaborado pelo corpo técnico central (equipe de assessoria) e discutido com técnicos das regionais - à realidade de cada região e/ou local era uma dinâmica concreta que acontecia na passagem existente entre o planejado e o vivenciado. A margem de liberdade técnica permitia ao técnico adaptar seu interesse na execução do trabalho. O Atendimento Familiar (AF) foi muito questionado por diferentes grupos de técnicos da Secretaria. Isso mostrava que as divergências existiam concretamente: frente ao projeto houve recusa (não execução do projeto em determinadas regiões) ou aceitação (execução do projeto).

Assim, deu-se início ao projeto com verba para quinze crianças. A implantação do AF na Emílio Ribas possibilitou a formação de um grupo de mulheres, a partir das crianças inscritas, que passou a se reunir uma tarde por semana (às quartas-feiras) com as técnicas da Prefeitura no cortiço (anexo 3).

A partir do momento que a Prefeitura entrou no cortiço, representada por seus técnicos e programas, o quintal que era para o morador um espaço privado - a extensão de sua casa, passou a ter uma característica mais pública. Considerando-se que o local passou a ser também utilizado pelos agentes do poder público. Por sua vez, para a Prefeitura, e mais ainda, para FABES, a intervenção estava justamente sustentada na pobreza, ou seja, no atendimento direto - *in loco* - à população de baixa renda seja ela - favelada, encortiçada, ou moradora de rua (*home less*).

Desde os primeiros encontros, a Prefeitura, através de seus agentes, aproveitou as organizações locais para viabilizar seu programa. Ao tomar contato com os moradores, pretendia, enquanto agente mobilizador, organizar a população para que seu programa/projeto se realizasse. Rosenberg (1981), ao discorrer sobre as propostas alternativas de atendimento ao menor carente veiculadas pela rede oficial (federal, estadual e municipal), observou que a "participação" da população significa, na realidade, execução do projeto e/ou programa pela mesma, na medida em que são repassadas à mesma uma série de atividades que deveriam ser propiciadas pelo Estado.

A intervenção da Prefeitura no cortiço possibilitou que as mulheres moradoras e participantes do projeto, lidassem com o

órgão público de maneira diferenciada. Sendo o AF parte de um programa "alternativo" dentro da proposta da FABES que pretendia atender população de baixa renda, torna-se relevante ressaltar sua especificidade, ou seja, a participação das mulheres. O quesito principal para participar do AF era de que a mulher fosse mãe.

Faço abaixo uma breve referência aos trabalhos de Taube (1986; 1989) e Sader, E. (1988) que contribuem com a abordagem do presente estudo no que se refere ao papel da mulher de famílias trabalhadoras e sua relação com agentes filantrópicos, quando a mulher aparece como alvo principal dessa relação⁴¹.

Taube (1986), em seu estudo sobre famílias faveladas, observou o papel fundamental exercido pelas mulheres na mobilização e construção de uma rede de ajuda mútua na vizinhança. Notou também que a presença das entidades filantrópicas estimula a manutenção dessa cooperação entre vizinhos.

"Assim, o governo se exime de uma série de despesas, compensando, indiretamente, os baixos rendimentos dessa população." (Taube, 1986:57 - vol.2).

Sader, E. (1988) historicou a existência dos clubes de mães na periferia sul da cidade de São Paulo. Observou que o conteúdo dessas intervencções está geralmente ligado ao ensino

⁴¹ Dois historiadores americanos - Bellows (1985) e Ryan (1983) - entre outros, estudaram a relação entre entidades filantrópicas e população pobre no século passado. Bellows (1985) estudou o poder de controle que as instituições de caridade formadas pela elite de Charleston (1820-1840) pretendiam ter em relação a população pobre da região. Ryan (1983) observou o poder exercido pelas redes informais formadas por mulheres no cotidiano de Oneida County (1830-1840).

de trabalhos manuais - costura, bordados, crochê, tricô - e ainda, muitas vezes, acrescido de informações sobre higiene e saúde. Isto é, são atividades que estão tradicionalmente vinculadas ao papel feminino habitual, levadas e dirigidas por mulheres "de fora" do grupo. Esta é uma característica presente nos trabalhos patrocinados por Prefeituras e/ou entidades sociais diversas com grupos de mulheres de famílias de baixa renda.

Durante todo o período de contato com as mulheres, observei como essas se colocavam cotidianamente, buscando, em diferentes domínios públicos - posto de saúde, Prefeitura, entidades filantrópicas - articular esses espaços aos interesses do próprio grupo familiar. As mulheres passaram a percorrer espaços que se incorporaram as suas tarefas diárias, relacionados aos diferentes papéis que desempenham.

O projeto da Prefeitura, em seus diferentes níveis de intervenção, reforçava os modelos familiares existentes, remetendo a mulher ao seu papel tradicional - de esposa e mãe. Por outro lado, o relacionamento com a Instituição favoreceu mudanças, que foram vivenciadas pela mulher no seu próprio grupo de vizinhança.

O grupo de mulheres que se formou a partir do AF passou a se reunir semanalmente durante às tardes de quarta-feira com as técnicas da Prefeitura na casa de uma moradora. Desde o início Odete (morava com sua filha de 1 ano, quarto 17 - ala B) ofereceu sua casa para nossas reuniões. Foi em sua casa que ocorreu a maioria das reuniões do ano de 1985, intercaladas por alguns en-

contros que se deram no quintal (ala B) ou no terraço (ala A) ou ainda na casa de alguma outra moradora.

A verba do projeto era gerenciada pela assistente social da Prefeitura responsável pela implantação do mesmo - Equipe Menor - com a participação das mulheres envolvidas, no que se referia à forma de utilização da verba. As mulheres do grupo optaram por compras coletivas (alimentos, filtro, termômetro, etc) a serem distribuídas mensalmente, em espécie, para as famílias participantes do AF. Embora o projeto sugerisse a "participação da população", o momento que a população podia ou não participar era selecionado pelo grupo de técnicos responsáveis pelo projeto.

O grupo foi se expandindo entre a própria população moradora, umas convidando outras, chegando a extrapolar os limites locais, ou seja, participaram do mesmo, mulheres moradoras em outros cortiços da vizinhança, convidadas por alguma conhecida da "Emílio Ribas" (vide anexo 3). A opção por compras coletivas favoreceu outras mulheres do cortiço que não estavam inscritas no projeto. Do grupo participavam, desde o início, mulheres gestantes que, embora não inscritas, foram convidadas pelas participantes para também receberem filtro, termômetro, etc.

O critério estabelecido pelo grupo para se convidar outros membros não só ampliava a participação no AF de mulheres gestantes como também de mulheres que estavam eventualmente trabalhando. Estas últimas, mesmo não estando presentes, continuavam a receber, em espécie, o correspondente à verba que lhes cabia. Então, a população, que de início aceitava o projeto como a Prefeitura o apresentava, aos poucos, na relação estabelecida, foi

se apropriando do mesmo e transformando-o segundo seus interesses e necessidades.

A disponibilidade da mulher para o trabalho remunerado na região (Perdizes) dependia de ter com quem contar para substituí-la no cuidado com a criança: fosse uma escolinha, uma creche, um vizinho, um parente ou ainda, no caso do trabalho como empregada doméstica, a presença da criança junto à mãe.

Na realidade estudada, confirmando a literatura disponível - Ferreira & Oliveira (1986), Rosenberg (1981, 1986), Campos (1985), Taube (1986), entre outros - a mãe acaba formando um grupo de apoio no local de residência (vizinhas, comadres, parentes) ou ainda, conta com a vinda de algum membro de sua família de origem (mãe, irmãs, sobrinhas) para ajudá-la especialmente neste período em que seu trabalho fora do domicílio é imprescindível para a sobrevivência de seu grupo familiar. O trabalho aparece, para as mulheres, como necessidade de ampliar a renda de seu grupo de referência com a perda do poder de compra do salário mínimo e/ou desemprego de seus companheiros, entre outras coisas.

Quando a mulher (mãe) podia contar com um vizinho ou parente para substituí-la no cuidado com os filhos, isso facilitava sua permanência no mercado de trabalho. Por exemplo: Jussara (auxiliar de enfermagem, separada, dois filhos) contava com a presença constante de sua mãe - Dona Anita (53 anos, viúva) - que veio de Santos para São Paulo especialmente para ajudar a filha. Dona Anita, além de cuidar de seus netos cuidava também intermitentemente e mediante pagamento, de outras crianças do local.

O fato de diversas crianças terem ficado sob os cuidados de Dona Anita permitiu que a mesma se tornasse uma pessoa conhecida e requisitada por diferentes moradoras.

Assim, mesmo existindo, entre as mulheres uma rede de ajuda mútua, no que se referia ao cuidado com as crianças, isto não lhes garantia disponibilidade para um trabalho remunerado de maneira regular, devido à instabilidade desta rede (ocupação das outras mulheres com seus interesses pessoais).

A circulação das crianças entre diferentes mulheres que vez ou outra se disponibilizavam para tomar conta das mesmas (cobrando por dia e/ou período) é fato comum não só nos cortiços como também nas favelas. Em geral, em muitas favelas onde não há creches para atender a população, existe, de forma espontânea uma mulher ou outra que cuida de várias crianças de seu grupo de vizinhança. A esse papel, representado pela mulher que cuida de crianças nas favelas, a Prefeitura chama de "mãe-crecheira" (Ferreira & Oliveira, 1986; Rosenberg, 1986).

O GRUPO DE MULHERES

O cortiço havia sido reaberto em agosto de 1984 e por isso muitas moradoras ainda não se conheciam. A partir das reuniões semanais do grupo de mulheres (maio/1985) a relação entre as mesmas se intensificou, permitindo delinear na convivência cotidiana, momentos de extrema solidariedade como também de intenso conflito.

O conteúdo das reuniões era variado. Muitas vezes discutiram-se relações conjugais, educação de filhos, sexualidade, a partir do interesse das mulheres do grupo e sob coordenação do grupo de técnicas. Outras vezes, as conversas giravam em torno de listas de compras mensais e trabalhos manuais. Assuntos pertinentes ao cortiço também eram trazidos pelas mulheres tais como, as relações de vizinhança e a questão do gerenciamento do imóvel onde moravam (foto 9 e 10).

Caldeira (1987) também constatou a presença desses temas em reuniões das mulheres participantes dos diferentes movimentos sociais na periferia de São Paulo. Nessas reuniões não só se discute problemas locais, como também se faz amizade, e ainda se aborda problemas diretamente femininos com as outras mulheres. Isto vai permitindo que se defina um espaço com temas exclusivos das mulheres.

A presença das crianças era constante nas reuniões; as mais velhas (três meninas - duas de 9 anos e uma de 8 anos) às vezes, a pedido das mães, saíam da casa onde estávamos reunidas para brincar com os menores no quintal.

Nas reuniões, as mulheres geralmente ofereciam bolo e suco. Cada vez uma ficava responsável pela feitura do bolo que era servido pelo meio da tarde com suco ou café feito por outra moradora. Caso a que fizesse o bolo não tivesse um bom forno para assá-lo, o mesmo era assado no forno de alguma conhecida do próprio grupo de vizinhança. No caso do suco, quem tinha geladeira, levava gelo. Quando alguma criança fazia aniversário, a mãe dei-

xava para comemorá-lo no dia em que o grupo se reunia, levando bolo e bebida.

Uma participante comenta sobre a reunião:

"Na reunião da quarta-feira, tem bolo, tem suco, tem conversa que se aproveita... às vezes uma vem, outras não vem; umas vão lavar roupa, outras trabalham..." (Mercedes).

O bolo, a troca de receitas, o gelo, o suco, o café passaram a fazer parte do viver semanal do grupo de mulheres. O grupo formado a partir do AF aparecia como um outro espaço de se relacionar com o próprio grupo de vizinhança. Isto significa que dentre as mulheres moradoras do cortiço, algumas passaram a formar um grupo específico que se relacionava diretamente com a Prefeitura - através de seus agentes - no local de moradia. Embora a intervenção da Prefeitura afetasse o cortiço como um todo, esta dividiu o grupo de vizinhança em pelo menos dois - um mais e outro menos vinculado à Prefeitura. O primeiro era representado principalmente pelas mulheres participantes do AF e pelos administradores do imóvel (voltarei a essa questão posteriormente), e o segundo pelas famílias não vinculadas diretamente aos programas da Prefeitura (em geral casais sem filhos) e pelos rapazes e moças solteiros.

O fator ordenador do grupo de mulheres no cortiço foi a implantação do projeto AF no local, remetendo a participação das mesmas à carência comum, a qual se explica pelo fato de pertencerem a uma classe social desprovida de direitos. A medida que o tempo foi passando, a participação no grupo foi tendo, para as integrantes, outros significados que não somente o da carência

comum. Participava-se porque desejava-se sair de casa, socializar as experiências, partilhar seus problemas e aprender algo.

Caldeira (1987) relata em seu trabalho que muitas mulheres por ela pesquisadas na periferia de São Paulo, quando interrogadas sobre o porquê de sua participação nos movimentos sociais, respondiam que era importante coletivizar e/ou socializar seus problemas individuais, ou seja, seu cotidiano, sua vida privada e descobrir a importância dessa oportunidade de contar a própria vida e se relacionar com outras pessoas que tinham problemas parecidos.

As mulheres por mim pesquisadas também manifestavam a importância de participar porque estavam aprendendo algo, compartilhando suas vidas cotidianas e fazendo novas amizades:

"Eu gostei porque eu conheci mais umas amigas qu'eu num conhecia; me ajudou; valeu a pena; foi muito animado; aprender uma porção de coisa que a gente não sabia;..." (Severina).

"Foi uma coisa muito boa, um meio da gente se reunir; se identifica com a gente; vocês também (se referindo a nós, da Prefeitura), foi a melhor coisa que aconteceu aqui; chega aqui a gente se distrai, se identifica com o problema das pessoas; fica menos deprimida..." (Mercedes).

"Conversar com outras pessoas, outros problemas; eu estou dando volta por cima, numa boa; eu estou mais cheia de paz..." (Odete).

"Eu morava aqui, não conhecia ninguém sabe; via todo mundo aí, mas num falava com ninguém... Via e fazia de conta que nem tava vendo; porque prá mim eu conhecia e não conhecia no mesmo tempo. E a partir de quando vocês começaram a andar aqui, qu'eu comecei a participar da reunião, a gente começou a chegá

uma na outra, sabe. Prá mim o grupo trouxe muitas coisas boa prá mim, sabe; muita amizade qu'eu não tinha... Eu comecei a, sei lá, a chegar nas pessoas que antes eu não conhecia ninguém, não gostava de ninguém, sabe... A partir do dia qu'eu comecei a participá do grupo, ..., começamos a ser amiga, porque aqui dentro ninguém era amiga..." (Nair).

Esse primeiro relato pôde apontar para uma característica fundamental da relação estabelecida, isto é, era um grupo de mulheres residentes que se encontrava com outro grupo de mulheres não-residentes. Mesmo relacionando-nos com alguns homens, com os próprios administradores do imóvel ou com os companheiros das mulheres conhecidas, as lentes que focavam essa relação eram impreterivelmente femininas.

A partir de julho do mesmo ano (1985), as mulheres do grupo discutiram com as técnicas sobre a possibilidade de utilização de parte da verba para a compra de lã, linhas e pano-de-saco, visando confeccionarem trabalhos manuais para seu próprio grupo doméstico. Uma moradora começou a ensinar crochê e tricô a outras e esse aprendizado foi se ampliando entre as mulheres do cortiço. Dessa época em diante, não foram raras as vezes que cheguei no cortiço e encontrei diversas mulheres tricotando ou crochêando no quintal.

"As vezes tinha dia que até uma hora da manhã tinha gente aqui em casa querendo aprendê..."
(fala Odete, em relação ao aprendizado do crochê).

Para feitura dos panos de prato e toalhas de mão, as mulheres recebiam das assistentes sociais os panos-de-saco a se-

rem alvejados para posterior confecção dos bicos de crochê que haviam aprendido. Antes porém, os arremates eram feitos por uma moradora (participante do grupo) cuja irmã (moradora, não participante) tinha máquina de costura.

A partir do momento que as mulheres se familiarizaram com as técnicas aprendidas (crochê, tricô, etc.) discutiu-se a possibilidade de ser incorporado ao grupo alguém com conhecimento e habilidade nesta área. Convidaram, através da equipe da FABES-Lapa, uma técnica que passou a assessorar o grupo semanalmente. A idéia de convidá-la para trabalhar com o grupo esteve relacionada ao fato de que em muitas mulheres foi despertado o interesse em comercializar os artigos por elas confeccionados. Assim, as interessadas puderam obter algum rendimento a partir do artesanato, o que permitiu às mulheres permanecerem no local de residência, reforçando seu desempenho no âmbito doméstico. É importante frisar que do grupo participavam, em sua maioria, mulheres que se ocupavam de serviços domésticos e cuidado com os filhos. Cabe ressaltar que nem todas as mulheres viam no aprendizado do artesanato uma possibilidade de obter renda. Tomando-se por base a diversidade de interesse e tempo disponível de cada uma das participantes, a idéia era também aprender - tricô, crochê, etc. - para o seu próprio consumo (casa e filhos, principalmente).

A partir do momento que as mulheres do grupo começaram a crochetar e/ou pintar panos-de-prato e confeccionar roupinhas de linha ou lã para os bebês, o assunto de muitos encontros girou em torno disso.

As mulheres interessadas na confecção dos trabalhos manuais, começaram a discutir com as técnicas da Prefeitura sobre a possibilidade de se alugar um cômodo no próprio cortiço onde pudesse vir a funcionar uma oficina de costura.

As participantes do grupo fizeram uma avaliação em dezembro de 1985 e ficou claro para nós - técnicas e grupo - que as reuniões deveriam acontecer num outro local que não na casa de Odete, pois, devido aos conflitos que foram surgindo entre algumas moradoras, essas deixavam de aparecer nas reuniões. Percebemos que se o aluguel de um cômodo para o funcionamento da oficina desse certo, este seria possivelmente um espaço mais "neutro" para as reuniões acontecerem. O fato da maioria das reuniões terem acontecido na casa de Odete durante o ano de 1985, reforçou o papel de líder que a mesma construiu frente a seu grupo ao longo do tempo.

Quando as reuniões aconteceram no terraço da ala de baixo do cortiço ou no quintal da ala de cima quase todas mulheres participavam. Sendo a reunião na casa de Odete (a maioria das vezes; fotos 9 e 10), de Dona Anita ou Mercedes (em ocasiões eventuais isso aconteceu), sabia-se que talvez alguém não frequentasse o local. Certa vez, uma moradora respondendo-me porque não participara da reunião, disse que não gostava do marido da fulana embora achasse a mesma legal. E ainda:

"... tinha gente no quintal falando que não ia nas reuniões enquanto for na casa da Odete." (Mercedes, comentando sobre as intrigas que estavam surgindo no grupo).

A fala de Mercedes se referia ao desentendimento ocorrido entre Nair e Odete. Por ocasião do conflito, Nair devolveu as coisas que aquela havia lhe emprestado e, entre outras coisas, os panos-de-saco que a assistente social deixara. Depois, a mesma saiu dizendo no quintal que não iria mais participar das reuniões enquanto fossem na casa de Odete.

Tal fato evidencia uma das maneiras que uma determinada moradora passou a conviver com outra através da relação estabelecida com as técnicas da Prefeitura. Uma das possíveis leituras que fiz desse acontecimento foi a de que Nair, ao devolver os panos-de-saco à Odete, reforçava inconscientemente a posição de liderança ocupada pela mesma. Por outro lado, a assistente social ao entregar a uma liderança os "pertences coletivos", legitimava a posição de poder que esta ocupava frente a seu grupo. De alguma maneira uma quis negar o poder da outra. Num contexto onde tudo parece ser coletivo, promíscuo, próximo, misturado e homogêneo para um observador pouco cuidadoso, uma moradora estabelece o limite entre o espaço privado e o coletivo, entre o que pode ser só dela, e o que é "do outro" ou "dos outros".

De um modo geral as assistentes sociais que trabalhavam no cortiço não se aperceberam desses limites, como regra do grupo de vizinhança. Muitas vezes a conduta de muitos assistentes sociais ao lidar com o "outro" - oprimido e pobre - está calcada no assistencialismo que legitima a intervenção. Porém, não quero dizer com isso que esse tipo de atitude fosse comum a todos os técnicos da FABES, pois minha observação se fundamenta numa experiência restrita.

No final de dezembro, um quarto do quintal, do lado de cima (ala B) foi desocupado e três moradoras, participantes do grupo, puseram um cadeado na porta do cômodo pedindo aos moradores responsáveis pela administração do imóvel - Arlindo e Anastácio - que alugassem o mesmo para a oficina de costura. Paralelamente a essa negociação, dentro do próprio grupo de vizinhança, as mulheres avisaram às assistentes sociais da FABES-Lapa, responsáveis pelo AF, sobre o cômodo desocupado, pedindo que o alugassem para o funcionamento da oficina.

A princípio, os encarregados pela administração do imóvel não queriam locar o cômodo, mas como o movimento das mulheres foi insistente, estas conseguiram o quarto. A explicação dada pelas mulheres no que se referia à resistência dos administradores em alugarem o cômodo, foi a seguinte: como o quarto seria de utilização comum por algumas mulheres residentes, estas não teriam que pagar contas de água e/ou luz, pois já pagavam tais taxas como inquilinas do imóvel. O quarto foi alugado (dezembro/1985) com verba do Atendimento Familiar.

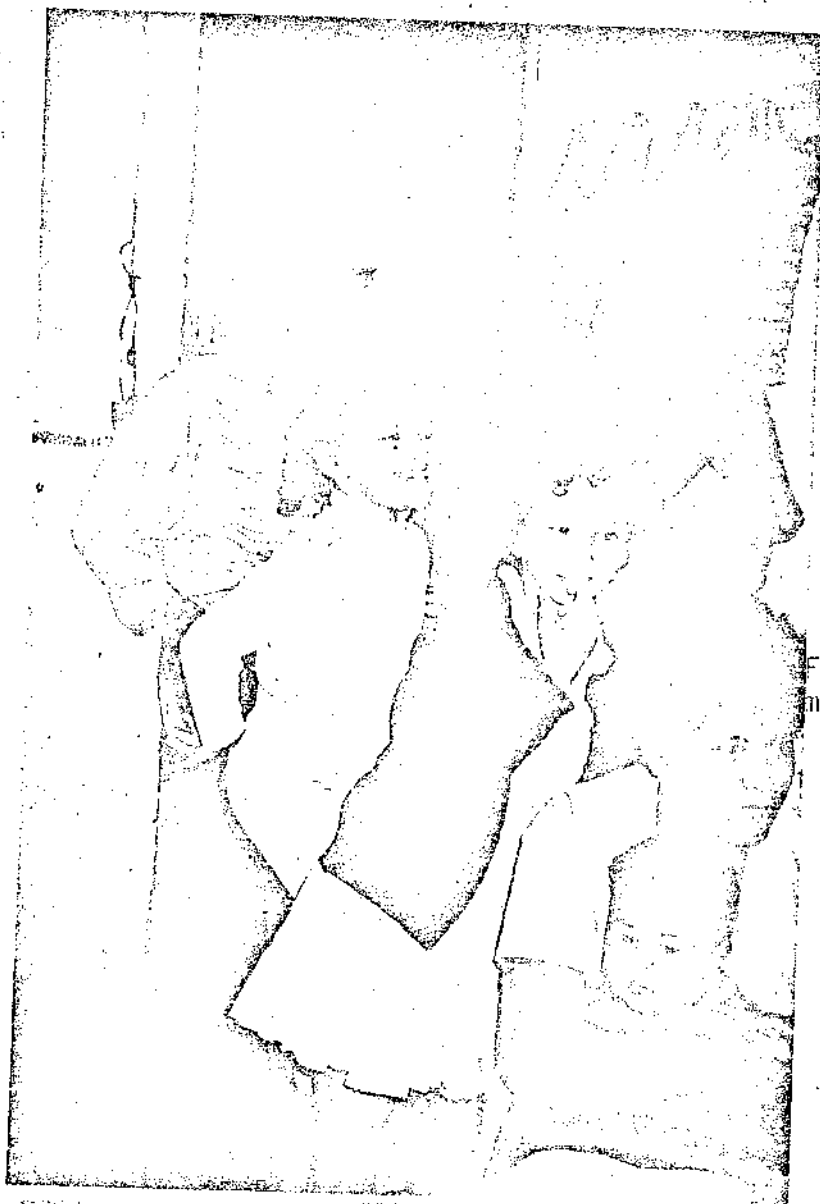


Foto 9 - Reunião do grupo de
mulheres na casa de Odete.
(1985)



Foto 10 - Reunião do grupo de
mulheres na casa de Odete.
(1985)

A OFICINA DE COSTURA (1986)

O interesse de algumas mulheres em se ocupar, de maneira a ampliar a renda familiar, possibilitou que as técnicas responsáveis pela execução do AF autorizassem a montagem de uma oficina de costura com verba do referido projeto (foto 11). A abertura da oficina, no espaço do próprio cortiço (quarto 26), possibilitou a algumas mulheres trabalharem em seu local de moradia, criando-lhes condições de compatibilizar e desempenhar suas tarefas. Com isso, o projeto, que a princípio propunha atender população demandatária de creche, foi redefinido de acordo com interesses e necessidades das mulheres participantes do grupo. Dessa maneira a oficina apareceu como reapropriação por parte da população usuária daquele projeto político.

As principais participantes da oficina eram: Odete, Dona Anita, Jussara, Mercedes, Severina e Amélia. Muitas vezes, outras moradoras também frequentavam o local quando a técnica da Prefeitura, responsável pelo ensinamento do artesanato, estivesse presente. As participantes depositavam expectativas quanto às reais possibilidades que esse trabalho pudesse trazer como forma alternativa de ampliar a renda de seu grupo familiar. A participação na oficina era definida pelo fato da mulher executar algum trabalho no local, visando rendimento através de seu trabalho.



Foto 11 - Oficina de Costura - (1986)

"Está sendo bom. Eu mesma não esperava chegar nessa conclusão. O negócio é a gente lutar para não parar... Aqui eu tô trabalhando e com o menino perto de mim" (Severina).

"Eu gosto disso, sabe. Junta o útil ao agradável. Além d'eu gostar, também está entrando" (Odete).

"Para mim está sendo uma beleza. Essa oficina é boa em tudo. Ela ajuda na roupa que a gente faz, na roupa da criança" (Mercedes).

Dona Anita foi escolhida como responsável pela chave e pelo pagamento do aluguel, devido à confiabilidade que as mulheres moradoras, participantes do grupo, depositavam nela, pela seu próprio interesse em participar nos trabalhos a serem desenvolvidos na oficina e ainda, pelo fato das técnicas a apoiarem. Dessa maneira, as técnicas legitimavam o papel de liderança exercido pela mesma no grupo de vizinhança. Posteriormente (julho/1986), uma outra moradora - Severina - passou a ser responsável pela oficina devido ao fato de Anita ter viajado e depois mudado para o Rio de Janeiro.

Na oficina, eram guardadas, além dos materiais de costura - tecidos, linhas, agulhas, etc. - a única máquina de costura emprestada pela regional da Lapa às mulheres. O fato do cômodo ser pequeno (2,0m x 3,0m) dificultava a presença de muitas pessoas no local ao mesmo tempo. Sendo assim, a permanência da mulher que ia à oficina costurar estava estritamente relacionada ao fato de usar a máquina, pois atividades como arrematar, cortar e alinhar poderiam ser feitas em outros locais. Os gastos com a manutenção da oficina - aluguel e materiais de costura - eram pa-

gos com verba do Atendimento Familiar. As usuárias se responsabilizavam pela oficina; tinham um caderno onde anotavam o material que entrava e saía da oficina e sua destinação.

A forma de utilização do espaço da oficina foi também um percurso a ser aprendido pelas usuárias. Os conflitos não tardaram a aparecer, no que se referia a divisão do tempo de permanência na oficina pelas interessadas. De início, tiveram alguns problemas, por exemplo: Severina chegou a monopolizar o uso da máquina de costura em detrimento das outras usuárias. Tivemos (técnicas da Prefeitura e mulheres participantes da oficina) diversas conversas na tentativa de discutirmos a melhor maneira de resolver a questão. Embora os conflitos não se resolvessem logo, o grupo, no seu dia a dia, teve que achar formas viáveis de melhor partilhar mais um outro espaço coletivo com suas regras de vizinhança.

As mulheres, além de fazerem trabalhos para seu próprio grupo doméstico, faziam trabalhos sob encomenda através da técnica da FABES, coordenadora dos trabalhos na oficina. Severina fez logo de início (dezembro/1985, janeiro/1986) almofadas e colchas sob encomenda (por isso esta monopolizou o tempo de permanência na oficina), enquanto outras fizeram panos-de-prato e toalhinhas de cozinha. Alguns desses trabalhos foram expostos e vendidos num bazar organizado pela FABES-Lapa e o rendimento foi dividido: uma parte destinou-se à oficina para a reposição de material e a outra parte para a mulher que tivesse confeccionado o trabalho.

Também no início do ano, as mulheres participantes da oficina de costura confeccionaram fraldas para o enxoval das gestantes a ser distribuído pela assistente social coordenadora do projeto nos diferentes grupos do AF e ainda, para venda. Algumas mulheres que compraram as fraldas, reclamaram do preço e da qualidade. Esse é mais um exemplo de um dos conflitos ocorridos no local, devido à apropriação de um espaço coletivo. O exemplo claro dessa apropriação foi o caso de Severina que, monopolizando a máquina de costura, fez muitos trabalhos o que lhe rendeu algum dinheiro.

No cotidiano, a relação das moradoras entre si e/ou entre elas e o grupo de técnicas era complexa; existiam identificações, preferências, ciúmes, diferenças. Éramos três, às vezes quatro técnicas trabalhando ao mesmo tempo com o mesmo grupo. Cabia-nos reconhecer os limites do grupo e tentar trabalhar entre suas fronteiras - dentro e fora - considerando que as mulheres passaram a se relacionar entre si também por nosso intermédio.

A atuação do órgão público, através de seus técnicos, na maioria das vezes, não considera os conflitos/adversidades da área em que atua pelo fato de abordar a realidade de maneira homogênea.

Mesmo com propósito não assistencialista, a ideologia de intervenção do órgão, através de seus técnicos no cortiço, foi de que às famílias de baixa renda só havia coisas a levar, reforçando com isso a condição de pobreza da população. Apesar da condição comum desse segmento de população, por exemplo, o fato de morarem num local considerado sub-habitação - o cortiço - exis-

tiam sim, carências heterogêneas e também níveis de pobreza diferenciados.

Por outro lado, a população percebia a Prefeitura, ou melhor, seus programas e técnicos, como provedores de melhorias frente à carência comum (Sampaio, 1988). A interação entre técnicos e população foi sempre mediada pela assimetria: as ideologias eram postas em confronto e os técnicos do órgão eram vistos como doadores, não evidenciando a consciência de um direito. Salem (1981), entre outros, ao estudar mulheres faveladas moradoras do Rocinha (Rio de Janeiro), constatou que estas, ao personalizarem as relações estabelecidas com os órgãos públicos, convertiam tais personagens em figuras de amparo e proteção.

A participação das mulheres no AF estava justificada pelo seu papel de mãe. Por exemplo, no início da implantação do AF, um marido, não queria deixar a mulher participar das reuniões. A assistente social responsável pelo projeto, a pedido desta última, teve que explicar a ele do que se tratava.

A participação das mulheres do cortiço no grupo formado pelo AF também pôde alterar sua relação dentro do espaço doméstico. A mulher passou a disponibilizar parte de seu tempo para si mesma, para o grupo, para as técnicas da Prefeitura. A fala de Mercedes é um exemplo da modificação que esta passou a fazer de seu tempo:

"É melhor dividir o tempo entre o que se tem para fazer em casa e na oficina" (Mercedes).

Em dezembro de 1986 o projeto AF chegava ao seu final na Delegacia Regional de Serviço Social da Lapa (DRESSO-Lapa)⁴⁸.

A oficina funcionou desde o final de dezembro de 1985 até dezembro de 1986 com verba do projeto AF. Em 1987, como o projeto AF da DRESSO-Lapa foi desativado, a oficina de costura continuou existindo porque a técnica responsável pela coordenação da mesma proporcionou às mulheres interessadas essa possibilidade, pagando pessoalmente o aluguel do cômodo. Esse fato foi visto pelas usuárias da oficina como uma possibilidade de continuarem utilizando aquele espaço por mais um tempo.

Quanto à mulher que contava com o projeto para seu grupo doméstico, nada pôde opinar sobre essa decisão. Da mesma maneira que os técnicos implantaram o projeto, também o retiraram. Lembro-me que as mulheres envolvidas se decepcionaram com essa "retirada". Algumas reclamaram do fato de não mais poderem contar com a "ajuda"; outras, sabendo que o projeto era por período limitado, elaboraram o fato de outro modo.

Penso que esse acontecimento foi mais uma passagem em suas vidas de coisas que não pediram - o projeto apareceu e desapareceu, não foi luta ou reivindicação; a Prefeitura, através de seus técnicos, se fez presente e depois se ausentou.

⁴⁸ Em 1986 (gestão Jânio Quadros), a FABES-Lapa foi transformada em Delegacia Regional de Serviço Social da Lapa (DRESSO-Lapa) (vide anexo 1).

O AUTO-GERENCIAMENTO

O processo de implantação e adaptação do Projeto Piloto de Melhorias em Cortiços, dirigido pela FABES-Lapa no cortiço da Emílio Ribas, foi retomado a partir do ano de 1985.

No início desta dissertação informei que a Prefeitura entrou no cortiço com a proposta de levar aos moradores informações sobre o programa de tarifas reduzidas para o consumo de água e esgoto e energia elétrica. Coube então aos técnicos se inteirarem de como era a gestão do imóvel, ou seja, se havia sublocador, encarregado e de como os moradores pagavam suas contas - aluguel e despesas com água e luz - e ainda, se os mesmos tinham acesso a essas contas.

Além disso, a FABES tinha feito convênios com algumas entidades sociais que prestavam assessoria jurídica à população atendida pela Secretária. No caso da FABES-Lapa, foram os advogados da Associação em Defesa da Moradia (ADM) que prestaram assistência jurídica aos moradores de cortiços dessa regional.

Desde o início da intervenção da FABES-Lapa no cortiço (maio/1985), alguns advogados da ADM também participaram do processo. Ficou atribuído aos mesmos o papel de assistir os moradores no que se referia a seus possíveis direitos enquanto inquilinos. Fizemos - técnicas da Prefeitura e advogados da ADM - diversas reuniões com os moradores a fim de conhecermos a gestão do imóvel, ou seja, a relação interna entre os moradores e os exploradores do imóvel - proprietário e sublocador.

A gestão "compreende um conjunto de mecanismos de controle e administração do imóvel, resultante de formas diferenciadas de exploração, em que se inclui a cobrança do aluguel e de

taxas de água e luz" (São Paulo (cidade), 1986:94). A administração do imóvel pode requerer a existência de três agentes: proprietário, sublocador e encarregado.

Na Emílio Ribas havia proprietário, sublocador e encarregado. Na referida época (maio/1985), Sebastião era o encarregado do imóvel.

Sebastião era um dos mais antigos moradores do cortiço, chegou no local em dezembro de 1979. Foi despejado em 1984 (maio a julho) voltando logo que o cortiço foi reaberto (agosto/1984). Trabalhou como encarregado do cortiço de dezembro de 1984 a maio de 1985 e suas funções no cortiço eram:

"Meu serviço era eu fazê limpeza e entregá os carnê de recebimento de aluguel, era pago no banco". (Sebastião).

Sebastião era vigia noturno de um prédio do bairro e de dia exercia a função de encarregado do cortiço. Como encarregado, não pagava as despesas de água e luz, nem o aluguel e ainda, recebia um dinheiro extra. Os gastos com material de limpeza eram pagos pelo sublocador.

Perguntei-lhe o que o atraía num trabalho como este:

"Eu pelo uma parte eu achava bom porque eu num pagava essas despesa, né; outra eu trabalhava de vigia, eu livrava o meu livre. E depois, pelo menos eu tomei conhecimento, pelo menos aqui nesse bairro aqui que a gente mora, quase todo mundo me conhece. Prá mim eu achei bom... Mas por outra eu num achei por causa dos inquilino, né, tem uns que teve encrenca comigo aqui, aí por isso qu'eu num gostei." (Sebastião).

Como ele mesmo disse, o problema maior que enfrentou como encarregado foi com alguns inquilinos que muitas vezes não pagavam as contas e achavam que ele teria que resolver com o sublocador esse problema, defendendo-os.

Para alugar um cômodo no cortiço, a pessoa fazia uma espécie de "contrato" (logicamente informal) com o sublocador. O sublocador pedia algum documento do inquilino, por exemplo, o R.G. Anotava os dados deste num papel que fazia as vezes de um recibo e cobrava do mesmo um mês de aluguel adiantado mais uma outra taxa que era chamada de "contrato". O sublocador explicava ao novo inquilino do quarto que essa taxa cobrada no contrato não seria devolvida quando a pessoa saísse do imóvel. Segundo Sebastião, essa taxa "era despesa do imóvel". As taxas de água e luz só eram cobradas a partir do mês vencido. O inquilino que atrasasse no pagamento das contas recebia uma multa de 10% ao mês até o terceiro mês, pois depois desse período o morador era despejado.

O sublocador tinha um escritório e era lá que este recebia as contas de água e luz e preparava o carnê para os seus inquilinos pagarem, no banco, o aluguel, a água e a luz. O aluguel era reajustado a cada seis meses e as contas de água e luz a cada dois meses. Essas taxas - água e luz - eram cobradas por pessoa a partir de um mês de idade. Logicamente os moradores não tinham acesso às contas de água e luz e muito menos ao real valor do aluguel do imóvel pago pelo sublocador ao proprietário.

Em maio de 1985, justamente no período em que a Prefeitura redescobriu o cortiço, o sublocador não mais apareceu no lo-

cal. Nessa época, Sebastião ainda era encarregado do cortiço mas não sabia com certeza o que acontecera com o sublocador, pois este deixou de passar no cortiço como costumava fazer. Com o desaparecimento do sublocador, Sebastião deixou de exercer sua função de encarregado.

"Depois do dia 30 de maio (1985), aí a gente já ficou desconfiado, porque sempre ele vinha cada oito dia..." (fala Sebastião a respeito do desaparecimento do sublocador).

Os moradores tiveram certeza de que o sublocador sumira quando um oficial de justiça chegou ao cortiço trazendo uma ordem de despejo.

"Na segunda-feira (08/07/1985) veio o oficial de justiça prá dá despejo prá gente, procurando ele (o sublocador) prá pudê dá o despejo, porque têm que dá o despejo prá ele, porque ele que alugô a casa" (Sebastião).

Através de uma ação judicial, o proprietário do imóvel, cobrava do locatário que por sua vez era sublocador do mesmo, o valor referente aos aluguéis dos meses - abril, maio e junho - incluindo o pagamento de impostos. Os moradores acabaram descobrindo que o sublocador deixara também de pagar as contas de água (três meses) e luz (dois meses).

A partir desse fato, inúmeras reuniões foram feitas entre moradores e advogados da Associação em Defesa da Moradia (ADM) na tentativa de se resolver essa questão. Os moradores corriam o risco de despejo e precisavam criar possibilidades concretas de negociação com o proprietário. Foi então criada uma comissão, a princípio com três moradores - Sebastião, Arlindo e

Anastácio - que ficaram encarregados de arrecadarem o aluguel e de o depositarem numa caderneta de poupança. Paralelamente, essa mesma comissão esteve conversando com o advogado do proprietário sobre as formas possíveis de serem feitos os pagamentos atrasados, assessorados pelos advogados da ADM. A esses mesmos moradores também cabia a cobrança das taxas de água e luz.

Os moradores ratearam entre eles as contas de água e luz e começaram a negociar as formas de gerenciamento a partir do ocorrido. No mesmo mês (julho/1985) foi feito um primeiro contato com o proprietário e este foi favorável à permanência das famílias no local desde que regularizassem a relação contratual. O acordo feito com o advogado do proprietário estabelecia que os três meses em questão - abril, maio e junho - seriam cobrados do sublocador e que a população residente pagaria os aluguéis a partir de julho.

Em agosto, dois moradores que faziam parte da referida comissão de negociação juntamente com o advogado da ADM que os assessorava, abriram uma caderneta de poupança, visando o depósito dos aluguéis a serem arrecadados a partir do final daquele mês. A intenção era depositar em poupança o valor dos aluguéis referentes aos meses de julho, agosto e setembro, e respectivos impostos com juros e correção monetária.

Em setembro, compareceram ao escritório da Associação em Defesa da Moradia os moradores - Sebastião, Arlindo e Anastácio: "realizamos um levantamento a fim de termos um quadro real da situação. Chegamos à conclusão de que para podermos saldar a dívida no menor espaço de tempo possível e com a finalidade de

igualarmos os aluguéis de quartos do mesmo tamanho, deveríamos fazer um reajuste nos aluguéis de todos os quartos o que elevaria a arrecadação mensal para aproximadamente Cr\$5.500.000,00 (cinco milhões e meio), contando que nessa ocasião o valor do aluguel total do imóvel gira em torno de Cr\$4.000.000,00 (quatro milhões), teríamos ao final de cada mês um saldo positivo de Cr\$1.500.000,00 (um milhão e meio), o que serviria para amortizar a dívida e posteriormente servir como fundo de segurança, destinado a cobrir eventuais falhas no pagamento dos aluguéis, assim como, ajudaria na administração do imóvel (material de limpeza, faxina, melhorias, etc.)." (Associação em Defesa da Moradia, 1985).

A forma de gerenciamento do imóvel também foi discutida na negociação - proprietário/moradores - através de seus representantes. Embora alguns moradores preferissem que o imóvel fosse administrado diretamente por uma imobiliária, o que vigorou foi o auto-gerenciamento, para o qual criou-se uma comissão composta por dois moradores - Anastácio e Arlindo - assessorados por um dos advogados da ADM, que se encarregou da administração do imóvel.

A tendência por parte de alguns moradores em aceitar um administrador externo ao grupo de vizinhança era devido ao fato de acreditarem que "os de fora" imporiam mais respeito do que uma comissão de moradores, "de dentro", muito embora tenham vivenciado o oposto, isto é, nesse período de negociação com o proprietário, eram os próprios moradores que estavam assumindo o processo de gestão do imóvel, junto ao advogado da ADM.

O acerto final da negociação foi obtido em novembro, quando então foi pago ao proprietário o montante referente aos meses de julho, agosto, setembro, outubro e novembro de 1985, e o restante da dívida foi parcelado em quatro vezes a serem pagas em dezembro de 1985 e janeiro, fevereiro e março do ano seguinte.

É importante frisar que durante todo o período, os aluguéis foram cobrados dos moradores pela referida comissão, sendo o montante arrecadado depositado em caderneta de poupança. Os dois moradores representantes da comissão receberam o restante do dinheiro aplicado na poupança em forma de remuneração. Esta decisão foi tomada em reunião com os moradores e reivindicada pelos interessados. Assim, desde então, os respectivos administradores, que além de arrecadarem os aluguéis e contas de água e luz também realizavam a limpeza do imóvel, passaram a receber de cada cômodo uma taxa mensal. Esta devia ser dividida para o pagamento dos serviços prestados pelos mesmos e para compra de material de limpeza.

Em janeiro de 1986, já feitos os acertos acima mencionados, uma das queixas apresentadas pelos moradores à comissão administrativa era quanto à falta de controle do número de moradores residentes. As contas de água e luz eram divididas pelo número de pessoas residentes - na época as contas estavam sendo divididas por 93 pessoas residentes sendo que duas moradoras haviam contado 103 no total. Em reunião feita com os moradores estes chegaram no seguinte acordo: seria cobrada uma taxa extra, em caso da presença de visitantes que permanecessem no domicílio por mais de quinze dias.

Em março (1986), o aumento sobre o preço do aluguel do imóvel foi de 81,13% baseado no índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC). Como os aluguéis dos cômodos já haviam sofrido reajuste pelo fato de estarem pagando os aluguéis dos meses passados, cada cômodo teve aumento de 60%. Paralelamente, cada quarto continuou pagando a taxa para limpeza e remuneração dos dois administradores.

Nesse mesmo período, as discussões sobre a forma de gerenciamento do imóvel continuaram, pois em fevereiro havia terminado o contrato oficial com o antigo inquilino (ex-sublocador do imóvel). Os moradores acreditaram terem pago também a dívida do antigo sublocador; poucos acreditavam que tinham ficado isentos desse encargo, embora os advogados tivessem explicado que o aumento dos aluguéis tinha sido decorrente dos meses em atraso (de julho em diante). Mesmo assim, achavam que a administração vigente estava melhor, pois as pessoas sabiam o que estavam pagando.

Nas discussões, algumas pessoas voltaram a defender a idéia de uma administração indireta, via uma imobiliária. Isso garantiria, segundo as mesmas, que em caso de despejo seria atingido apenas quem não pagasse.

Como no período de março a julho (1986), ainda não estivesse acertada com o proprietário a posição dos moradores como possíveis inquilinos oficiais, os administradores vinham cobrando dos moradores os aluguéis e depositando-os em juízo, pois nada garantia que não fossem despejados. O proprietário não queria alugar cada um dos 42 cômodos existentes e sim o imóvel como um

tudo, exigindo como adiantamento o pagamento de três meses. Em julho, mesmo sem estar clara a situação futura do imóvel os moradores pagaram o valor referente ao período março/julho.

Em setembro (1986), as negociações continuavam através dos respectivos representantes. O advogado do proprietário cobrava dos moradores um valor que incluía o pagamento do aluguel do mês de agosto, honorários, imposto e multa pelo atraso. Verificou-se que para saldar a dívida do atraso, os aluguéis teriam que ser aumentados em 70%. Duas mulheres, conhecidas como líderes locais, chegaram a reclamar no Procon a medida tomada pelo advogado que assessorava a população moradora. Depois fui informada que os homens do cortiço reprovaram essa atitude por elas tomada e que só não bateram nas mesmas porque tratava-se de uma senhora mais velha e de uma grávida. Esse fato gerou muita confusão, reforçando inimizade e desconfiança em relação a elas.

Durante os meses de setembro e outubro aconteceram muitos encontros diretamente com o proprietário, na tentativa de se solucionar a melhor forma de gerenciamento do imóvel. Finalmente, em novembro (1986) definiu-se o contrato. A Secretaria Municipal de Habitação (SEHAB) - Lapa, entrou no processo e através do Fundo de Atendimento à População Moradora em Habitação Subnormal (FUNAPS), financiou a caução exigida pelo proprietário (três meses de aluguel adiantado), sendo que os moradores teriam um ano para o pagamento deste empréstimo à Prefeitura.

A comissão que assinou o contrato de locação com o proprietário foi composta por seis moradores que também representa-

vam o papel de fiadores do imóvel. Anastácio e Arlindo continuaram como administradores.

Nessa época (novembro/1986) a atuação das técnicas responsáveis pelo Atendimento Familiar no cortiço, foi mínima. Segundo as mesmas, a questão habitacional não era mais responsabilidade da Superintendência Municipal do Bem-Estar Social (SUBES) e sim da Secretaria Municipal de Habitação (SEHAB) (vide anexo 1).

Os moradores de cortiço têm em comum a vivência da pobreza e ao serem excluídos de certos benefícios sociais legitimam a atuação do Poder Público. O fato de pertencerem a uma classe social despojada de muitos direitos, a moradia por exemplo, implica necessariamente na escassez de condições de resolver esse problema. Se o órgão público não participasse com sua quota, pagando a caução exigida pelo proprietário por exemplo, certamente os moradores não teriam outras saídas viáveis para a questão intrínseca a seu grupo, ou seja, a "carência comum" (Cardoso, 1984; Samapio, 1988). Neste caso, as diferenças que possam existir pela evidência de rendas familiares distintas, não concorrem com o sentimento que os une de serem "excluídos", "carentes" de "benefícios concedidos pelo poder público" (Pontes, 1986).

O fato do cortiço da Emílio Ribas ter conseguido eliminar o sublocador e manter uma relação de locação direta com o proprietário, não necessariamente melhorou a qualidade de vida de seus moradores. A meu ver, houve apenas troca de personagens, ou seja, ao invés de se ter um sublocador - de fora - existe o administrador (morador) - de dentro. A ligação com o proprietário do

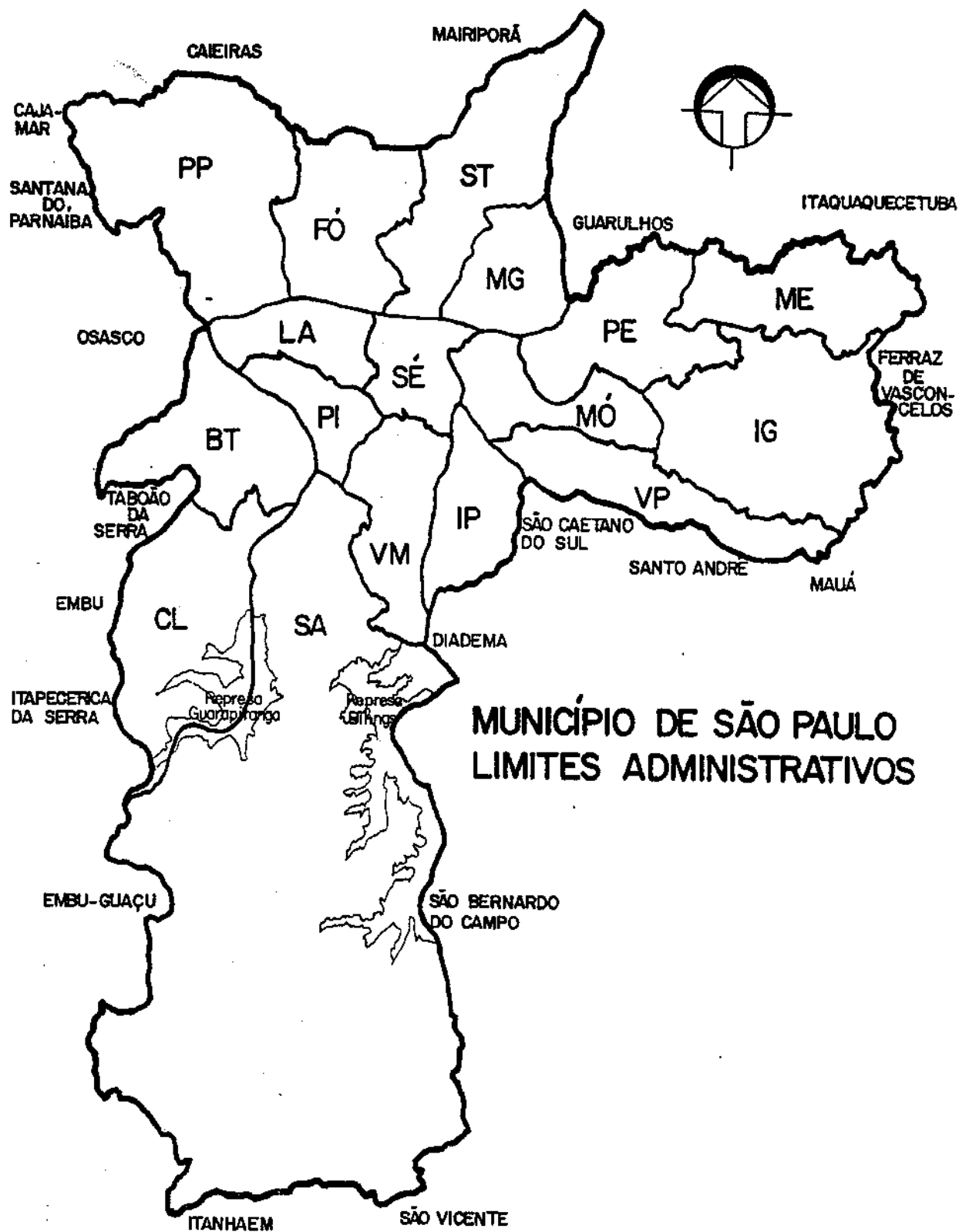
imóvel foi aproximada, porém o cortiço em sua complexa especificidade continua sendo mantido, à espera, talvez, de transformações mais profundas na apropriação desigual que as diferentes classes sociais fazem do espaço urbano (Ant & Kowarick, 1982).

CONCLUSÃO

Essa dissertação é uma etnografia da implantação de dois projetos da Prefeitura Municipal de São Paulo através da Secretaria Municipal da Família e Bem-Estar Social (FABES) num cortiço da cidade (1985/1986). Os projetos estavam inseridos nas propostas de atendimento ao menor e à habitação de famílias de baixa renda. Dentro do programa de atendimento ao menor pela Prefeitura, a FABES priorizou projetos alternativos, tais como, o de Atendimento Familiar - para crianças de 0 a 4 anos de idade que não frequentassem creche. A Prefeitura do período (1983/1985) desenvolveu um projeto piloto para cortiços - Melhorias em Cortiços. A atuação da Secretaria junto aos cortiços da cidade não se deu de forma global mas foi apenas pontual através da experiência piloto. O estudo se detém na análise da intervenção da FABES com seus técnicos e programas através dos projetos - Melhorias em Cortiços e Atendimento Familiar - no cortiço da Emílio Ribas. E de como a população moradora foi se apropriando e transformando esses projetos segundo seus interesses e necessidades. Esta atuação não se deu em função de uma pressão organizada dos moradores de cortiço. Na época, a organização dos mesmos era incipiente. Os movimentos sociais urbanos que eclodiram a partir da década de 70 foram pano de fundo da intervenção. O texto também circunda a complexa relação que se estabelece entre o Estado e a Sociedade Civil, apontando a descontinuidade da atuação do poder público e salienta a efemeridade da intervenção junto a população alvo de seus programas. Por último, enfatizo que a tese trata ainda de uma outra relação -- a do pesquisador com os sujeitos que estuda. O duplo papel de técnica da Prefeitura e de pesquisadora.

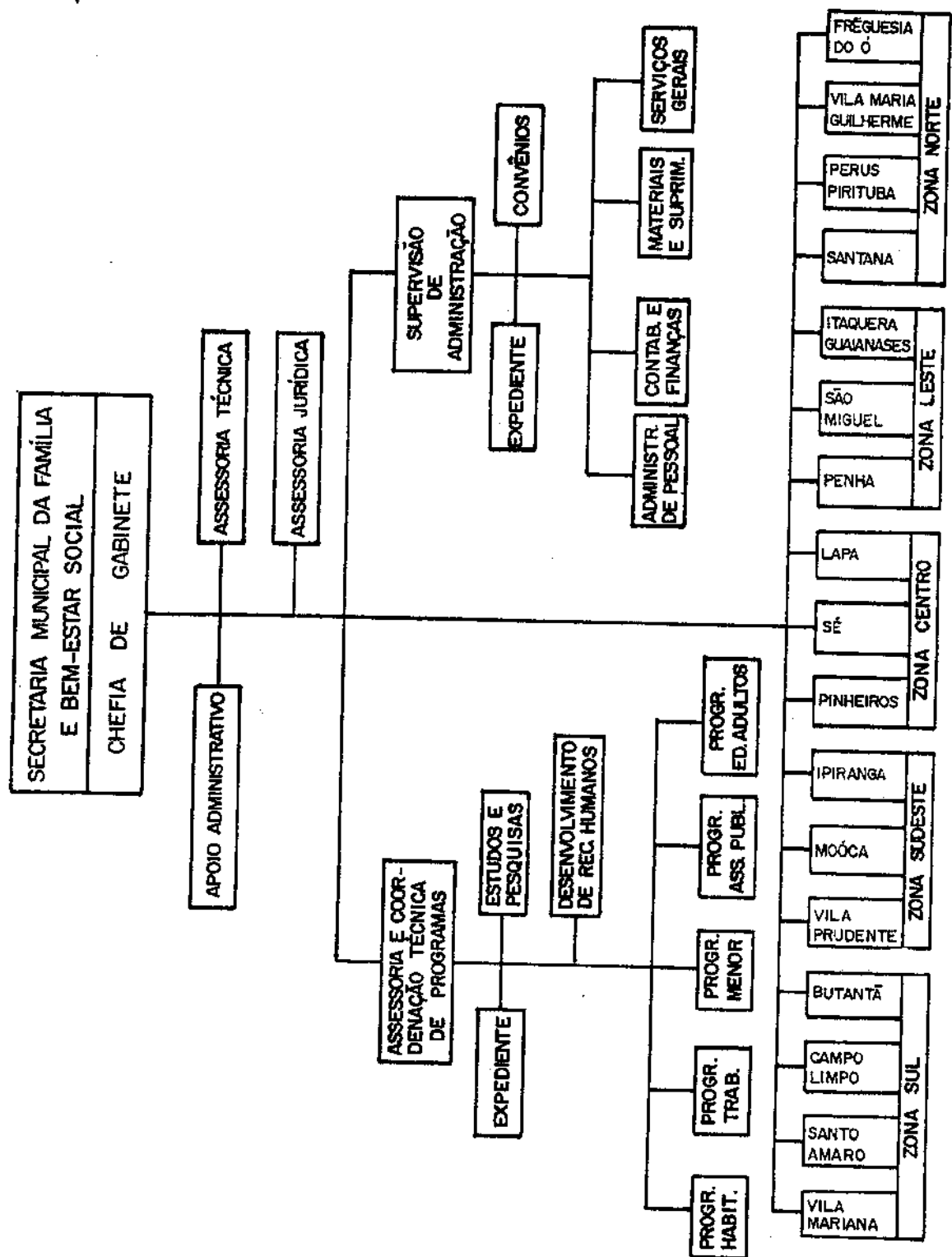
dora tornou o relacionamento mais delicado, mas permitiu um acesso "de dentro" aos projetos do órgão. As dificuldades originadas pela identificação da pesquisadora com os técnicos da FA-EES, pelo morador, foi ultrapassada pelo desenvolvimento de metodologias de pesquisa antropológica em espaços e tempos não atingidos pelos técnicos.

ANEXOS



(São Paulo (cidade), 1984a:8)

ORGANOGRAMA PROVISÓRIO DA FABES



(São Paulo (cidade), 1984a:9)

Na gestão do PMDB (1983/1985) a ação da FABES foi pautada nas seguintes diretrizes:

- " - Apoio e estímulo às formas de participação da população nos diferentes níveis de decisão, no pleno exercício de seu papel reivindicatório e transformador da sociedade e do Estado.
- Planejamento da ação de forma flexível, que responda à diversificação das necessidades da população, expressas ao nível regional, às dinâmicas das forças sociais da área, bem como à emergência de problemas de ordem conjuntural.
- Ação descentralizada, que garanta maior interação com a população e atendimento das realidades regionais da cidade, orientada por uma política global que assegure a unidade de ação do órgão.
- Ação articulada com outros órgãos públicos, entidades sociais, movimentos populares e demais representantes da sociedade civil, identificando e propiciando o atendimento às necessidades básicas da população.
- Democratização da informação dando transparência às ações do Estado e permitindo à população o conhecimento crítico da realidade, facilitando, assim, sua prática participativa e o acesso a bens e serviços.
- Administração descentralizada e participativa, operando através de uma estrutura organizacional flexível que dê suporte à ação do órgão" - (São Paulo (cidade), 1984a: 5-6).

As responsabilidades do órgão eram organizadas em programas e sub-programas para o atendimento da população de baixa renda (rendimentos até 3 salários mínimos) nas 17 FABES-regionais: programa de educação de adultos, programa de habitação, programa de atendimento à infância e adolescência, programa de formação e orientação para o trabalho, programa de assistência pública.

Em 1986, com a mudança da gestão política, o órgão do Bem-Estar Social sofreu alterações na sua estrutura e conseqüentemente nos seus programas.

O Prefeito Jânio Quadros, em janeiro de 1986, alterou a denominação da Secretaria Municipal da Família e Bem-Estar Social para Secretaria Municipal de Defesa Social. No mesmo mês, o mesmo Prefeito, transforma a Secretaria Municipal de Educação em Secretaria Municipal de Educação e do Bem-Estar Social (SME-BES). Foi dentro dessa nova estrutura da SME-BES que se constituiu a Superintendência Municipal do Bem-Estar Social (SUBES).

Na estrutura da SUBES, constavam, entre outras coisas, as 17 regionais chamadas de Delegacias Regionais de Serviço Social (DRESSO), com al-

guns programas mantidos da antiga estrutura da FABES, tais como: atendimento à criança e ao adolescente, educação de adultos, formação de mão-de-obra e ainda, as unidades de apoio - pesquisa e informações técnicas (*).

(*) Como fazia parte da equipe de apoio técnico - Sub-unidade de informações técnicas - da antiga FABES-Lapa, continuei na mesma equipe, na então Delegacia Regional de Serviço Social da Lapa (DRESSO-Lapa) da nova Superintendência Municipal do Bem-Estar Social (SUBES).

Seguem abaixo os símbolos e gráficos das genealogias e da estrutura dos grupos domésticos, de acordo com as adaptações que Niemeyer, A.M. (1985) fez das sugestões que Laslett (1972) faz para o registro gráfico de genealogias de parentesco e de desenhos da estrutura dos grupos domésticos.

LEGENDAS



Homem



Mulher



Mortos



União



Separação



Filiação



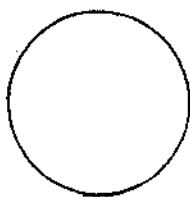
Irmão, Irmã



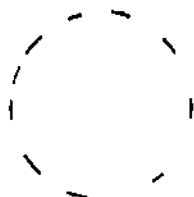
Chefe da Família



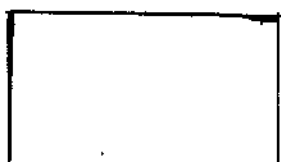
Laço deduzido



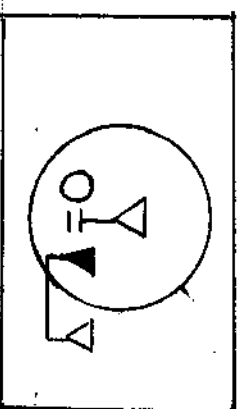
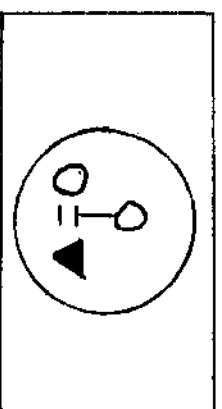
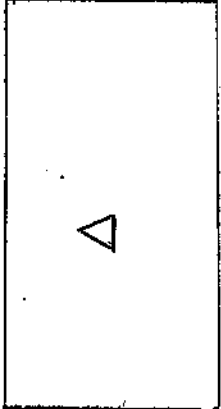
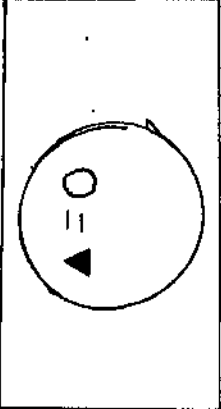
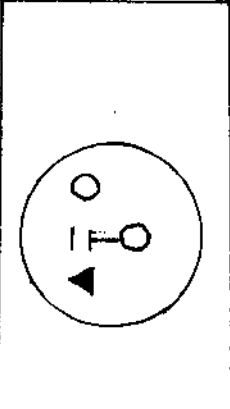
Unidade de Família Nuclear (U.F.N.)



Unidade de Família Composta (U.F.C.)

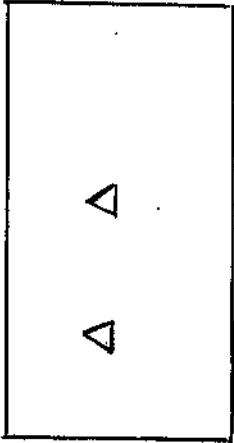
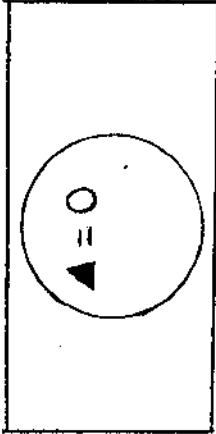
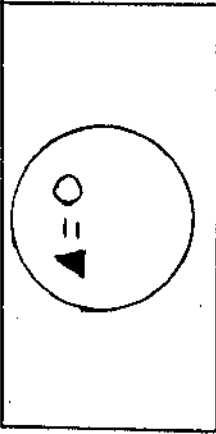
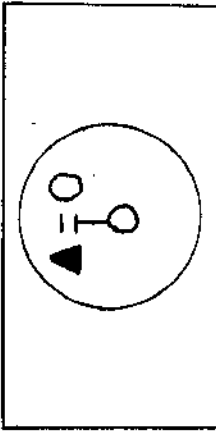
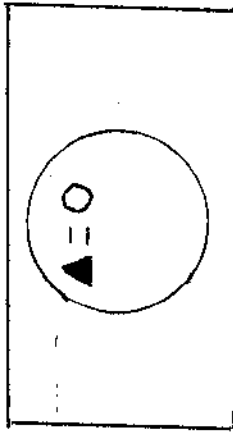


Domicílio = grupo doméstico co-residente

QUARTO	GRUPO DOMESTICO	LOCAL DE ORIGEM (adultos)	TRABALHO DA MULHER	TRABALHO DO HOMEM
* Nº 1		Paraíba ▲ Bahia ○ Paraíba △	Trabalho Doméstico Empregada Doméstica (intermitente)	Manobrista
* Nº 2		Paraíba ▲ Bahia ○	Trabalho Doméstico Empregada Doméstica (intermitente)	Porteiro
Nº 3		Ceará	- - - -	Porteiro
Nº 4		Bahia ▲ Goiás ○	Vendedora	Porteiro
* Nº 5		Pernambuco ▲ Piauí ○	Operadora (caixa)	Porteiro

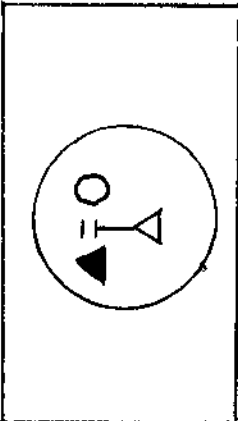
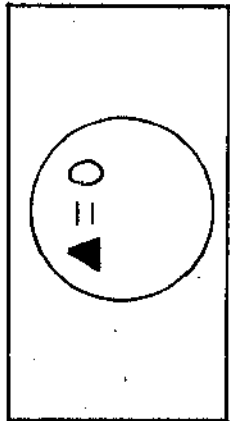
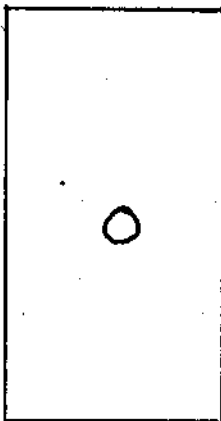
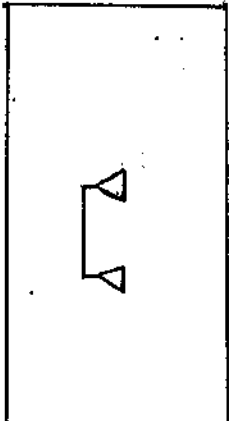
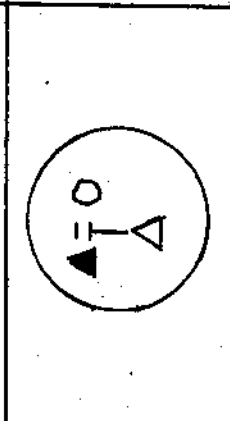
* - Família inscrita no projeto Al.

Obs:- Dados obtidos entre 1985 (Out.) a 1986 (Abr.)

QUARTO	GRUPO DOMESTICO	LOCAL DE ORIGEM (adultos)	TRABALHO DA MULHER	TRABALHO DO HOMEM
Nº 6		Paraibanos	- - - -	Porteiro Faxineiro
Nº 7		Rio Grande Norte ▲ Alagoas ○	Trabalho Doméstico	Porteiro
Nº 8		Paraíba ▲ Minas Gerais ○	Balconista	Promotor de Vendas
Nº 9 *		Bahia ▲ Minas Gerais ○	Empregada Doméstica	Ajudante Pedreiro
Nº 10		Sergipe ▲ Minas Gerais ○	Empregada Doméstica	Faxineiro

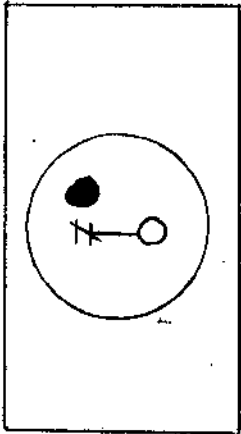
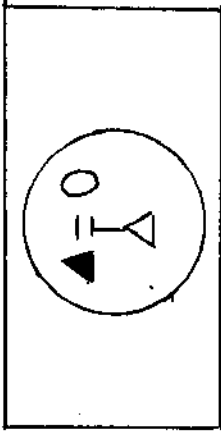
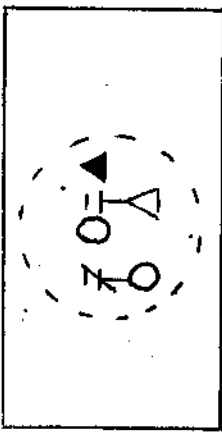
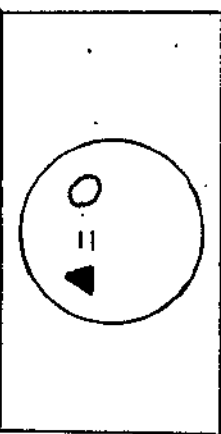
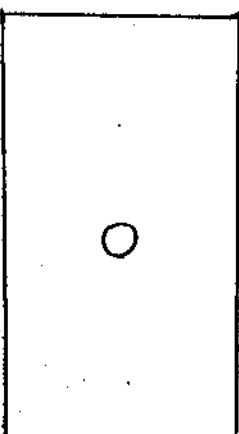
* - Família inscrita no projeto AF.

Obs: Dados obtidos entre 1985 (Out.) a 1986 (Abr.).

QUARTO	GRUPO DOMESTICO	LOCAL DE ORIGEM (adultos)	TRABALHO DA MULHER	TRABALHO DO HOMEM
Nº 11		Paraíba ▲ Paraíba ○	Trabalho Doméstico	Motorista
Nº 12		Paraíba ▲ Piauí ○	Lavadeira	Porteiro
Nºs. 13/14		Bahia	Costureira (fábrica)	- - -
Nº 15		Paraibanos	- - -	Faxineiro Porteiro
* Nº 16		Paraíba ▲ Bahia ○	Trabalho Doméstico	Vigia e administrador do cortiço.

* Família inscrita no projeto AF.

Obs.: Dados obtidos entre 1985 (Out.) a 1986 (Abr.).

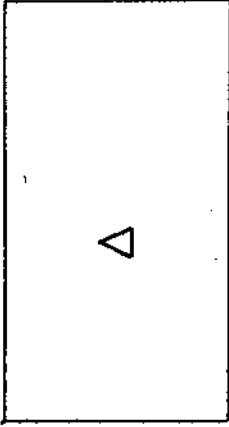
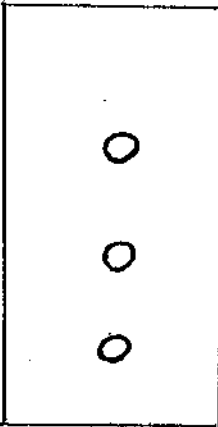
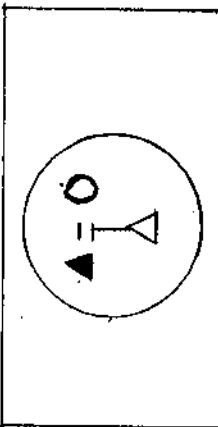
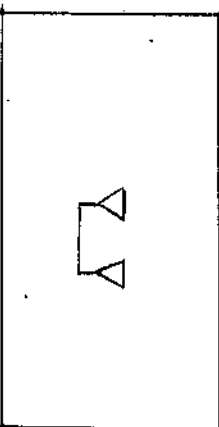
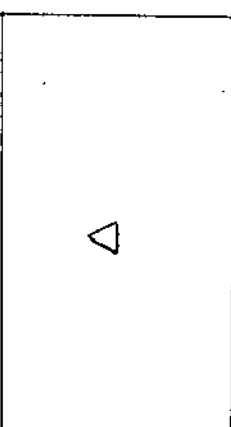
QUARTO	GRUPO DOMESTICO	LOCAL DE ORIGEM (adultos)	TRABALHO DA MULHER	TRABALHO DO HOMEM
* Nº 17		Minas Gerais	Faxineira (diarista)	- - -
* Nº 18		Piauí Sergipe	Trabalho Doméstico	Carpinteiro
* Nº 19		Paraíba Pernambuco	Funcionária Creche	Motorista
Nº 20		Bahia Bahia	Empregada Doméstica	Carpinteiro
Nº 21		Paraná	Demonstradora (Licença) ** **(recebia pensão do pai)	- - -

* - Família inscrita no projeto AF.

Obs.: Dados obtidos entre 1985 (Out.) a 1986 (Abr.).

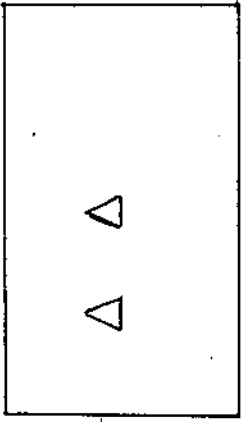
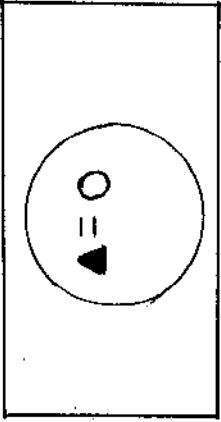
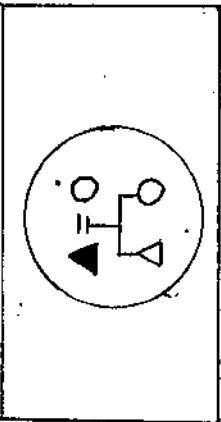
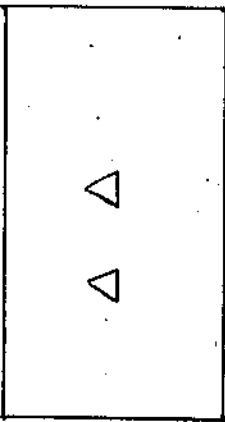
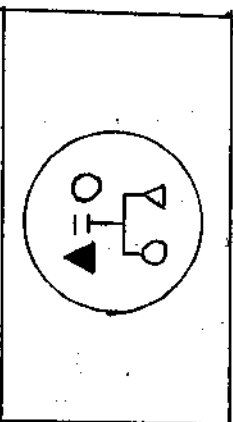
QUARTO	GRUPO DOMESTICO	LOCAL DE ORIGEM (adultos)	TRABALHO DA MULHER	TRABALHO DO HOMEM
Nº 22	△ △	Paraíba △ Bahia △	- - -	Porteiro Pedreiro
Nº 23	△ △ △	Paraibanos	- - -	Promotor Vendas Faxineiro Vigia
Nº 24	○	Piauí	Doceira	- - -
Nº 25	△ △	Alagoas △ Ceará △	- - -	Porteiro Vigia
Nº 26	OFICINA DE COSTURA			

Obs.: Dados obtidos entre 1985 (Out.) a 1986 (Abr.).

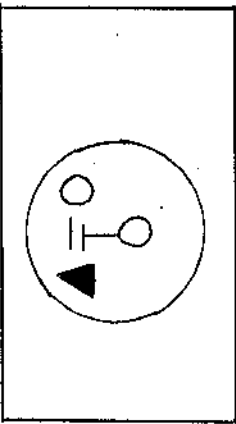
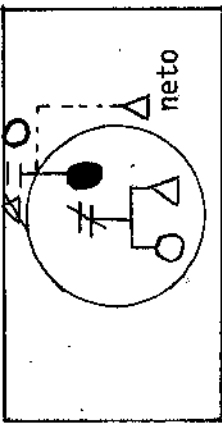
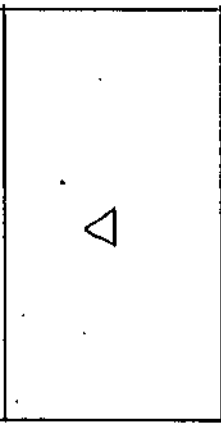
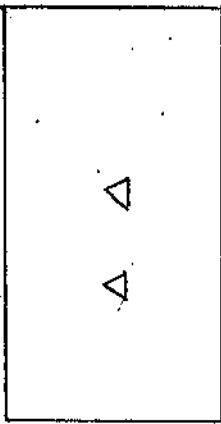
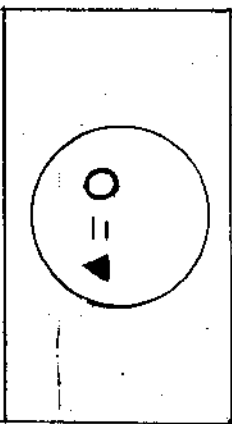
QUARTO	GRUPO DOMESTICO	LOCAL DE ORIGEM (adultos)	TRABALHO DA MULHER	TRABALHO DO HOMEM
Nº 27		Paraíba	- - -	Vigia
Nº 28		Bahia (duas) Minas Gerais (uma)	Empregada Doméstica (duas) Não trabalhava (uma)	- - -
Nº 29*		Bahia ▲ Bahia ○	Trabalho Doméstico	Servente Pedreiro
Nº 30		Paraibanos	- - -	Auxiliar de Ajudante Geral (construção civil) Gerente Lanchonete
Nº 31		Paraíba	- - -	Faxineiro

* - Família inscrita no projeto AF.

Obs.: Dados obtidos entre 1985 (Out.) a 1986 (Abr.).

QUARTO	GRUPO DOMESTICO	LOCAL DE ORIGEM (adultos)	TRABALHO DA MULHER	TRABALHO DO HOMEM
Nº 32		Paraibanos	- - -	Faxineiro (ambos)
Nº 33		Goiás ▲ Bahia ○	Empregada Doméstica	Motorista
* Nº 34		Bahia ▲ Paraíba ○	Trabalho Doméstico Lavava roupa para fora	Pizzaíolo
Nº 35		Piauí (ambos)	- - -	Ajudante Bar: Porteiro
* Nº 36		Paraíba ▲ Paraíba ○	Trabalho Doméstico	Vigia

* - Família inscrita no projeto AF. Obs.: Dados obtidos entre 1985 (Out.) a 1986 (Abr.).

QUARTO	GRUPO DOMESTICO	LOCAL DE ORIGEM (adultos)	TRABALHO DA MULHER	TRABALHO DO HOMEM
Nº 37		Paraíba ▲ Paraíba ○	Balconista (lanchonete)	Vigia
* Nº 38		Rio de Janeiro (ambas)	Auxiliar Enfermagem (a mãe recebia pensão do marido)	- - -
Nº 39		Minas Gerais	- - -	Vendedor Ambulante (Caixa Econômica Federal/Loteria)
Nº 40		Minas Gerais (ambos)	- - -	Vigia (ambos)
Nº 41		Paraíba ▲ Bahia ○	Empregada Doméstica	Vigia e Administrador do Cortiço

* - Família inscrita no projeto AF.

Obs: Dados obtidos entre 1985 (Out.) a 1986 (Abr.).

QUARTO	GRUPO DOMESTICO	LOCAL DE ORIGEM (adultos)	TRABALHO DA MULHER	TRABALHO DO HOMEN
Nº 42	△	Paraíba	- - -	Porteiro

Obs: Dados obtidos entre 1985 (Out.) a 1986 (Abr.).

Situando as mães das crianças inscritas no
Atendimento Familiar - 1985 e/ou 1986^(*)

- Amélia, 25 anos, paraibana, casada, dois filhos (ambos inscritos); recebia 1 e 1/2 per-capta; grávida; moradora quarto 34; (1985/1986).
- Odete, 33 anos, mineira, mãe-solteira, uma filha; recebia 1 per-capta; moradora quarto 17; (1985/1986).
- Severina, 26 anos, bahiana, casada, um filho; recebia 1 per-capta; moradora quarto 29; (1985/1986).
- Mercedes, 32 anos, pernambucana, casada, dois filhos (um com seu atual companheiro); recebia 1 per-capta; moradora quarto 19; (1985/1986).
- Lucimar, 22 anos, sergipana, casada, um filho; recebia 1 per-capta; grávida; moradora quarto 18; (1985/1986).
- Natalina, 30 anos, paraibana, casada, dois filhos (uma filha de oito anos e um filho de 3 anos); recebia 1 per-capta; moradora quarto 36; (1985/1986).
- Cleusa, 32 anos, mineira, casada, uma filha, recebia 1 per-capta; grávida, moradora quarto 9; (1985/1986).
- Neide, 35 anos, piauiense, casada, uma filha; recebia 1 per-capta; moradora quarto 5; (1985/1986).
- Nair, 22 anos, bahiana, casada, um filho; recebia 1 per-capta; moradora quarto 16; (1985/1986).
- Roseli, 30 anos, bahiana, casada, um filho; recebia 1 per-capta; moradora quarto 1; (1986).
- Joana, 23 anos, bahiana, casada, um filho; recebia 1 per-capta; grávida; não moradora; (1986).
- Geralda, 22 anos, alagoana, casada, dois filhos; recebia 1 e 1/2 per-capta; grávida, não moradora; (1985/1986).
- Jussara, 31 anos, carioca, separada, dois filhos (uma filha de 9 anos e um filho de 4 anos); recebia 1 per-capta; moradora quarto 38; (1985).
- Dagmar, 34 anos, bahiana, casada, 3 filhos (1 filha de 6 anos, 1 filho de 5 anos e outro filho de 2 anos); recebia 1 per-capta; moradora quarto 20; (1985).
- Salete, 20 anos, bahiana, casada, 1 filha; recebia 1 per-capta; moradora quarto 2; (1985).
- Clemência, 22 anos, gaúcha, casada, um filho; recebia 1 per-capta; não moradora; (1985).

(*) FONTE: Fichas de Inscrição da FABES.

BIBLIOGRAFIA

ALMEIDA, F.R.C.

1985 "Avaliação do Programa 'Corticos'", São Paulo (mimeo).

ANT, C.; KOWARICK, L.

1982, "O Cortico: cem anos de promiscuidade": Novos Estudos Ce-
brae, São Paulo, 2 (1).

ARIES, P.

1986 História social da criança e da família, Rio de Janeiro,
Guanabara.

ASSOCIAÇÃO EM DEFESA DA MORADIA (ADM)

1985 "Cortico da rua Emílio Ribas 57 - Perdizes", São Paulo
(mimeo).

AUGÉ, M.

1978 Os domínios do parentesco, Lisboa, Edições 70: 11-53.

BELLOWS, B.L.

1985 "My children, gentlemen, are my own": poor women, the
urban elite, and the bonds of obligation in Antebellum
Charleston", in: Fraser Jr., W.J. et alii (ed). The web
of southern social relations: women, family and edu-
cation, Athens, The University of Georgia Press: 52-71.

BILAC, E.D.

1978 Famílias de trabalhadores: estratégias de sobrevivência,
São Paulo, Símbolo: 51-119.

BRUSCHINI, M.C.; ROSEMBERG, F.

- 1982 "A mulher e o trabalho", 9-22: Trabalhadoras do Brasil. São Paulo, Brasiliense.

BRUSCHINI, M.C.; MADEIRA, F.R.

- 1983 "A família, a estrutura social e as formas de participação na produção social", Cadernos Ceru, São Paulo, 18.

CALDEIRA, T.P.R.

- 1982 Imagens do poder e da sociedade: o mundo cotidiano de moradores da periferia. Dissertação de mestrado. Departamento de Ciências Sociais, F.F.L.C.H., USP, São Paulo.

- 1984 A política dos outros: o cotidiano dos moradores da periferia e o que pensam do poder e dos poderosos, São Paulo, Brasiliense.

- 1987 "Mujeres, cotidianidad y política": Ciudadanía e identidad: las mujeres en los movimientos sociales latino-americanos, Ginebra, UNRISD: 75-128.

CAMPOS, M.M.M.

- 1985 "Pré-escola: entre a educação e o assistencialismo", Cadernos de Pesquisa, São Paulo, (53): 21-24.

CARDOSO, R.C.L.

- 1984 "Movimentos sociais urbanos: balanço crítico", 215-239: Sociedade e Política no Brasil Pós-64, Almeida & Sorj (org), São Paulo, Brasiliense.

DURHAM, E.R.

1973 "A organização do grupo migrante": A caminho da cidade. São Paulo, Perspectiva.

1980 "Família operária: consciência e ideologia", Dados, Rio de Janeiro, Campus, 23 (2).

FERREIRA, M.C.R.; OLIVEIRA, Z.M.R.

1986 "Propostas para o atendimento em creches no município de São Paulo", Cadernos de Pesquisa (56), São Paulo.

FORTES, M.

1969 "Introduction", 1-14: GOODY, J. (ed), The developmental cycle in domestic groups, Cambridge.

GLUCKMAN, M.

1963 "Gossip & scandal", Current Anthropology, 4 (3).

IGNARRA, R.M.

1985 História da vida de um grupo: análise micropolítica num órgão público. Dissertação de mestrado. Pontifícia Universidade Católica (PUC), São Paulo.

JOSEPH, I.; FRITSCH, P.; BATTEGAY, A.

1977 "Avant-propos"; "Le domicile du pauvre et le voyage du philanthrope"; "Disciplines à domicile: l'édification de la famille", Recherches, Paris, 28: 13-28; 83-97.

LASLETT, P.

- 1972 "Introduction: the history of the family", 1-89: LASLETT, P. & WALL, R., Household and family in past time, Cambridge.

LEACH, E.

- 1974 Repensando a antropologia, São Paulo, Perspectiva: 191-211.

MAGNANI, J.G.C.

- 1984 Festa no pedaço: cultura popular e lazer na cidade, São Paulo, Brasiliense.

MALLINOWSKI, B.

- 1986 "Introdução: o assunto, o método e o objetivo desta investigação": DURHAM, E.R. (org), Malinowski, São Paulo, Ática: 24-48.

MEDINA, C.

- 1982 Revisão: do 460 ao 490. Dissertação de mestrado. Pontifícia Universidade Católica (PUC), São Paulo.

MIGUEL, W.L.

- 1980 O serviço social e a 'promoção do homem': um estudo de ideologia, São Paulo, Cortez.

NIEMEYER, A.M. de

- 1985 O lugar da pobreza: moradia e controle de espaço na favela, São Paulo, 1972-1977. Tese de doutoramento. Departamento de Ciências Sociais da F.F.L.C.H., USP, São Paulo.

PAOLI, M.C.; SADER, E.

- 1986 "Sobre 'classes populares' no pensamento sociológico brasileiro": Cardoso, R. (org), A aventura antropológica. Rio de Janeiro, Paz e Terra: 36-68.

PONTES, H.A.

- 1986 Do palco aos bastidores: o SOS-mulher (SP) e as práticas feministas contemporâneas. Dissertação de mestrado em Antropologia Social, IFCH-UNICAMP, Campinas.

RODRIGUES, A.M.

- 1981 Processo migratório e situação de trabalho da população favelada de São Paulo. Dissertação de mestrado, Departamento de Geografia da FFLCH, USP.

ROSENBERG, F.

- 1981 "Creches: assistencialismo comunitário", ANNE, São Paulo, 1 (2): 53-56.

- 1986 "Creches domiciliares: argumentos ou falácias", Cadernos de Pesquisa, São Paulo (56): 73-81.

RYAN, M.P.

- 1983 "The power of women's network", in: Newton, J.L.; Ryan, M.P.; Walkowitz, J.R. (ed). Sex and class in women's history. London, Routledge & Kegan Paul: 167-186.

SADER, E.

- 1988 Quando novas personagens entraram em cena: experiências, falas e lutas dos trabalhadores da Grande São Paulo, Rio de Janeiro, Paz e Terra.

SALEM, T.

- 1981 "Mulheres faveladas: com venda nos olhos", 49-99: Perspectivas antropológicas da mulher. Rio de Janeiro, Zahar.

SALMEN, L.F.

- 1970 The casas de cômodos of Rio de Janeiro: a study of occupants and accommodations of inner-city slums and a comparison of their characteristics with the favelas. Institute of Latin American Studies, Columbia University (mimeo).

SAMPAIO, H.M.S.

- 1988 Uma experiência de participação popular: o programa "cozinha comunitária". Dissertação de mestrado. Departamento de Antropologia da F.F.L.C.H., USP, São Paulo.

SÃO PAULO (cidade) -

- 1975 "Diagnóstico sobre o fenômeno cortiço no Município de São Paulo", Secretaria do Bem-Estar Social (SEBES-HAB), (documento).
- 1983a "Proposta do Plano Municipal de Habitação", Secretaria da Família e Bem-Estar Social (FABES-Central), (mimeo).
- 1983b "Propostas indicativas para o projeto piloto de intervenção em cortiços em São Paulo", Secretaria da Família e Bem-Estar Social (FABES-Central), (mimeo).
- 1983c "Propostas indicativas para o projeto piloto de intervenção em cortiços nas áreas de Santa Cecília e Perdizes, Secretaria da Família e Bem-Estar Social (FABES-Lapa/FABES-Sé), (mimeo).
- 1983d "Conceituação do tipo de habitação": Caracterização dos cortiços da área de Perdizes - relatório preliminar, Secretaria da Família e Bem-Estar Social (FABES-Central), (mimeo).

- 1984a Secretaria Municipal da Família e Bem-Estar Social: programas, FABES (série informações, 1), (documento).
- 1984b Plano Habitacional do Município de São Paulo: 1983/1987, Secretaria da Família e Bem-Estar Social, Secretaria da Habitação e Desenvolvimento Urbano, Secretaria Municipal do Planejamento (FABES/SEHAB/SEMPLA), (documento).
- 1984c "Cortiço: subsídios para intervenção", Secretaria da Família Bem-Estar Social (FABES-Central), (mimeo).
- 1984d "Proposta para redução das taxas de água e energia elétrica para populações encortiçadas", Secretaria da Família e Bem-Estar Social (FABES-Central), (mimeo).
- 1984e "Manual de instrução para o preenchimento da ficha de cortiços e pensões", Secretaria da Família e Bem-Estar Social (FABES-Central), (mimeo).
- 1985a "Caracterização da população moradora em 09 cortiços da área administrativa da Lapa", Secretaria da Família e Bem-Estar Social (FABES/Lapa), (mimeo).
- 1985b FABES: o urbanismo da urgência, FABES, (documento).
- 1985c Ação da FABES no triênio 1983/1985. FABES, (documento).
- 1986 Cortiços em São Paulo: frente e verso, Secretaria Municipal do Planejamento (SEMPLA), (documento).

TAUBE, M.J.M.

- 1986 De migrantes a favelados: estudo de um processo migratório (vol.2), Campinas, UNICAMP.

- 1989, " 'Na casa manda ela, nela mando eu' - o mundo doméstico e a atuação comunitária: um paradoxo feminino". V Concurso de dotação para pesquisa sobre a mulher, Fundação Carlos Chagas, São Paulo, (mimeo).

TEDRUS, D.M.A.S.

- 1987 A relação adulto-criança: um estudo antropológico em creches e em escolinhas de Campinas. Dissertação de mestrado em Antropologia Social, IFCH-UNICAMP, Campinas.

TEIXEIRA, A.C.

- 1982 "Legislação urbanística sobre cortiços no Município de São Paulo de 1875 a 1955". Sinopses 2, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo (FAU), USP, São Paulo.

TEIXEIRA, M.A.C.

- 1983 Subsídios a uma análise histórica do setor de desenvolvimento de comunidade no órgão Público Municipal de Bem-Estar Social da Prefeitura de São Paulo. Dissertação de mestrado. Pontifícia Universidade Católica (PUC), São Paulo.

THOMPSON, E.P.

- 1967 "Time, work-discipline and industrial capitalism": Past and Present (38): 56-97.

WHYTE, W.F.

- 1966 Street corner society: the social structure of an italian slum, Chicago, University of Chicago Press, I-XX: i-14, 94-104, 255-272.

ZALUAR, A.

- 1985 A máquina e a revolta: as organizações populares e o significado da pobreza, São Paulo, Brasiliense.

- 1986 "Teoria e prática do trabalho de campo: alguns problemas": CARDOSO, R.C.L. (org), A aventura antropológica, Rio de Janeiro, Paz e Terra: 107-125.